

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO
ARQUITETURA E URBANISMO

Gabriela Rodrigues Molina Dona'

**DESENHO UNIVERSAL: ESTUDO DOS ESPAÇOS
SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho Final de Graduação
apresentado ao Centro Universitário
Belas Artes de São Paulo

São Paulo
2017

Gabriela Rodrigues Molina Dona'

DESENHO UNIVERSAL: ESTUDO DOS ESPAÇOS SOCIAIS NA
CONTEMPORANEIDADE

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Centro
Universitário Belas Artes de São
Paulo, como exigência para
obtenção do grau de Bacharel
em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Profº Dr. Marcos
Virgílio da Silva

São Paulo
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

DONA', Gabriela Rodrigues Molina.

Desenho Universal: Estudo dos espaços sociais na contemporaneidade / Gabriela Rodrigues Molina Dona' – São Paulo, 2017. 230p. : 21,0 x 29,7cm

Orientador: Prof. Dr. Marcos Virgílio da Silva

Monografia (Trabalho Final de Graduação) – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2017.

Universal Design: a study of social spaces in contemporary times / Gabriela Rodrigues Molina Dona' – São Paulo, 2017.

1. Acessibilidade. 2. Inclusão Social. 3. Cultura contemporânea. 4. Espaços Sociais. I. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. II. Título

*A todos que contribuíram
positivamente ao longo da
minha trajetória acadêmica,
meu eterno “obrigada”.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof Dr. Marcos Virgílio da Silva, pela amizade, parceria e dedicação, tanto durante a elaboração do trabalho de conclusão, quanto em muitos outros momentos ao longo da minha trajetória acadêmica.

Ao Prof Dr. Roberto Mônaco, por contribuir com suas experiências profissionais e pessoais.

Ao Prof Mst Ricardo Gonçalves, pelas sugestões e ideias a respeito do tema e do conteúdo gráfico.

Aos demais professores que contribuíram com orientações e acreditaram no meu potencial.

Aos meus pais Celso de Cássio e Márcia Regina, por serem minha base, me amarem e proporcionarem a oportunidade de me tornar uma arquiteta, realizada.

Às minhas irmãs Luísa e Raquel, por serem minhas melhores amigas e me incentivarem a realizar meus sonhos. Igualmente aos meus cunhados, Vinicius e Henrique.

À todos os meus familiares, em especial minhas tias Ana Beatriz Molnar e Fátima Salvo pela credibilidade e auxílio ao longo desses 5 (cinco) anos de formação.

Ao meu namorado Felipe Hayashida, por me amar, respeitar e apoiar minhas escolhas, agradeço pela sua lealdade e companheirismo.

À minha querida amiga Rosana De Filippi, por ser quase como uma irmã e me incentivar a prosseguir com o tema. Além de ser um dos presentes que a Belas Artes colocou em minha vida, agradeço pelos conselhos e pelo respaldo emocional ao longo dessa jornada.

Ao meu querido amigo Jonas Rodrigues, por contribuir como amigo e psicólogo, agradeço pela sua amizade e contribuição intelectual.

Aos meus amigos de anos, Henrique Trindade, Livia Alves e Rebeka Portella, agradeço pela amizade, companheirismo e lealdade, principalmente por compreenderem meus momentos de ausência neste período.

À minha amiga Isadora Oliveira, pelos conselhos e conversas produtivas a respeito do trabalho.

Aos meus amigos de faculdade que contribuíram, cada qual à sua maneira, para minha formação enquanto arquiteta e pessoa, vocês são especiais para mim.

Às companheiras de orientação Dayse Pinato e Giovanna Melo, pela parceria e troca de informações positivas.

Ao meu querido colega de ensino médio, Clebson, por me ensinar a digitar e ler em braile, por me proporcionar tamanha experiência de vida convivendo com um deficiente visual ao longo de 1 (um) ano, acompanhando suas dificuldades e realizações. Agradeço por ser minha inspiração e por me tornar uma cidadã mais sensível e humana.

“Buscar o mundo inclusivo significa enfrentar desafios permanentes.”
Cláudia Werneck

“A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é
um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.”
David Harvey

RESUMO

(Modelo de Referência usando norma da ABNT)

DONA, Gabriela. **Desenho universal: estudo dos espaços sociais na contemporaneidade**, 2017, 230p. Trabalho final de graduação – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2017.

O Trabalho Final de Graduação a seguir se propõe a contribuir para a reflexão acerca da participação de portadores de deficiência e/ou necessidades especiais na vida urbana, através do entendimento sobre o desenho universal, os efeitos nocivos das práticas contemporâneas e a relação intrínseca entre espaço, cultura e sociedade. Para tal, o trabalho é dividido em 3 (três) partes, sendo a primeira parte composta pelos 2 (dois) capítulos teóricos, os quais apresentam referências e citações comentadas; a segunda parte composta pelos 2 (dois) capítulos práticos, em que são analisadas qualitativamente 5 (cinco) obras na cidade de São Paulo, além da apresentação do ensaio projetual composto por diretrizes e estratégias de transformação urbana; e a terceira parte composta pelas considerações finais e elementos pós-textuais. Ao analisar os espaços da cidade, buscou-se compreender as relações que ali ocorrem e, conseqüentemente, a maneira como os espaços colaboram para promover a inclusão social e espacial do portador de deficiência na esfera urbana. A abordagem do tema aqui apresentada busca reafirmar a necessidade de se incorporar no campo da Arquitetura e Urbanismo a discussão acerca da inclusão dos portadores de deficiência nos espaços urbanos e edificados, através da aplicação da acessibilidade, dos princípios do desenho universal e, principalmente, pela conscientização a respeito de certas práticas contemporâneas excludentes, propondo, desta forma um “retrocesso cultural”, em prol da recuperação de vínculos e da qualidade dos relacionamentos na cidade.

Palavras chave: inclusão, acessibilidade, espaço urbano, cultura contemporânea

ABSTRACT

(Reference Model using ABNT standart)

DONA, Gabriela. ***Universal Design: a study of social spaces in contemporary times***, 2017, 230p. Final Work Degree – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2017.

The following graduation work is proposed to contribute to the reflection about the participation of people with disabilities and / or special needs in urban life, through an understanding of the universal design, the harmful effects of contemporary practices and the intrinsic relation between space , culture and society. For this, the work is divided into 3 (three) parts, the first part being composed of 2 (two) theoretical chapters, which present references and quotations commented; the second part consists of two (2) practical chapters, in which 5 (five) works are analyzed qualitatively in the city of São Paulo, in addition to the presentation of the design essay composed of urban transformation guidelines and strategies; and the third part composed by the final considerations and post-textual elements. When analyzing the spaces of the city, it was sought to understand the relations that occur there and, consequently, the way the spaces collaborate to promote the social and spatial inclusion of the disabled person in the urban sphere. The approach of the theme presented here seeks to reaffirm the need to incorporate in the field of Architecture and Urbanism the discussion about the inclusion of people with disabilities in urban and built spaces, through the application of accessibility, the principles of universal design and, mainly, the awareness of certain exclusionary contemporary practices, thus proposing a "cultural retrogression" in favor of the recovery of ties and the quality of relationships in the city.

Keywords: inclusion, accessibility, urban space, contemporary culture

LISTA DE FIGURAS

2. Capítulo 1: Desenho Universal e Inclusão Social

Figura 2 – 1 Modulor desenvolvido por Le Corbusier _____	07
Figura 2 – 2 Princípios do Desenho Universal _____	08
Figura 2 – 3 Sinais sonoros auxiliam deficientes visuais durante a travessia, no Japão _____	15
Figura 2 – 4 Acessibilidade no sistema de VLT, no Rio de Janeiro _____	17
Figura 2 – 5 A frota da Rede Integrada de Transporte (RIT), em Curitiba, apresenta elevado índice de acessibilidade _____	17
Figura 2 – 6 Exemplo de loja masculina com aplicação de visual merchandising _____	25
Figura 2 – 7 Pia sendo utilizada por uma pessoa comum _____	26
Figura 2 – 8 Pia sendo utilizada por um cadeirante _____	27
Figura 2 – 9 Exemplo de disposição do mobiliário _____	28
Figura 2 – 10 Demonstrativo _____	28
Figura 2 – 11 Engrossador de Talher _____	29
Figura 2 – 12 Engrossador sendo utilizado no talher _____	29
Figura 2 – 13 Engrossador sendo utilizado na maçaneta _____	30
Figura 2 – 14 Agulha com passador de linha em silicone _____	30
Figura 2 – 15 Barras de apoio _____	31
Figura 2 – 16 Banheira com design desenvolvido para permitir autonomia do deficiente _____	32
Figura 2 – 17 Iluminação indireta abaixo do corrimão _____	33
Figura 2 – 18 Suporte instalado nas escadas as transforma em rampa _____	34
Figura 2 – 19 Modelo de maçaneta desenvolvido para pessoas sem as mãos e/ou com membros atrofiados _____	35

3. Capítulo 2: Cultural, Tempo e Espaço

Figura 3 – 1 Shopping Morumbi, local de consumo e rotatividade _____	40
Figura 3 – 2 Minhocão fechado em uma tarde de domingo _____	45

Figura 3 – 3 Aplicação do método ao projeto de Las Palmas _____	46
Figura 3 – 4 Princípios de construção _____	47
Figura 3 – 5 Rua São Bento, à esquerda no ano de 1862 e à direita no ano de 2011 _____	51

4. Capítulo 3: Estudos de Caso

Figura 4 – 1 Escala de Análise _____	58
Figura 4 – 2 Construção CCSP _____	59
Figura 4 – 3 Estrutura Metálica Pré-Fabricada _____	60
Figura 4 – 4 Vista Aérea CCSP _____	60
Figura 4 – 5 Diversidade no CCSP _____	61
Figura 4 – 6 Vazios Itinerantes _____	61
Figura 4 - 7 Área Externa / Frente _____	62
Figura 4 – 8 Área Externa / Fundos _____	62
Figura 4 – 9 Planta Baixa do pavimento Flávio de Carvalho / Cota 806 _____	63
Figura 4 – 10 Área Externa da Biblioteca _____	64
Figura 4 – 11 Planta Baixa do pavimento Caio Graco / Cota 810 _____	64
Figura 4 – 12 Salão Elevador _____	65
Figura 4 – 13 Elevador Social _____	65
Figura 4 – 14 Elevador Exclusivo PNE _____	66
Figura 4 – 15 Acesso Rua Vergueiro _____	66
Figura 4 – 16 Piso Podotátil _____	67
Figura 4 – 17 Sanitário PNE _____	67
Figura 4 – 18 Degraus Isolados _____	68
Figura 4 – 19 Comunicação visual _____	68
Figura 4 – 20 Percurso Desconectado _____	69
Figura 4 – 21 Rampa Inclinada _____	69
Figura 4 – 22 Patamar Cruzado _____	70
Figura 4 – 23 Escada Principal _____	70
Figura 4 – 24 Piso do terraço inacessível _____	71
Figura 4 – 25 Planta Esquemática / Cota 806 _____	71
Figura 4 – 26 Sanitários sem acessibilidade _____	72
Figura 4 – 27 Planta Esquemática / Cota 810 _____	72
Figura 4 – 28 Vista Aérea SESC 24 de maio _____	74

Figura 4 – 29 Escala do Pedestre _____	74
Figura 4 – 30 Lojas da Antiga Mesbla _____	75
Figura 4 – 31 Fachada SESC 24 de Maio _____	75
Figura 4 – 32 Planta Esquemática – Térreo _____	76
Figura 4 – 33 Espelho D'água do Terraço _____	77
Figura 4 – 34 Piscina na Cobertura _____	77
Figura 4 – 35 Cafeteria no Terraço _____	78
Figura 4 – 36 Térreo Acesso Livre _____	78
Figura 4 – 37 Rampa Principal _____	79
Figura 4 – 38 Corrimões da rampa principal _____	79
Figura 4 – 39 Placa Informativa dos Pavimentos _____	81
Figura 4 – 40 Informativo do Restaurante _____	82
Figura 4 – 41 Placa em Braille Biblioteca _____	82
Figura 4 – 42 Placa em Braille Elevador _____	83
Figura 4 – 43 Piso podotátil e porta automática da biblioteca _____	83
Figura 4 – 44 Indicação acessível dos sanitários _____	84
Figura 4 – 45 Corredor de acesso aos sanitários _____	84
Figura 4 – 46 Sanitário PNE _____	85
Figura 4 – 47 Espaços amplos _____	85
Figura 4 – 48 Planta Esquemática - Terraço _____	86
Figura 4 – 49 Vista Aérea do Conjunto Nacional _____	86
Figura 4 – 50 Período de Construção _____	88
Figura 4 – 51 Vista da Edificação _____	90
Figura 4 – 52 Acessibilidade na Calçada _____	90
Figura 4 – 53 Frequência aos Sábados _____	91
Figura 4 – 54 Planta Baixa do térreo _____	92
Figura 4 – 55 Calçada da Alameda Santos _____	93
Figura 4 – 56 Desníveis na Calçada _____	93
Figura 4 – 57 Botoeira do Elevador _____	94
Figura 4 – 58 Piso podotátil nos acessos _____	94
Figura 4 – 59 Rampa Principal _____	95
Figura 4 – 60 Piso Terraço _____	95
Figura 4 – 61 Planta Esquemática / Térreo _____	96
Figura 4 – 62 Planta Esquemática / Térreo _____	96

Figura 4 – 63 Estrutura do Copan _____	98
Figura 4 – 64 Implantação Copan _____	99
Figura 4 – 65 Av. Ipiranga _____	100
Figura 4 – 66 Maquete Copan _____	101
Figura 4 – 67 Perspectiva do térreo - Av. Ipiranga _____	102
Figura 4 – 68 Restaurante Varanda _____	102
Figura 4 – 69 Placa para Localização _____	103
Figura 4 – 70 Acessibilidade Av. Ipiranga _____	103
Figura 4 – 71 Poça D'água _____	104
Figura 4 – 72 Elevador Café Floresta _____	105
Figura 4 – 73 Telefone Público _____	105
Figura 4 – 74 Mini rampa improvisada _____	106
Figura 4 – 75 Hall de elevadores sem desnível _____	106
Figura 4 – 76 Piso desnivelado _____	107
Figura 4 – 77 Planta Esquemática Galeria Copan _____	107
Figura 4 – 78 Degrau no hall de elevadores _____	108
Figura 4 – 79 Degraus nos acessos às lojas _____	108
Figura 4 – 80 Antiga Praça Roosevelt _____	111
Figura 4 – 81 Atual Praça Roosevelt _____	113
Figura 4 – 82 Piso Podotátil na praça _____	113
Figura 4 – 83 Rampa da Igreja _____	114
Figura 4 – 84 Encontro de Itinerário Podotátil _____	114
Figura 4 – 85 Corrimãos com duas alturas _____	115
Figura 4 – 86 Piso podotátil de alerta nas calçadas _____	115
Figura 4 – 87 Espaços Amplos _____	116
Figura 4 – 88 Implantação Esquemática / Fonte: Suburbanismo _____	116
Figura 4 – 89 Calçadas com buracos _____	117
Figura 4 – 90 Faixas de uso indefinidas _____	117
Figura 4 – 91 Poças d'água _____	118
Figura 4 – 92 Poças d'água ao longo do trajeto _____	118

5. Capítulo 4: Ensaio Projetual

Figura 5 – 1 Largo de Pinheiros, em 1900 _____	128
------------------------------------------------	-----

Figura 5 – 2 Mercado dos Caipiras, em 1900 _____	128
Figura 5 – 3 Terminal de ônibus, em 1991 _____	129
Figura 5 – 4 Linha do Tempo, Largo da Batata _____	129
Figura 5 – 5 Diagrama de Massas _____	130
Figura 5 – 6 Vista Aérea Atual, após a reforma _____	131
Figura 5 – 7 Feira itinerante de produtos orgânicos no Largo _____	131
Figura 5 – 8 Estação Faria Lima, Via Quatro _____	132
Figura 5 – 9 Terminal Intermodal Pinheiros _____	132
Figura 5 – 10 Moradores de rua no Largo da Batata _____	133
Figura 5 – 11 Difícil acesso de pedestres e cadeirantes às estações _____	134
Figura 5 – 12 Mobiliário Urbano _____	135
Figura 5 – 13 Protesto ocorrido dia 28 de abril de 2017, demonstra a flexibilidade na utilização do espaço _____	136
Figura 5 – 14 Reunião de coletivos no espaço público – Coletivo “A Batata Precisa de Você” _____	137
Figura 5 – 15 Diagrama Explodido – Definição do Lugar _____	138
Figura 5 – 16 Esquinas rebaixadas nas calçadas de Dresden, Alemanha ____	141
Figura 5 – 17 Diagrama Explodido – Cenário Atual _____	142
Figura 5 – 18 Calçada Modular Acessível (CMA) – Tipo Módulo Simples ____	144
Figura 5 – 19 Esquema Explicativo – Módulo Simples _____	145
Figura 5 – 20 Calçada Modular Acessível (CMA) – Ampliação _____	145
Figura 5 – 21 Calçada Modular Acessível (CMA) – Tipo Módulo Faixa Elevada _____	146
Figura 5 – 22 Esquema Explicativo – Módulo Faixa Elevada _____	146
Figura 5 – 23 Calçada Modular Acessível (CMA) – Ampliação _____	147
Figura 5 – 24 Vista Aérea – Esquina da Rua Paes Leme com a Rua Capri _____	148
Figura 5 – 25 Vista Aérea – Praça Proposta _____	149
Figura 5 – 26 Street View – Rua Pascoal Bianco _____	150
Figura 5 – 27 Street View – Via Pedestrianizada _____	150
Figura 5 – 28 Street View – Rua Capri e a Rua Paes Leme _____	152
Figura 5 – 29 Street View – Calçadão Proposto _____	152
Figura 5 – 30 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Vista da Rua Amaro Cavalheiro _____	153

Figura 5 – 31 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Bicicletário Público _____	153
Figura 5 – 32 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Vista Aérea _____	154
Figura 5 – 33 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Vista da Rua Eugênio de Medeiros _____	154
Figura 5 – 34 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Mobiliários responsivos _____	154
Figura 5 – 35 Diagrama Explodido – Proposta Geral _____	155
Figura 5 – 36 Esquema: Estratégias _____	156
Figura 5 – 37 Esquema: Diretrizes _____	158

LISTA DE TABELAS

3. Capítulo 2: Cultural, Tempo e Espaço

Tabela 3.1 – São Paulo e sua relação com os espaços públicos: uma proposta de periodização. Fonte: Livro Espaço Público e Urbanidade em São Paulo ____ 51

4. Capítulo 3: Estudos de Caso

Tabela 4.1 – Análise da Arquitetura _____ 124

Tabela 4.2 – Análise de inclusão através dos 7 princípios _____ 125

Tabela 4.3 – Análise dos Espaços Urbanos _____ 126

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA _____	V
AGRADECIMENTOS _____	VII
EPÍGRAFE _____	IX
RESUMO _____	XI
ABSTRACT _____	XII
LISTA DE FIGURAS _____	XIII
LISTA DE TABELAS _____	XIX
1. INTRODUÇÃO _____	01
1.1 Justificativa _____	03
1.2 Objetivos da Pesquisa _____	04
1.3 Recorte Tempo/Espaço _____	05
2. DESENHO UNIVERSAL E INCLUSÃO SOCIAL	
2.1 O Conceito de Desenho Universal: Periodização e Normatização _____	07
2.2 O Conceito de Inclusão Social: Acessibilidade e Democracia _____	09
2.3 Exemplos de Aplicação do Desenho Universal _____	24
3. CULTURA, TEMPO E ESPAÇO	
3.1 A Cultura do Mundo Globalizado _____	37
3.2 As Dinâmicas dos Espaços Construídos na Cidade de São Paulo _____	50
3.3 Cívildade e Direitos humanos: Construir Cidades (e Sociedades) Inclusivas _____	52
4. ESTUDOS DE CASO	
4.1 Análise das Obras _____	57
4.1.1 Educacional e Cultural	
4.1.1.1 CCSP – Centro Cultural São Paulo – Rua Vergueiro, 1000 _____	59

4.1.1.2	SESC 24 de maio – Rua 24 de Maio, 109 _____	73
4.1.2	Edificações Mistas e Galerias	
4.1.2.1	Conjunto Nacional – Avenida Paulista, 2073 _____	88
4.1.2.2	Copan – Avenida Ipiranga, 200 _____	98
4.1.3	Espaço Público	
4.1.3.1	Praça Roosevelt, s/n _____	110
4.2	Síntese da Análise _____	121
5. ENSAIO PROJETUAL		
5.1	Definição do Lugar: Largo da Batata _____	127
5.1.1	Introdução _____	127
5.1.2	Cenários _____	129
5.1.3	Mobilidade _____	131
5.1.4	Problemáticas _____	133
5.1.5	Potencialidades _____	134
5.1.6	Diagnóstico _____	135
5.1.7	Morfologia do Entorno _____	135
5.1.8	Infraestrutura Viária _____	136
5.1.9	Caminhabilidade _____	136
5.1.10	Zoneamento PDE _____	136
5.1.11	Paisagens e Visuais _____	137
5.2	Proposta de Intervenção: Redesenho do Eixo de Mobilidade da Rua Paes Leme – Bairro Pinheiros / SP _____	139
5.2.1	Estratégias Previstas _____	139
5.2.2	Diretrizes Propostas _____	147
5.2.3	Conceitos aplicados ao Ensaio _____	156
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____		
7. NOTAS _____		
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
7.1	Endereços Eletrônicos _____	171
7.2	Entrevistas _____	180
7.3	Bibliografias _____	180
7.4	Legislação _____	182

7.5	Séries e Coleções _____	183
7.6	Documentários _____	184

9. APÊNDICES

7.7	APÊNDICE A – Referenciais para análise das tabelas _____	187
7.8	APÊNDICE B – Tabela 1 – Análise da Arquitetura _____	193
7.9	APÊNDICE C – Tabela 2 – Análise da Inclusão através dos 7 princípios _____	194
7.10	APÊNDICE D – Tabela 3 – Análise dos Espaços Urbanos _____	194
7.11	APÊNDICE E – Nota sobre Mobilidade: a liberdade de ir e vir _____	195
7.12	APÊNDICE F – Nota sobre a Pirâmide de Maslow e a Teoria das Necessidades _____	198

10. ANEXOS

7.13	ANEXO A – Check-list arquitetônico _____	202
7.14	ANEXO B – Quadro 1 – Classificação de Deficiências _____	202
7.15	ANEXO C – Quadro 2 – Histórico da Terminologia para Pessoas com deficiência _____	202
7.16	ANEXO D – Quadro 1 – Matriz para Avaliação do Desenho Universal _____	204
7.17	ANEXO E – Desenho Universal – Disciplinas Relevantes _____	205

PRIMEIRA PARTE

Contextualização

1. INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir, estruturado enquanto Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, é uma contribuição ao estudo dos princípios do desenho universal e sua relação com a cultura contemporânea, no que tange compreender questões da vivência cotidiana dos portadores de deficiência e necessidades especiais nos espaços urbanos e sociais, através de análises qualitativas do meio físico – acessibilidade - e do meio social - inclusão social - em busca de possíveis explicações para os problemas existentes na atualidade, especialmente aqueles relacionados à exclusão e desvalorização do portador de deficiência diante dos estigmas e práticas contemporâneas.

O recorte espacial compreende a área da cidade de São Paulo, que inicialmente pode ser considerada de extrema abrangência, mas justificado pela riqueza de características particulares de uma grande área metropolitana e que auxiliaram na elaboração do estudo. A cidade de São Paulo, plural, consolidada e em constante transformação, representa o cenário ideal para se discutir sobre diversidade humana e acessibilidade. Vale ressaltar que o estudo não se restringe somente ao espaço definido pela Arquitetura e Urbanismo, compreendendo um recorte espacial mais abrangente e, em certos momentos, imaterial. Além disso, também serão apresentadas discussões à nível social, as quais independem de aspectos locais, demonstrando uma ligação maior com o recorte temporal, estipulado como um período de aproximadamente 50 anos – desde 1970 até os dias atuais.

Através das análises se identificou a relação intrínseca entre apropriação do espaço e cultura, ambos em uma relação de simbiose, em que o conceito de desenho universal pode ser inserido como uma ferramenta qualitativa desses espaços, tornando-os mais democráticos e acessíveis, desde que certas práticas e estigmas contemporâneos sejam transformados pela própria sociedade. Observa-se, atualmente, a existência de 2 (dois) cenários sociais: a parcela da população induzida pelo capitalismo e a parcela da população que retoma, aos poucos, sua consciência cidadã, na busca pela reapropriação dos espaços urbanos, definida na monografia como “a contracultura contemporânea”.

Nos próximos tópicos, serão apresentadas informações gerais, como a justificativa, os objetivos da pesquisa, uma breve explicação sobre o recorte tempo/espaço e as metodologias de análise.

O corpo do trabalho foi estruturado em 3 (três) partes, caracterizadas pelo caráter da pesquisa. A “Primeira Parte” reúne os 2 (dois) capítulos teóricos, nomeada como “contextualização”; a “Segunda Parte” reúne os 2 (dois) capítulos práticos, nomeada como “estudos de caso e ensaio projetual”; e a “Terceira Parte” compreende as considerações finais e outros elementos pós-textuais para fechamento do estudo.

No “Capítulo 1: Desenho Universal e Inclusão Social” é tratado sobre o conceito de desenho universal, desde sua origem, constituição a informações complementares, como sua relação com os princípios do design crítico e inclusivo. No último tópico, são apresentados alguns exemplos de aplicação, os quais denotam a importância em se trabalhar os conceitos de acessibilidade e inclusão no desenvolvimento de projetos, quaisquer que sejam: de produtos à ambientes; da escala micro à macro.

O “Capítulo 2: Cultura, Tempo e Espaço” discorre sobre as características das cidades contemporâneas, sobre os aspectos nocivos da cultura contemporânea à diversidade humana, além de tratar sobre a ética como conduta necessária para vivência em sociedade. A demonstração de respeito e preocupação com próximo, fazendo uma relação ao conceito de “sustentabilidade social” abrange os aspectos estudados sobre a cidade de São Paulo, tais como a morfologia das áreas urbanas, os aspectos relacionados às atividades e usos no espaço público, além da discussão acerca da mobilidade e do exercício da cidadania.

No “Capítulo 3: Estudos de Caso” são apresentadas cinco obras ícone da Cidade de São Paulo, subdivididas em três categorias de análise: as edificações de uso educacional/cultural, com a análise da acessibilidade e inclusão das obras Centro Cultural São Paulo, localizado na Vergueiro e Sesc 24 de Maio, na República; as edificações de uso misto, com galeria, reunindo a análise das obras Conjunto Nacional, na Paulista e o Edifício Copan, localizado na República; e por fim, a análise do único espaço público selecionado, a Praça Roosevelt, a qual levantou alguns questionamentos sobre a diferença da acessibilidade nos espaços edificados e no desenho do vazio na cidade.

Posteriormente, o “Capítulo 4: Ensaio Projetual” reúne o estudo de lugar realizado no Largo da Batata e o desenvolvimento da proposta de intervenção nomeada como “Redesenho do Eixo de Mobilidade da Rua Paes Leme”, cujo principal objetivo foi o de aplicar os conceitos discutidos nos capítulos teóricos à uma prática projetual, através de diretrizes e estratégias aplicadas ao projeto de transformação urbana desse importante eixo conector da cidade. No mesmo capítulo são apresentados diagramas explodidos, contendo dados do levantamento realizado no local, cenários hipotéticos utilizando mapas esquemáticos indicativos, pretendendo demonstrar as transformações propostas. Além disso, são detalhados alguns pontos previstos pelo projeto, como o espaço de FoodTruck Park proposto entre quadras e o sistema modular denominado “Calçada Modular Acessível” (CMA), metodologia desenvolvida ao longo do trabalho e cujo principal objetivo prevê a padronização da construção dos passeios públicos através da pré-fabricação de calçadas modulares acessíveis.

Dentre os elementos pós-textuais há as considerações finais, que reúnem de forma breve as observações feitas ao longo dos capítulos; os textos nos apêndices, sendo o “Apêndice A – Referenciais para análise das tabelas” informações sintetizadas do “Manual de Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo”; o “Apêndice E – Nota sobre mobilidade: a liberdade de ir e vir” o texto complementar que discorre sobre a questão da mobilidade e o direito ao acesso, introduzindo conceitos de “mobilidade autônoma” e “mobilidade dependente” para se discutir questões relacionadas à infraestrutura e “trajeto-limite”; e, por fim, o “Apêndice F – Nota sobre a Pirâmide de Maslow e a Teoria das Necessidades”, em que são feitas relações entre a teoria do psicólogo Abraham Maslow e os aspectos pertinentes à deficiência.

Este e outros trabalhos de pesquisa podem proporcionar, tanto aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, quanto à leigos, a reflexão acerca da possibilidade de atuação do portador de deficiência no urbano e a modificação de práticas culturais excludentes, em prol da recuperação das relações, do acesso e da vivência saudável na sociedade.

1.1 Justificativa

Resumo: trazer à tona a discussão sobre desenho universal e sua relação com os

espaços sociais e urbanos em função da cultura contemporânea, especialmente tratando-se do curso de arquitetura e urbanismo, onde projeta-se para pessoas.

As discussões sobre desenho universal, acessibilidade e inclusão social se iniciaram, no Brasil, por volta da década de 80. Além de ser considerado um assunto recente e que trata sobre a concepção de espaços urbanos e edificados, envolve a discussão acerca do exercício da civilidade e a garantia dos direitos humanos do cidadão portador de deficiência e/ou necessidades especiais.

Entende-se que a aplicação dos princípios do desenho universal nesses espaços possibilita a participação e a mobilidade do indivíduo portador de deficiência e/ou necessidades especiais na esfera social e urbana. Desta forma, o desenho universal – e a acessibilidade - atribui qualidade ao meio físico, tornando-o universalmente acessível, enquanto que as dinâmicas sociais tendem a se modificar em função das práticas contemporâneas, baseadas na cultura contemporânea vigente. Esta, em seus aspectos positivos e negativos, influencia sobremaneira as vivências cotidianas na cidade e a maneira como o cidadão se apropria do espaço urbano.

Levando em consideração essas questões, foram utilizadas bibliografias de diversas áreas do conhecimento, como psicologia, antropologia, sociologia, arquitetura e urbanismo, com o objetivo de demonstrar a relação existente entre ambiente e deficiência – espaços construídos, sociais e a constituição da identidade individual do cidadão portador de deficiência e/ou necessidades especiais.

Enfim, a escolha do tema propõe discutir sobre inclusão e acessibilidade nos espaços sociais e urbanos, a fim de promover uma reflexão acerca da recuperação dos relacionamentos e vínculos, da preservação da diversidade, além de incentivar a retomada do uso do espaço público como um mecanismo de transformação cultural, em prol da construção de uma sociedade mais tolerante, humana e diversa.

1.2 Objetivos da Pesquisa

Resumo: tratar sobre a necessidade de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência nos espaços de uso coletivo e sobre a relevância do meio físico na construção das dinâmicas sociais atuais.

A seguinte monografia tem como objetivo realizar uma análise acerca dos espaços sociais na contemporaneidade sob a ótica da inclusão social e da acessibilidade. O intuito do estudo é demonstrar a importância da aplicação do desenho universal na construção dos espaços urbanos, uma vez ser a cidade o palco das relações e tais relações, o principal meio para a inclusão social de portadores de deficiência e necessidades especiais. De maneira sequencial, o estudo segue na seguinte ordem:

1. Estudar sobre o Desenho Universal e demonstrar como esse método qualifica os espaços de maneira democrática e inclusiva;
2. Promover reflexões acerca do papel social da Arquitetura e Urbanismo, no que tange a importância do acesso e livre mobilidade por todos os cidadãos, ou seja, demonstrar a importância de se garantir a vivência do portador de deficiência na esfera urbana;
3. Demonstrar a relevância do exercício da cidadania para a constituição da identidade individual do cidadão;
4. Estudar sobre a constituição dos espaços urbanos e a legislação vigente;
5. Levantar questionamentos sobre a influência da cultura contemporânea na conformação dos espaços urbanos e sociais, propondo uma análise crítica dos efeitos nocivos da cultura contemporânea nas práticas cotidianas;
6. Analisar 5 (cinco) obras ícone selecionadas como estudos de caso, todas elas localizadas na cidade de São Paulo, com o objetivo de classificá-las conforme os parâmetros de acessibilidade e os princípios do Desenho Universal;
7. Propor diretrizes e estratégias à nível urbano para a região do Largo da Batata, selecionado como local de intervenção e aplicação dos conceitos estudados nos capítulos teóricos, a fim de propor uma resposta às problemáticas identificadas relacionadas à: mobilidade, acesso e preservação da diversidade – de usos e humana.

1.3 Recorte Tempo/Espaço

Local: Cidade de São Paulo, SP - Brasil

Período: desde o início da discussão sobre acessibilidade e inclusão no Brasil, por volta da década de 1980.

Metodologia de análise: utilização de bibliografias para elaboração da discussão teórica; desenvolvimento de tabelas, gráficos, diagramas e fluxogramas para a demonstração dos dados coletados ao longo dos estudos de caso e para a elaboração da síntese geral; por fim, a proposta do ensaio projetual como uma possível resposta às questões discutidas nos 3 (três) primeiros capítulos teóricos e às problemáticas identificadas ao longo dos estudos de caso, propondo diretrizes e estratégias de transformação urbana na região do Largo da Batata, além do desenvolvimento de um modelo construtivo modular de passeios públicos acessíveis, denominado “Calçada Modular Acessível”.

2. CAPÍTULO 1: DESENHO UNIVERSAL E INCLUSÃO SOCIAL

2.1 O Conceito de Desenho Universal: Periodização e Normatização

O conceito de desenho universal surgiu após o período da revolução industrial, período este marcado pelos processos de produção em massa, pelo desenvolvimento de produtos e objetos desenhados com base em um modelo padrão de usuário – mesmo período em que surgiram as discussões sobre ergonomia e modelos antropométricos, como é o caso do sistema desenvolvido pelo arquiteto Le Corbusier, chamado Modulor. [1].

Isto é, anteriormente, a produção se caracterizava por ser artesanal, sob medida [2] ao usuário. Porém, com o início do período industrial, surgiram métodos de padronização, os quais facilitaram a produção de objetos em larga escala, desconsiderando a diversidade humana e utilizando referências físicas pré-determinados com base nas dimensões de um usuário considerado comum.

Além disso, após a II Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã, houve a necessidade de se reabilitar ex-combatentes - os quais tornaram-se deficientes após os eventos - às atividades cotidianas. Enquanto isso, na década de 90 foi criada a ADA (Americans with Disabilities Act) [3], lei norte americana que garante os direitos civis e proíbe a discriminação de indivíduos com deficiências em áreas públicas, ambientes corporativos, edifícios públicos e privados, bem como em áreas onde o acesso é considerado livre

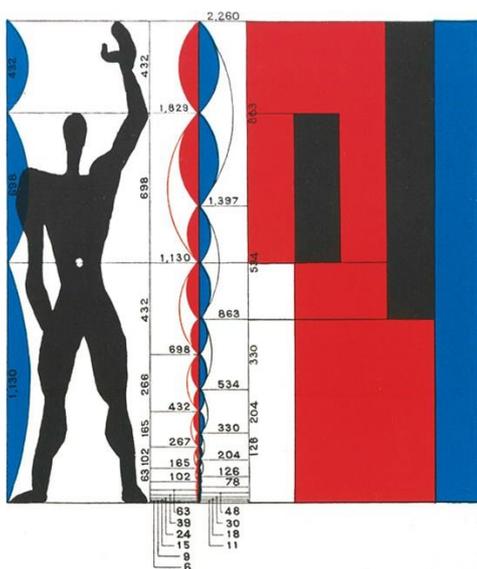


Figura 2 – 1 Modulor desenvolvido por Le Corbusier. Fonte: Life of na Architect

Entende-se que o conceito de desenho universal ultrapassa questões legislativas e normativas, pois sua aplicação e disseminação abrange diversas disciplinas e métodos, a fim de atender à diversidade humana e ao desenvolvimento de atividades de maneira autônoma, independente e confortável por qualquer usuário, seja por portadores de deficiência ou usuários comuns.

Em 1987, o arquiteto (e deficiente) Ron Mace criou a terminologia Universal Design e estipulou sete princípios básicos para o desenho universal, sendo eles:

- 1° Uso equiparável, igualitário;
- 2° Uso adaptável, flexível;
- 3° Uso óbvio, simples, intuitivo e evidente;
- 4° Informação perceptível, por tato ou visão;
- 5° Uso seguro e tolerante ao erro;
- 6° Uso que requer pouco esforço físico;
- 7° Uso abrangente e que proporcione espaço para aproximação e uso

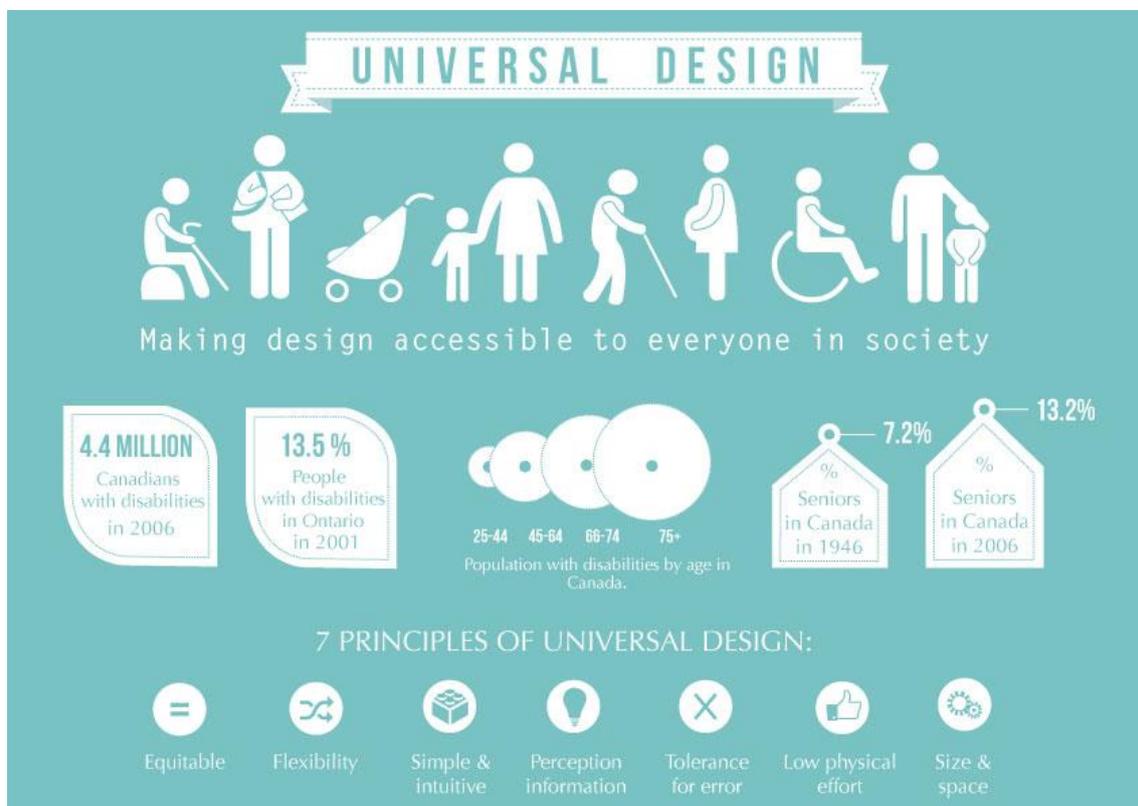


Figura 2 – 2 Princípios do Desenho Universal. Fonte: Center for Inclusive Design and Environmental Access

Segundo Wolfgang F.E. Preiser, em seu texto publicado no livro “Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil”, “o desafio é operacionalizar os sete princípios e alinhá-los com os tipos de critérios-padrão e diretrizes aos quais projetistas e planejadores estão acostumados a utilizar”. (WOLFGANG, 2010, p.23)

Além disso, o autor apresenta uma tabela de disciplinas relevantes para a aplicação do desenho universal (Vide Anexo E – Quadro 2 – Desenho Universal: Disciplinas Relevantes), onde se destacam as áreas de Desenho Industrial, Projeto de Produto, Projeto de Interiores, Arquitetura, Planejamento e Desenho Urbano, no que tange a discussão proposta para a monografia, uma vez essas disciplinas estarem relacionadas à constituição dos espaços edificados, urbanos e ao desenho dos mobiliários públicos e utilizados em atividades cotidianas.

Em suma, compreende-se a necessidade de se repensar critérios e métodos de criação, com o intuito de incorporar os princípios do desenho universal desde a concepção do projeto, que segundo o autor Gui Bonsiepe, em seu livro “Desin, cultura e sociedade”, corresponde à “criação de uma consciência crítica” como “um passo indispensável para uma prática projetual crítica”. (BONSIEPE, 2011, p26)

2.2 O Conceito de Inclusão Social: Acessibilidade e Democracia

Para compreender o conceito de inclusão social propõe-se compreender o seu oposto: o conceito de exclusão social. Na obra intitulada “As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social”, a autora e psicóloga Bader Sawaia ^[4] reúne textos de diversos outros autores que tratam sobre a questão, movidos pela relevância que o assunto adquiriu a partir da década de 80.

Os dois trechos a seguir são considerados de destaque na obra, de autoria de Mariangela Belfiore Wanderley, pois demonstram que a relação entre inclusão e exclusão tendem a atingir os grupos menos favorecidos, como o de portadores de deficiência e minorias étnicas, por exemplo.

Muitas situações são descritas como de exclusão, que representam as mais variadas formas e sentidos advindos da relação inclusão/exclusão. Sob esse rótulo estão contidos inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações

que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais; minorias étnicas ou de cor; desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de aceder ao mercado de trabalho; etc.). (WANDERLEY, 2001, p.17)

Entende-se que estes grupos sofrem com os estigmas, os rótulos, com a ruptura de vínculos sociais e a partir dos efeitos nocivos ocasionados pelos processos excludentes – em grande parte induzidos pela cultura e práticas contemporâneas - inicia-se a busca pela reinserção social desses grupos, utilizando-se de inúmeros programas de inclusão, como programas sociais, criação de cotas, dentre outros.

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. (WANDERLEY, 2001, p.25)

Assim como pontuado pela autora, “a mundialização e as transformações produtivas são processos que, sem dúvida, tem pontos positivos: as distâncias se reduziram, não há mais barreiras físicas para a informação, o conhecimento, o intercâmbio cultural” (WANDERLEY, 2010, p24), além de que a democracia passou a ser considerada um “requisito de legitimidade internacional” (WANDERLEY, 2010, p24), todavia, a exclusão social tornou-se assunto latente, fruto dos efeitos negativos da globalização e agravada por certas práticas contemporâneas, sendo tal estado definido como “uma nova manifestação da questão social”. (WANDERLEY, 2010, p24)

No próximo capítulo serão abordadas as relações entre a globalização, cidades e sociedades, a fim de demonstrar a relevância da cultura contemporânea nas práticas urbanas e sociais, que por sua vez alteram significativamente a relação entre espaço e usuário (cultura e deficiência).

Portanto, vale ressaltar que a inclusão pode ser considerada efetiva e caracterizada como um processo natural quando atenuados e/ou eliminados os processos excludentes responsáveis pela segregação social e espacial desses grupos, ou seja, quando eliminadas e/ou atenuadas certas práticas da cultura contemporânea responsáveis pela segregação e discriminação.

Além disso, cabe a reflexão acerca da eliminação de estigmas e preconceitos e a incorporação do desenho universal, bem como da acessibilidade e tecnologia assistiva [5] no cotidiano de nossas cidades e sociedades, com o principal objetivo de devolver aos deficientes o espaço social e físico que sempre lhes pertenceu, só que em meio físico adequado às suas limitações e inseridos em uma cultura mais humana e tolerante.

Em relação aos eventos históricos ocorridos no país, na mesma época em que houve a revisão da Constituição - na década de 80, período em que se iniciaram com mais afinco as discussões sobre democracia e direitos dos cidadãos, foram promovidos congressos mundiais para se discutir sobre o tema inclusão social e direitos humanos, bem como para a elaboração da legislação brasileira voltada para a acessibilidade e a aplicação do desenho universal na construção de cidades e espaços mais acessíveis.

A seguir serão apresentadas mais informações a respeito dos tipos de deficiência, das terminologias utilizadas ao longo da história, sobre a concepção da acessibilidade e sua relação intrínseca com a democracia aplicada ao design e a constituição da consciência existencial e identidade do portador de deficiência perante os grupos sociais e as práticas coletivas, propondo uma abordagem sobre os direitos humanos e o exercício da cidadania.

Tipos de deficiências

Entende-se por deficiência "toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. " (Decreto 3.298/99). Tal terminologia se subdivide em três categorias principais, sendo elas:

- Deficiência mental / cognitiva: compreende indivíduos com limitação de conduta adaptativa, que apresentam funcionamento intelectual abaixo da média e/ou dificuldade em interação social. Pode ser leve, moderada, severa ou profunda;
- Deficiência visual, auditiva ou de linguagem / sensorial: a deficiência visual compreende indivíduos cegos, parcialmente cegos ou daltônicos;

a deficiência auditiva compreende indivíduos surdos ou parcialmente surdos; e a deficiência de linguagem compreende indivíduos que possuem a fala defeituosa ou problemas funcionais, como a gagueira e as desordens de fala. No caso da deficiência de linguagem, pode ser ocasionada por questões fisiológicas (causas orgânicas) e/ou por distúrbios emocionais, neurais e sociais;

- Deficiência física / motora: compreende indivíduos que possuem limitação no próprio corpo, tendo sua locomoção e execução de atividades básicas, como caminhar ou se alimentar, prejudicada. Podem ocorrer em pessoas saudáveis, através de lesões permanentes, amputações ou ser congênita (de nascença).

Além disso, há também a subdivisão de categorias para os casos de portadores de necessidades especiais, sendo elas:

- Superdotados / talentosos: compreende indivíduos com alto desempenho intelectual em relação à média observada;
- Distúrbios de aprendizagem: compreende indivíduos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem, incluindo deficiência de percepção, lesões cerebrais, dislexia, dentre outras condicionantes;
- Distúrbios de déficit de atenção: compreende indivíduos com hiperatividade e com déficit de atenção;
- Distrofia muscular progressiva: engloba todos os tipos de doenças que se caracterizam pela degeneração do tecido muscular, levando à falência respiratória;
- Lábio leporino: compreende indivíduos com má formação embrionária, e grande parte dos casos pode ser solucionado através de procedimentos cirúrgicos;
- Albinismo: ocasionado por um grupo de falhas genéticas que causam a diminuição da coloração dos pelos do corpo e da pele;
- Hidrocefalia: compreende indivíduos com excesso de liquor cefalorraquidiano dentro dos ventrículos cerebrais, o que compromete o desempenho intelectual e desenvolvimento.

Existem ainda os tipos de deficiência mental que podem ser prevenidas através

do “teste do pezinho”, como a doença metabólica hereditária chamada Fenilcetonúria, a doença causada pela falta de hormônios tireoidianos chamada Hipotireodismo Congênito, dentre outras.

Terminologias

A partir da década de 70, com a promulgação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, tem-se discutido acerca do termo utilizado para designar pessoas portadoras de deficiências e necessidades especiais.

Segundo a autora Silvana Cambiaghi, em seu livro “Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas”:

O termo pessoa deficiente foi definido para qualquer pessoa que, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais, estivesse impossibilitada de cumprir sem ajuda total ou parcial, as exigências de uma vida individual e social normais. (CAMBIAGHI, 2007, p24)

Em 1976 a Organização Mundial da Saúde (OMS) “aprovou a publicação, em caráter experimental, da classificação suplementar de deficiências e desvantagens em um suplemento adicional e não mais como parte integrante da Classificação Internacional de Doenças (CID)” (CAMBIAGHI, 2007, p25), ou seja, a deficiência deixou de ser classificada como uma doença e passou a ser classificado em três níveis:

- Impairment (deficiência) – se refere a alteração do corpo, de perturbação a nível orgânico;
- Disability (incapacidade) – referente à limitação no desempenho de certas atividades, de perturbação ao nível do usuário;
- Handicap (desvantagem) – se refere às dificuldades enfrentadas pelo deficiente, incluindo problemas de repressão, adaptação e interação à nível social.

(Tabela de definições vide Anexo B – Quadro 1 – Classificação de Deficiências)

Em 2001 foi aprovada a resolução WHA54.21, a qual “passou a ser utilizada como uma ferramenta de investigação para medir a qualidade de vida da pessoa deficiente ou para verificar os fatores ambientais a que ela está sujeita”. (CAMBIAGHI,

2007, p.25)

Levando em consideração a transição entre períodos e os eventos ocorridos nos últimos 40 anos, o termo utilizado para denominar os indivíduos portadores de deficiência sofreu inúmeras alterações, gradativamente modificando sua conotação.

Por volta da década de 60, eram utilizados termos pejorativos, tais como “beneficiários inválidos”, “incapacitados” e “defeituosos”, os quais reduziam a vida do cidadão à invalidez e insignificância diante dos grupos e práticas sociais, portanto, esses termos refletiram por muito tempo aspectos culturais arraigados, como a discriminação, a exclusão e a intolerância em relação à deficiência.

A partir da década de 80, o termo passou a ser “deficiente”, atribuindo ao indivíduo o valor de pessoa deficiente e posteriormente, a partir da década de 90, o termo foi alterado para “portador de deficiência”, modificando a condição do indivíduo através de um valor agregado e não mais como um valor que o definiria enquanto cidadão.

Ou seja, o portador de deficiência tem a possibilidade de trabalhar seus inúmeros potenciais, de contribuir enquanto cidadão ativo na sociedade, sem estar subjugado ao valor de deficiente, visto vulgarmente como indivíduo limitado e/ou incapacitado.

Concomitantemente, surgiu o termo “portador de necessidades especiais”, como uma tentativa de amenizar a palavra “deficiência”. Desde então, o termo comumente utilizado é “portador de deficiência e necessidades especiais”.

(Tabela original de terminologias vide Anexo C - Quadro 2 – Histórico da Terminologia para Pessoas com Deficiência)

Acessibilidade

O termo Acessibilidade começou a ser utilizado para denominar espaços livres de barreiras e, conforme Guildo Magalhães dos Santos Filho se refere em texto publicado no livro “Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil”:

A acessibilidade (que também foi chamada de acesso fácil), denota portanto a possibilidade de se usar algum elemento do espaço por pessoas em geral, inclusive aquelas com dificuldades sensoriais ou

mentais. Esta definição acabou transplantada e serviu de objetivo em termos da respectiva legislação envolvendo direitos humanos e pessoas com deficiência. (FILHO, 2010, p.37)

Ou seja, entende-se por acessibilidade todos os recursos físicos utilizados para qualificar os espaços de forma universal, afim de garantir o acesso por todo e qualquer tipo de usuário.



Figura 2 – 3 Sinais sonoros auxiliam deficientes visuais durante a travessia, no Japão.
Fonte: Vídeo do Canal Eric Messa, Youtube

Enquanto que nos casos de ausência de acessibilidade, pode-se utilizar o conceito “exclusão espacial” para denominar todo espaço “que exclui o usuário no âmbito de uma inter-relação social” (DUARTE e COHEN, 2010, P85) e da possibilidade de se locomover sem dificuldades.

Segundo as autoras Cristiane Rose Duarte e Regina Cohen, em texto publicado no livro “Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil”:

Esta exclusão produzida pelo meio acontece quando os espaços se transformam na materialização de práticas sociais segregatórias e de uma visão de mundo que dá menor valor às diferenças (sociais, físicas, sensoriais ou intelectuais.) Quando não são acessíveis, os espaços agem como atores de um apartheid silencioso que acaba por gerar a consciência de exclusão da própria sociedade. (DUARTE e COHEN, 2010, p85)

Além disso, “o principal papel das normas de acessibilidade da ABNT tem ido para além de prescrever simplesmente diretrizes, passando ao de formação de cultura” (FILHO, 2010, p42). Isto é, a implementação desses recursos normativos e legislativos, somados à preocupação social com os deficientes e à garantia de seus direitos e o exercício da cidadania, tendem a promover mudanças culturais e comportamentais, as quais tornariam as cidades mais diversas e inclusivas.

Sendo assim, como pontuado por Duarte e Cohen, a acessibilidade aplicada aos espaços públicos e edificados tende a exercer importante papel na constituição de identidades, nas inter-relações entre grupos e, principalmente, na promoção da inclusão social efetiva dos indivíduos que compõem uma parcela considerada minoria social.

Em breve serão apresentadas mais algumas observações sobre a constituição da “consciência existencial” ^[6] do portador de deficiência e sua relação direta com a articulação dos espaços sociais.

A Acessibilidade participa do processo de moldagem do Lugar da pessoa com deficiência, sendo agente dos usos e apropriações dos ambientes – mais do que das dificuldades encontradas na locomoção. Em nosso entender, este deveria ser o fio condutor de nossas atitudes frente à compreensão da função social dos espaços públicos. DUARTE e COHEH, 2010, p87)

Em relação aos eventos internacionais ocorridos para se discutir sobre o assunto, desde a década de 60 questiona-se sobre o modelo de homem-padrão e por consequência, iniciam-se os estudos que originaram o conceito de acessibilidade.

Países como Japão, EUA, Suécia e outros países europeus foram os primeiros a participar da conferência que originou, em 1963, a comissão chamada Barrier Free Design ^[7]. O principal objetivo das reuniões era o de discutir sobre métodos acessíveis, dando início à concepção do conceito nomeado, posteriormente, Universal Design.

A partir dos anos 80 iniciou-se, no Brasil, o debate sobre acessibilidade, responsável por acarretar a elaboração de leis, decretos, documentos técnicos e estatutos, a fim de garantir acesso aos meios físicos e os direitos dos portadores de

deficiência.



Figura 2 – 4 Acessibilidade no sistema de VLT, no Rio de Janeiro. Fonte: Site Globo



Figura 2 – 5 A frota da Rede Integrada de Transporte (RIT), em Curitiba, apresenta elevado índice de acessibilidade. Fonte: TheCityFix Brasil

Ou seja, há aproximadamente 60 anos se tem trabalhado em prol da inclusão dos portadores de deficiência e da melhoria da qualidade de vida desses cidadãos, tanto em relação aos espaços físicos, com a aplicação da acessibilidade e do desenho universal, quanto aos meios sociais e cotidianos, com a elaboração de programas de inclusão, implementação de tecnologia assistiva e mobilidade acessível na cidade.

Dentre os eventos e documentos mais significativos lançados neste mesmo período, são destacados:

- Em 1981 houve a institucionalização realizada pela ONU, evento nomeado como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Sua realização contribuiu para que o assunto assumisse uma nova escala mundial, envolvendo interesses públicos e privados em diversos países onde o assunto ainda era recente, em especial instigando o interesse da sociedade civil em trazer essas questões à tona e a busca pela participação urbana desses cidadãos, até então limitados à convivência e ambiente domésticos.
- Em 1982 foi aprovado o PAM – Programa de Ação Mundial para as Pessoas com deficiência pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o qual teve, como principal objetivo, “a finalidade de promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de igualdade e participação plena das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento”.^[8] Segundo a resolução do programa:

Isto significa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação equitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico. Estes princípios devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento.^[9]

- Em 1985 é publicada a primeira norma técnica no Brasil, nomeada como NBR 9050:1985 – Adequação das edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente, elaborada pelo Comitê Brasileiro da Construção Civil e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT^[10]. Sua criação proporcionou novas possibilidades de acesso e usufruto dos espaços públicos e edificados, oferecendo maior qualidade ao meio físico, possibilitando locomoção, mobilidade e convivência harmoniosa dos portadores de deficiência em sociedade.
- Em 1988 é promulgada a nova constituição Brasileira, nomeada “Constituição Cidadã”, a qual determina em seu artigo 227 que “o Estado deve dispor de uma lei sobre normas de construção dos logradouros e

dos edifícios de uso público e da fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”. [11][12]

- Em 1989 foi criada a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, hoje integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Em 1991 inicia-se a revisão da NBR9050 [13] e a criação de outras normas, tais como a NBR14020:1997 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Longo Percurso, NBR 14021:1997 – Transporte – Acessibilidade no sistema de Trem Urbano ou Metropolitano, NBR 14022:1997 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência em Ônibus e Trólebus para Atendimento Urbano e Intermunicipal, NBR 14273:1999 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência ao Transporte Aéreo Comercial, NBR 13994:2000 – Elevadores de Passageiros – Elevadores Para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência. Observa-se que todas as normas criadas em um período de aproximadamente 10 anos propõem melhorar a qualidade de acesso e a inclusão dos deficientes nos ambientes e atividades comuns, como por exemplo a utilização do transporte público para a garantia da mobilidade ou a utilização de aeronaves e elevadores com instalações adequadas;
- Em 2000 é publicada a lei 10.048/00 [14], que se destaca pela prioridade de atendimento aos deficientes e de implementação de acessibilidade nos automóveis nacionais. Neste caso, tal medida indica a preocupação com a mudança de comportamento da população, em entender e apoiar o atendimento preferencial e a utilização do transporte público por deficientes. No mesmo ano é criada a lei 10.098/00 [15], a qual estabelece critérios para a aplicação de acessibilidade em edificações públicas, privadas, espaços de uso coletivo, sistemas de comunicação, etc;
- Em 2003 é lançado o Estatuto do Idoso [16], o qual também exige a garantia de ir e vir nos passeios públicos, nas habitações adequadas e a reserva de assentos preferenciais nos transportes públicos. No mesmo ano é criado o Ministério das Cidades, que colaborou para a discussão acerca da acessibilidade e criou o Programa Brasil Acessível [17];

- Em 2004 houve nova revisão da NBR9050, incorporando “novas tecnologias, produtos e indicadores técnicos” [18] e tem seu título modificado para Acessibilidade a edificação, mobiliário, espaços e equipamentos, “não mais focado nas pessoas com deficiências, mas numa acessibilidade para todos reforçando o conceito de desenho universal”. [19]
- Ou seja, suas exigências passam a abranger unidades autônomas, condomínios verticais e horizontais, especialmente em seus espaços de uso comum. No mesmo ano foi elaborada outra norma, a NBR 16001:2004 – Responsabilidade social – Sistema de Gestão – Requisitos, responsável por “estabelecer requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da Responsabilidade Social, permitindo à organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta as exigências legais, seus compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das suas atividades”. [20]
- Em 2005 foram elaboradas outras três normas, sendo elas a NBR 15250:2005 – Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário, NBR 15290:2005 – Acessibilidade em comunicação na televisão e NBR 15320:2005 – Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário;
- Em 2006 foi elaborada outra norma, NBR 15450:2006 – Acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário;
- Em 2007 é publicado o Decreto 5296/04, que regulamenta as duas leis federais e determina prazos para a aplicação da acessibilidade nas edificações públicas e em 2008, para as edificações de uso privado;
- Em 2008 foram lançadas outras duas normas, NBR 15570:2008 – Transporte – Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros e NBR 15599:2008 – Acessibilidade – Comunicação na Prestação de Serviços. Nota-se que ambas abrangem outras disciplinas diferentes de Arquitetura, tais como Desenho de Produto, Tecnologia da Informação e Desenho Industrial. No mesmo ano, a Convenção da ONU sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada à legislação brasileira, afim de garantir a equiparação de oportunidades entre deficientes e cidadãos comuns. [21]

- Em 2016 entra em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que visa garantir direitos à acessibilidade, educação, saúde, participação social e política, além de aplicar punições a condutas discriminatórias.

Nota-se, portando, a existência de diversos documentos, normas, leis, decretos e estatutos responsáveis por fiscalizar e especificar a aplicação da acessibilidade nos espaços públicos e edificados, em prol da inclusão social, da recuperação de vínculos entre grupos, do sentido de pertencimento ao local e à sociedade e, principalmente em respeito à diversidade humana.

Identidade e “Consciência Existencial”

Ao longo dos últimos anos ocorreram mudanças em relação à estigmatização social [22] do portador de deficiência, sendo a principal delas caracterizada pela transferência da responsabilidade única da família e do próprio portador ao setor social e coletivo.

Em suma, “as pessoas percebem que a cidade é hostil quando começam a apresentar perdas físicas e sensoriais” (PRADO; RODRIGUES; ALMEIDA, 2010, p61) e por muito tempo atribuiu-se ao portador de deficiência e à família do portador a responsabilidade diante das dificuldades, fossem elas relacionadas ao acesso, à educação, à mobilidade ou à saúde, enquanto a sociedade e os órgãos públicos se isentavam de suas parcelas de participação diante do tão almejado [23] acesso e inclusão efetiva.

Anteriormente restritos à convivência doméstica, os portadores de deficiência se sentiam limitados às possibilidades, à construção de uma vida promissora e saudável, e especialmente à convivência em sociedade, seja pela participação em eventos, ou pelo acesso à vida pública e à cidade.

Em função dos impedimentos e das dificuldades enfrentadas, o portador de deficiência tendia a sofrer com a culpabilização diante de suas limitações e

impedimentos, interferindo substancialmente na constituição de sua auto-estima e no sentido de pertencimento à um grupo. Portanto, o indivíduo sofria com a baixa auto-estima, a desvalorização e a discriminação.

Embora as dinâmicas sociais apresentem indícios dos efeitos negativos causados pela cultura contemporânea, o cenário urbano atual denota uma evolução social e construtiva em prol da inclusão social, como a implementação de acessibilidade, a utilização de tecnologia assistiva e outros métodos que possibilitam acesso e interação social, além da possibilidade de expansão, da participação e convivência para fora do âmbito doméstico e familiar.

Ou seja, “as políticas públicas devem contribuir para minimizar a segregação espacial” (PRADO; RODRIGUES; ALMEIDA, 2010, p66), uma vez que “a experiência dos espaços estrutura os padrões de ação do sujeito sobre o ambiente” (DUARTE e COHEN, 2010, p83).

Levando em consideração tais reflexões, entende-se que os espaços e suas organizações sociais tendem a exercer influência na construção da “consciência existencial” (DUARTE e COHEN, 2005) do indivíduo, seja ele portador de necessidades especiais ou um cidadão comum, pois a relação deste com os espaços que frequenta e habita se caracteriza como uma relação de simbiose: ambos de suma importância para compreender a diversidade humana e a relevância da articulação dos espaços edificados e públicos, além de manter trocas permanentes entre os meios social e físico.

Segundo as autoras Cristiane Rose Duarte e Regina Cohen, “as cidades e seus espaços são, por excelência, o local de todos, o local do encontro, da troca, do compartilhamento” (DUARTE e COHEN, 2010, p85) e “o ambiente é percebido, assimilado, recebe afetos, toma novas significações, modifica o indivíduo que o usa e retorna a ser alterado em seus valores e significados”. (DUARTE e COHEN, 2010, p83)

Neste caso, entende-se que a “hospitalidade na arquitetura” ^[24] e o desenho universal possibilitam a participação social, além do desenvolvimento de inúmeros potenciais, anteriormente ofuscados pela falta de oportunidade do cidadão em vivenciar o cotidiano nos espaços compartilhados.

Segundo Yi-Fu Tuan, em sua obra “Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência”:

Os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fato: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações entre as pessoas. O Homem como o resultado de sua experiência íntima com o seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais. (TUAN, 1983).

Ou seja, entende-se que os espaços construídos podem alterar significativamente a maneira como o homem se projeta no mundo e o contrário idem.

Segundo Duarte e Cohen (2005):

Ao serem impedidas de experienciar os espaços construídos como a maioria das pessoas, as diferenças concretas das PDLs ficam ainda mais evidentes e geram o peso psicológico da realidade de pertencer a uma minoria, contribuindo para o processo de segregação psico-social e de exclusão espacial. Diversos depoimentos de PDLs coletados, nos fizeram crer que é quando se deparam com um impeditivo, seja de ordem física ou gerado pelo preconceito e pela discriminação, que estas pessoas, efetivamente, se veem como "diferentes", passando a achar que as outras pessoas que usam os espaços urbanos as olham com desprezo, e desenvolvendo então sentimentos de inferioridade.

Quando o portador de deficiência e/ou necessidades especiais se sente negligenciado em um espaço hostil e recebendo qualquer tratamento preconceituoso, a tendência é que ele se inferiorize e se exclua, passando a fazer parte de uma minoria social desfavorecida e discriminada. Assim como pontuam as autoras:

Constata-se assim que tudo o que afasta uma PDL de sua plena capacidade de apreensão do mundo e de sua consciência existencial (sua dificuldade de locomoção, sua aparência ou sua diferença, por exemplo) poderá ser reduzido à condição de sua simples dificuldade se sua vida cotidiana urbana for sustentada por uma cidade universalmente acessível. ” (Duarte e Cohen, 2006).

Portanto, acredita-se que a cidade, através de sua infraestrutura universal, pode se tornar um lugar para todos ^[25], lugar este responsável pela constituição do valor do cidadão. Os aspectos vinculados à participação social, à mobilidade, à convivência em sociedade e à transformação cultural decorrente das modificações no meio físico contribuem, desta forma, para construção de uma sociedade mais

tolerante, adepta à diversidade e composta por indivíduos com alta auto-estima e sensação de pertencimento.

Quando se fala em acessibilidade e Desenho Universal, compreendemos que, muito mais do que a preocupação com a eliminação de barreiras urbanas, devemos pensar o espaço inclusivo como sendo aquele que permite (inclusive às PDLs) a opção de experienciar os espaços. Ou seja, a compreensão do ambiente passa pela consciência de que é possível (ou não) dirigir-se e circular por todos os espaços da cidade, mesmo aqueles situados além da possibilidade de ser visto. Nesse contexto, pode-se acreditar que "espaços inclusivos" sejam aqueles capazes de fornecer à PDL um sentimento de segurança, competência e liberdade na sua dificuldade de locomoção com vistas a dirigir as suas ações, podendo estabelecer uma relação harmoniosa dela com o mundo exterior.

Consideramos assim a deficiência física como o resultado de uma limitação que ocorre por uma fraca relação entre o sujeito e o meio ambiente. Entendemos que esta deficiência poderia ser minimizada através de uma correta concepção espacial a ser posta em prática.

Concluimos, assim, que o espaço construído dentro de certos parâmetros que visam a "inclusão espacial" destes grupos, terá a capacidade de permitir as trocas, estimular o estabelecimento de teias de relações, valorizar as experiências dos lugares e evitar o esfacelamento das individualidades, atenuando as diferenças. (DUARTE E COHEN, 2006).

2.3 Exemplos de Aplicação do Desenho Universal

A seguir serão apresentados alguns exemplos de métodos e produtos desenvolvidos conforme os princípios do desenho universal, afim de garantir, cada qual à sua maneira, a utilização segura, funcional e inclusiva por todos os usuários.

Observa-se que, recentemente, a maioria dos produtos desenvolvidos com essa proposta possuem aspectos em comum, como por exemplo: o fato de grande parte deles serem utilizados em atividades pessoais - de higiene e alimentação - e/ou abrangerem ambientes externos, como o corporativo e o urbano.

Isto é, a tendência de se repensar o projeto de tais produtos reforça a ideia de que é necessário incluir essa parcela da população nos espaços públicos e corporativos, possibilitando o desenvolvimento de suas trajetórias profissionais, além de contribuir para o desenvolvimento da autonomia em realizar atividades básicas para suprir necessidades fisiológicas.

Portanto, propõe-se levar o deficiente para fora do âmbito doméstico e familiar, possibilitando o aprimoramento de seus potenciais e a sua participação digna em sociedade.

Visual Merchandising

- Classificação: ferramenta metodológica de vendas
- Objetivos: aplicar os conceitos de desenho universal à metodologia, afim de proporcionar acessibilidade e inclusão aos ambientes de vendas e ampliar o número potencial de consumidores
- Técnicas e ferramentas:
 - Ambientação;
 - Cuidado com a iluminação - evitar ofuscamento;
 - Valorização das áreas mais baixas dos expositores - em especial aos cadeirantes e pessoas de baixa estatura;
 - Comunicação legível e objetiva;
 - Cuidado com os detalhes dos expositores e araras - como cantos arredondados e estabilidade;
 - Pisos homogêneos e sem desníveis em degraus - espaços fruídos proporcionam uma experiência agradável e induzem à compra;
 - Provadores mais espaçosos e ao menos 1 (um) deles acessível à cadeirantes;
 - Pisos homogêneos e sem contrastes de cores.
- Resultados esperados: as técnicas propõem melhorar a experiência do consumidor, respeitando suas limitações motoras, cognitivas ou sensoriais.



Figura 2 – 6 Exemplo de loja masculina com aplicação de visual merchandising. Fonte: Design Culture

Tilting Sink

- Classificação: objeto cotidiano utilizado para higiene pessoal
- Objetivos: adaptação da infraestrutura à usuários comuns e cadeirantes, evitando situações de restrição de acesso, como por exemplo, a utilização exclusiva de sanitários PNE por falta de infraestrutura adaptativa em sanitários comuns
- Técnicas e ferramentas:
 - Redesenho da base da cuba, propondo um chanfro que a torna adaptada à diversas alturas;
 - Seu sistema de rotação funciona através do eixo de instalação, permitindo o movimento simples e intuitivo do usuário;
 - Há sistema de bloqueio e bordas altas para evitar que a água saia da pia nos casos em que for utilizada em ângulo.
- Resultados esperados: redução da sensação de exclusão do deficiente, uma vez que as cubas poderiam ser instaladas em sanitários comuns e se adaptariam a qualquer usuário; não seria necessário que o deficiente (cadeirante) utilizasse um sanitário PNE exclusivo por falta de acesso aos sanitários comuns, desde que toda a arquitetura também fosse acessível.

Este é um dos tantos exemplos de design em que: uma rápida alteração no desenho do objeto somada à inserção de um mecanismo simples de rotação, contribuem para tornar a utilização universal e inclusiva.



Figura 2 – 7 Pia sendo utilizada por uma pessoa comum, de estatura média. Fonte: Site Gwenole Gasnier / Autoria: Véronique Huyghe



Figura 2 – 8 Pia sendo utilizada por um cadeirante. Fonte: Site Gwenole Gasnier / Autoria: Véronique Huyghe

E-Desk Wheelchair Accessible Computer Desk

- Classificação: produto utilizado em ambientes corporativos
- Objetivos: melhorar a produtividade e garantir infraestrutura acessível nos ambientes de trabalho
- Técnicas e ferramentas:
 - Recortes no tampo das mesas para encaixe das rodas e demais partes das cadeiras de rodas;
 - Possibilidade de alteração automatizada da altura das mesas;
- Resultados esperados: proporcionar infraestrutura adaptada à funcionários cadeirantes, afim de melhorar a produtividade e incluí-los, efetivamente, no ambiente corporativo

Vale lembrar que, atualmente, há cotas para contratação de deficientes no caso de empresas com no mínimo 100 funcionários. A ideia de tornar o ambiente de trabalho inclusivo e adaptativo transformaria a ideia de que as contratações de deficientes são feitas exclusivamente para preenchimento dessas cotas.

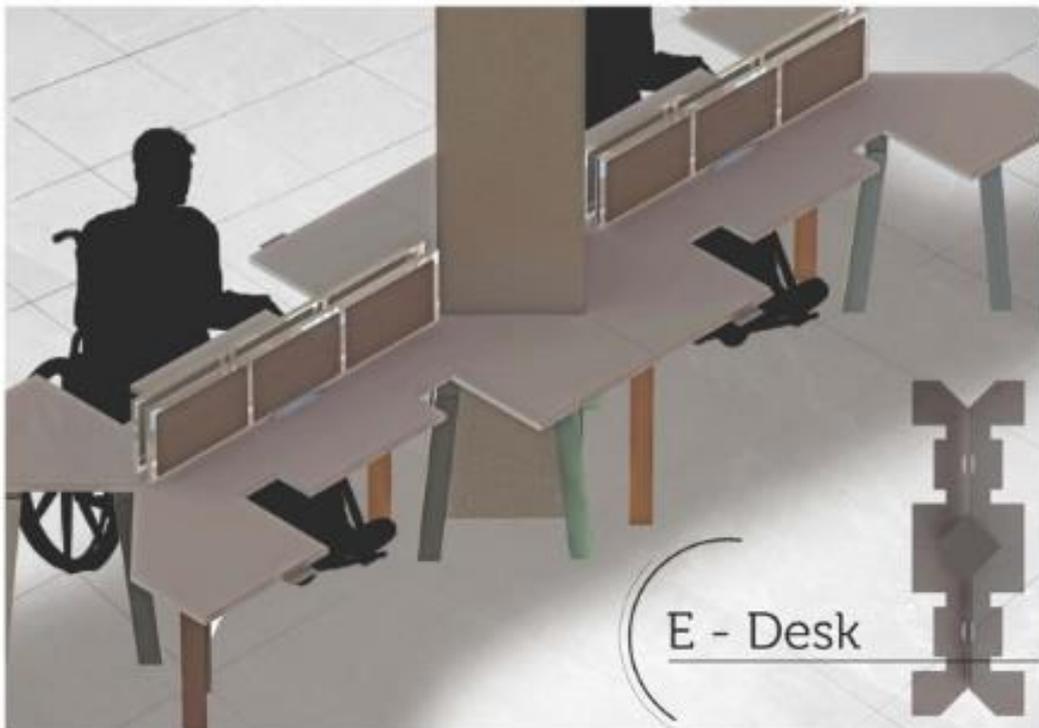


Figura 2 – 9 Exemplo de disposição do mobiliário no ambiente corporativo.
 Fonte: Universal Design Style / Autoria: Guy Metcalfe-hume via Behance

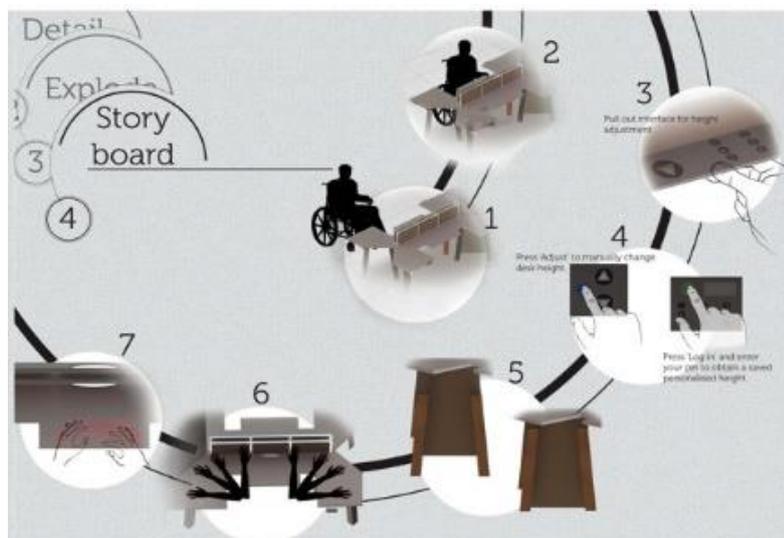


Figura 2 – 10 Demonstrativo. Fonte: Universal Design Style /
 Autoria: Guy Metcalfe-hume via Behance

Engrossador de Talheres - Mercur

- Classificação: produto utilizado em atividades cotidianas
- Objetivos: auxiliar em situações de dificuldade de preensão palmar, uma vez que o

dispositivo engrossa a superfície de contato com a mão e facilita a pega do objeto

- Técnicas e ferramentas: é considerado um dos dispositivos mais simples de tecnologia assistiva, uma vez que sua fabricação é industrial, feita em borracha e funciona encaixando o engrossador no cabo de talheres, pincéis, maçanetas, etc. - Ou seja, não exige mecanismos e instalações sofisticadas, somente sua utilização direta.
- Resultados esperados: melhorar a qualidade de vida e auxiliar na execução de atividades básicas, promovendo a autonomia e liberdade do usuário



Figura 2 – 11 Engrossador de Talher

O engrossador azul pode ser utilizado em cabos de madeira e plástico. Fonte: Site Mercur



Figura 2 – 12 Engrossador sendo utilizado no talher.
Fonte: Site Mercur



Figura 2 – 13 Engrossador sendo utilizado na maçaneta.
Fonte: Site Mercur

Agulha com Passador em Silicone

- Classificação: produto utilizado em atividades específicas
- Objetivos: facilitar a utilização do objeto por qualquer usuário, em especial aqueles que possuem limitação de sentidos (visão e tato)
- Técnicas e ferramentas: de design igualmente simples, o produto prevê a alteração da fabricação do passador de fio de metal para silicone, afim de que o usuário consiga aumentar o espaço visível do passador (pressionando o silicone para baixo) e facilitar a execução da atividade
- Resultados esperados: proporcionar conforto e inclusão

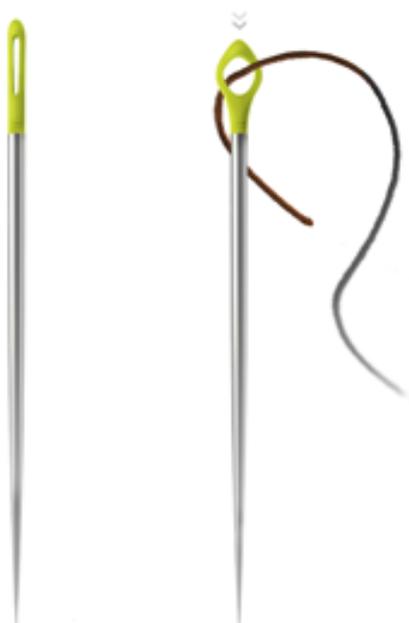


Figura 2 – 14 Agulha com passador de linha em silicone: facilita a execução da atividade tanto à idosos quanto a pessoas com limitação visual e usuários comuns. Fonte: Site IDSA

Barras para apoio – Moen Home Care

- Classificação: produto utilizado para segurança
- Objetivos: unir a função das instalações básicas dos sanitários, como o “porta-papel higiênico”, “porta-toalha”, etc, à necessidade de se criar barras de apoio para idosos e pessoas com dificuldades temporárias
- Técnicas e ferramentas: as modificações e acréscimos no design do produto são feitos nas próprias peças, não exigindo grandes mecanismos ou maiores gastos com execução
- Resultados esperados: proporcionar infraestrutura acessível e funcional, reduzindo custos excedentes com suportes e apoios separados



Figura 2 – 15 Barras de apoio que funcionam como suporte de toalhas, papel higiênico e porta shampoo. Fonte: Site Moen Home Care

Flume BathTub

- Classificação: produto utilizado para higiene pessoal
- Objetivos: garantir a autonomia do usuário, em especial nos momentos íntimos
- Técnicas e ferramentas:
 - O sistema funciona como uma gangorra e não é movida à eletricidade;
 - O lado para o qual a banheira pende é por onde o deficiente acessa, utilizando as barras de apoio e o assento embutido;
 - Conforme a banheira é preenchida com a água, a altura e a inclinação se estabilizam.
- Resultados esperados: promover a privacidade do usuário



Figura 2 – 16 Banheira com design desenvolvido para permitir autonomia do deficiente. Fonte: Blog Deficiente Ciente

LED Stair Lighting - Klús

- Classificação: instalação/recurso utilizado para melhorar as experiências cotidianas
- Objetivos: proporcionar maior conforto e visibilidade, auxiliando idosos e portadores de deficiência sensorial (visão)
- Técnicas e ferramentas:
 - A instalação da iluminação no corrimão é feita ao longo do processo de fabricação da peça;
 - A canaleta de iluminação funciona pela extrusão na madeira e instalação das fitas em LED;
 - O acionamento é automatizado, feito por controle remoto.

- Resultados esperados: facilitar a utilização das escadas e reduzir riscos de impacto ou queda



Figura 2 – 17 Iluminação indireta abaixo do corrimão pode auxiliar tanto às pessoas com problemas de visão, quanto idosos, crianças e pessoas comuns. Fonte: Site Klús

Convertible Stair Ramp

- Classificação: produto utilizado para adaptação de acessos
- Objetivos: tornar escadarias acessíveis à deficientes, principalmente à cadeirantes
- Técnicas e ferramentas:
 - A estrutura principal, feita em alumínio, possui perfil em formato de canaleta para evitar que a água permaneça retida ao longo do comprimento da escada;
 - A estrutura menor, feita em metal, é utilizada como suporte para soltar os degraus;
 - A alavanca, responsável por ativar a inclinação, conecta a barra de metal horizontal à estrutura metálica menor;
 - Perpendicular ao degrau, a placa feita em material texturizado e antiderrapante oferece suporte ao sistema quando está ativado em formato de rampa;
 - Há barras de metal amarelo instaladas nas bordas dos degraus, afim de

garantir contraste de cores e manter a atenção do usuário;

- Resultados esperados: o sistema pode ser utilizado em situações onde o usuário possui alguma limitação provisória, além de funcionar como um mecanismo adaptativo em edificações tombadas e/ou com pouco espaço para reformas acessíveis. Isto é, mesmo que a rampa apresente inclinação acima da ideal, sua aplicação propõe a melhoria no acesso e inclusão dos deficientes à espaços com ausência de acessibilidade.



Figura 2 – 18 Suporte instalado nas escadas as transforma em rampa, tornando a edificação temporariamente acessível. Seu sistema pode ser utilizado nos casos em que reformas e adaptações acessíveis são inviáveis edificações antigas e/ou tombadas.
Fonte: Site Dornob

Joystick Door Handle

- Classificação: produto utilizado em atividades cotidianas
- Objetivos: facilitar a abertura de portas por portadores de necessidades especiais, especialmente usuários com ausência de membros ou atrofia e dificuldade de preensão palmar
- Técnicas e ferramentas: o sistema “joystick” funciona de forma simples, pois possibilita a abertura da porta empurrando a maçaneta para qualquer direção e com qualquer parte do corpo
- Resultados esperados: melhorar a qualidade de vida aos deficientes e também aos usuários comuns, como quando com crianças de colo, etc.



Figura 2 – 19 Modelo de maçaneta desenvolvido para pessoas sem as mãos e/ou com membros atrofiados. Fonte: Wordl Design Guide

3. CAPÍTULO 2: CULTURA, TEMPO E ESPAÇO

Fora da sua casa (o homem urbano) se abre ao espaço público e à experiência da pluralidade humana” - Olivier Mongin

3.1 A Cultura do Mundo Globalizado

Após as discussões realizadas no capítulo anterior, a seguir serão apresentadas reflexões sobre o conceito de cultura, a cultura do mundo globalizado, as características da constituição dos espaços urbanos da cidade de São Paulo e sua relação intrínseca com a construção dos espaços sociais.

Conceito de Cultura

Segundo o autor Zygmunt Bauman, em seu livro “Ensaio sobre o conceito de cultura”, “originalmente, na segunda metade do século XVIII, a ideia de cultura foi cunhada para distinguir as realizações humanas dos fatos duros da natureza. Cultura significava aquilo que os seres humanos podem fazer; e ‘natureza’ aquilo a que devem obedecer”. (BAUMAN, 2012, p12). Posteriormente, o autor classifica o conceito da seguinte forma:

O conceito de cultura comporta todas as marcas desse impulso filosófico. Incorpora a visão da moderna condição humana já reciclada em paradoxo lógico. Seu objetivo é superar a oposição entre autonomia e vulnerabilidade, concebidas como proposições – enquanto encobre a contradição da vida real entre o autônomo e o vulnerável: entre a tarefa da autoconstituição e o fato do ser constituído. (BAUMAN, 2012, p22)

Ou seja, após transformações históricas e sociais, “a cultura não precisava mais mascarar sua própria fragilidade humana e desculpar-se pela contingência de suas escolhas, A naturalização da cultura foi parte e parcela do moderno desencantamento do mundo”. (BAUMAN, 2012, p12), simbolizando sua transição para uma nova fase em que as formas de socialização entre indivíduos se caracterizariam como: individualizadas e com certo distanciamento diante das práticas coletivas.

Além disso, o autor também cita a questão da identidade pessoal vinculada à identidade social, demonstrando que o homem, em seu processo de individualização,

tende a se projetar nos espaços e estes a garantir a aprovação de sua identidade e valor pessoal, uma vez que “a identidade pessoal confere significado ao ‘eu’ e a identidade social garante seu significado” (BAUMAN, 2012, p46).

Desta forma, acredita-se que a maior transição entre períodos se caracterizou pelo fato de que “ter uma identidade’ passa a ser uma das necessidades humanas mais universais” (BAUMAN, 2012, p46), indicando que a vivência urbana vai muito além das práticas em grupo ou das preocupações com segurança e coletividade. Segundo Mauro Calliari, “ao conviver com os diferentes, um indivíduo ganha capacidade de compreensão sobre si mesmo”. (CALLIARI, 2016, p47), pressupondo que por muito tempo a preocupação com o individual sobrepôs a preocupação com o coletivo.

Levando em consideração essas questões, a facilidade de contato entre culturas, decorrente da globalização e difusão da tecnologia da informação, “ganhou velocidade numa taxa que excedia em muito aquela que a viagem dos corpos era capaz de alcançar” (BAUMAN, 2012, p34), ocasionando com mais facilidade choques culturais ou até mesmo entre gerações de uma mesma cultura.

Outro autor que trata sobre o conceito de cultura através de uma visão antropológica, Roque de Barros Laraia considera que “a nova herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade” (LARAIA, 1986, p67), demonstrando que “a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence” (LARAIA, 1986, p87), ou seja, que as práticas culturais são consideradas particulares em relação ao grupo ou local em que são concebidas.

Se a cultura “representa um tipo de comportamento padronizado por um sistema cultural” (LARAIA, 1986, p68) e os “comportamentos etnocêntricos ^[26] resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes” (LARAIA, 1986, p74), entende-se que a cultura contemporânea, caracterizada pelo intercâmbio ininterrupto, pela rapidez da informação e da mobilidade, possivelmente representaria o caos a nível social ^[27], uma vez estarmos constantemente em contato com costumes e crenças diferentes, algumas com

ideologias e práticas completamente opostas às ocidentais, aprendendo a lidar com os inúmeros conflitos e sobreposições.

Portanto, observa-se que um dos maiores desafios diante do cenário atual se concentra nas relações, no equilíbrio entre as esferas individuais e coletivas, em busca do respeito à diversidade e em prol da vivência saudável nos espaços urbanos.

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir. (LARAIA, 1986, p101)

A Cultura Contemporânea

A cultura contemporânea, denominada por Zygmunt Bauman como “modernidade líquida” [28], pode ser caracterizada pelas facilidades de mobilidade e comunicação, pela digitalização, neoliberalismo e acentuação de individualidades. Segundo o autor, em seu livro “A cultura no mundo moderno líquido”:

A cultura da modernidade líquida não tem um ‘populacho’ a ser esclarecido e dignificado; tem, contudo, clientes a seduzir. A sedução, em contraste com o esclarecimento e dignificação, não é uma tarefa única.

A função da cultura não é satisfazer necessidades existentes já entranhadas ou permanentemente irrealizadas. Sua principal preocupação é evitar o sentimento de satisfação em seus antigos objetos e encargos, agora transformados em clientes; e, de maneira bem particular, neutralizar sua satisfação total, completa e definitiva”. (BAUMAN, 2011, p21)

Neste contexto, a sociedade se mantém “guiada pelo impulso de ser diferente, de escapar da multidão e da rotina competitiva, a busca em massa da última moda” (BAUMAN, 2011, p25). Ou seja, populações do mundo todo estão imersas na sociedade do espetáculo [29] e condicionadas ao consumo, ao entretenimento, cada vez mais distantes e despreocupadas com discussões que envolvem temas polêmicos, como direitos humanos e assuntos de interesse coletivo. “Os poderes de

mercado usam agora uma estratégia de distância e não engajamento” (BAUMAN, 2011, p43), além de que “a escala dos movimentos populacionais globais é ampla e continua a crescer”. (BAUMAN, 2011, p39)

Segundo o autor, “em cada cultura, a moda assumiu o papel de operador chefe da transformação da mudança constante” e “a atual forma do fenômeno da moda é definida pela colonização e exploração, pelos mercados de consumo”. (BAUMAN, 2011, p26). Logo, entende-se que a homogeneização adquire um caráter apreciativo [30], a partir do momento em que a própria sociedade se mobiliza para atingir objetivos ditados pelo capitalismo, como comprar o celular de última geração ou fazer viagens internacionais todos os anos, às custas de competitividade e da falta de empatia no cotidiano das cidades.



Figura 3 – 1 Shopping Morumbi, local de consumo e rotatividade. Fonte: Site Multiplan

Observa-se que tais características da cultura contemporânea são nocivas à sociedade e aos relacionamentos interpessoais, uma vez acarretarem a fragilização de vínculos sociais, o elevado índice discriminatório, a homogeneização social, a mercantilização dos espaços e o cultivo de momentos fugazes, indicando ausência de ideologias, presença de relacionamentos volúveis e objetivos de vida restritos à

satisfação individual em se consumir.

Segundo Anthony Giddens ^[31], a principal preocupação política no mundo da alta modernidade é a preservação do estado-nação, que segundo ele possui como “maior característica a ascensão da organização”, definida como “o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas”. (GUIDDENS, 2002)

Ou seja, vive-se um período em que as massas são organizadas de acordo com padrões sociais pré-determinados pela política mercantil. Esta, por sua vez, incentiva a construção de padrões de identidade repetidos, os quais discriminam aqueles que não se encaixam nos padrões pré-estabelecidos (incluindo a parcela de cidadãos portadores de deficiência e necessidades especiais). Sendo assim, os problemas de segregação social e espacial das minorias sociais emergem de forma latente no espaço urbano.

Portanto, compreende-se que esse sistema provoca disfunções psicológicas no indivíduo que é diferente ^[32], afastando-o das “formas de auto-realização” (GIDDENS, 2002, p13) e o impedindo de usufruir e ocupar o espaço que é seu por direito.

Assim como tratado no Capítulo 1, tópico sobre identidade e consciência existencial, os efeitos da homogeneização alteram significativamente a maneira como o cidadão constitui seu valor e o tratamento que recebe da sociedade nos espaços compartilhados.

A modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência. Deve ser entendida num nível institucional, mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual e, portanto, com o eu. (GIDDENS, 2002, p09)

Para GIDDENS (2002), “a segregação da experiência significa que, para muitas pessoas, o contato direto com eventos e situações que ligam a vida individual a questões mais amplas de moralidade e finitude são raras e fugazes”, além de que “o isolamento existencial não é tanto uma separação do indivíduo dos outros, mas uma separação dos recursos morais necessários para viver uma experiência plena e

satisfatória”. Logo, isolar o indivíduo, tirando-lhe a dignidade e a possibilidade de convivência saudável no meio é um fator que acarreta a exclusão social.

Outros aspectos que exercem grande influência na configuração dos espaços e influenciam na construção da identidade é o sentido de tempo e a marcação espacial, sendo o primeiro “uma dimensão vazia, a alavanca principal que também separou o espaço do lugar” (GIDDENS, 2002, p22).

Segundo GIDDENS (2002, pg. 23) “o esvaziamento de tempo e espaço não é um desenvolvimento linear” e “a organização social moderna pressupõe a coordenação precisa das ações que está diretamente conectada ao ‘onde’, mas não pela mediação do lugar”. Ou seja, para ele “a separação do tempo e espaço é fundamental para o dinamismo que a modernidade introduz nas questões humanas sociais”, mas prejudicam qualitativamente o sentido de pertencimento, de ligação com o local e as experiências decorrentes desse distanciamento.

Não há sociedade em que o indivíduo não tenha sentido de futuro, presente e passado. Cada cultura tem alguma espécie de marcador espacial padronizado que designa uma consciência especial de lugar, em situações pré-moderna, porém, o tempo e espaço se conectavam através da situacionalidade do lugar. (GIDDENS, 2002, p22)

Cidades e espaços públicos

“A sociedade descobriu a cidade” e pode-se considerar este século XXI como o “século das cidades, da conectividade, da economia criativa, da consolidação de uma nova relação entre a humanidade e a natureza, mais equilibrada, mais madura, mais sensata e menos competitiva” (CALDANA, 2016, p15), prova disso são as apropriações dos espaços urbanos feitas por coletivos [33], por intervenções de grupos que se mobilizam de forma independente, demonstrando o real interesse da sociedade civil em retomar o uso e as práticas coletivas no espaço urbano: diverso, palco das relações e da conduta cidadã.

Classifica-se, desta forma, que “o espaço público é o lugar do encontro por excelência”, o qual tende a “refletir a mudança de mentalidade” (CALDANA, 2016, p22) entre a cultura ditada pela economia e a contracultura interessada em retomar questões sociais em uma escala não “globalizada”.

Segundo o autor Mauro Calliari, autor do livro “Espaço público e urbanidade em São Paulo”:

A identidade da cidade contemporânea está, portanto, ligada ao passado, tanto quanto às mudanças que estão sendo conduzidas hoje. Para o historiador e filósofo francês Oliver Morgin, a configuração da cidade contemporânea apresenta uma inversão de hierarquias que fundamentavam a experiência urbana, numa ameaça à qualidade das relações entre as próprias pessoas: 1º a perda do papel simbólico do centro; 2º a prevalência dos fluxos sobre os lugares; e 3º a prevalência do privado sobre o público. (CALLIARI, 2016, p40)

Além de que “a cidade contemporânea parece ser pródiga em gerar espaços que desestimulam a urbanidade”. (CALLIARI, 2016, p41), todavia, “é possível que estejamos vivendo um momento em que as pessoas querem retomar a fruição na cidade” (CALLIARI, 2016, p23), deixando de evitar o contato ou a convivência coletiva.

Ou seja, entende-se que as novas gerações que ocupam os espaços urbanos, seja numa tentativa de reapropriação ou de transformação através de ações múltiplas e constantes, busca superar possíveis conflitos existentes nesses locais, através da interação social e em prol da melhoria da qualidade dessas relações, do compartilhamento dos espaços urbanos, da inclusão social e da democracia aplicada ao desenho e apropriação da cidade. O autor pontua:

Não será pela supressão dos conflitos que o espaço público se democratizará, mas a simples constatação de sua existência talvez seja o primeiro passo para que pessoas diferentes usufruam de um mesmo lugar civilizadamente.

Pode-se dizer que, se por um lado, o espaço público é resultado de determinada visão da sociedade na qual ele está inserido, por outro, ele também ajuda a moldar essa sociedade. (CALLIARI, 2016, p23)

Levando em consideração as reflexões sobre democratização dos espaços públicos e a questão da inclusão social e espacial dos deficientes na cidade, cabe pontuar que o autor utiliza o conceito chamado “urbanidade” para definir a ligação entre o comportamento urbano e a conduta “civilizada” do cidadão, definindo-o da seguinte forma:

O conceito de urbanidade tem a ver com a vida nas cidades e com o comportamento adequado a esse ambiente. A expressão é sinônimo de cortesia e civilidade, diz respeito à maneira correta de se portar no ambiente civil.

A urbanidade é o que rege os encontros entre os cidadãos e é no território da urbanidade que a cidade completa (ou não) sua experiência pessoal, por meio das trocas, da conversa, dos imprevistos, do flamar, do viver a aventura coletivamente. (CALLIARI, 2016, p23)

Isto é, a convivência em sociedade, a criação de espaços democráticos, em um contexto em que estão inseridos portadores de deficiência, a favor do exercício da “urbanidade”^[34], envolve a preocupação com a qualidade da construção do meio físico, atribuindo a esses espaços públicos e compartilhados os princípios do desenho universal, sendo que “a eficácia da interação do ser humano com o ambiente depende de suas próprias capacidades e de como são projetados os ambientes e objetos que os rodeiam”. (CAMBIAGHI, 2007, p37).

Segundo o autor Gui Bonsiepe, em seu livro “Design, Cultura e Sociedade:

Utilizo uma interpretação simples de democracia, no sentido de possibilitar a participação dos dominados, para criar um espaço de autodeterminação. Isso significa a criação do espaço para um projeto próprio, para um design próprio. Em outras palavras: a democracia vai muito além do direito formal de votar, assim como o conceito de liberdade vai muito além da possibilidade de escolher entre centenas de modelos de telefones celulares ou uma viagem a Orlando para visitar a Disneylândia, ou a Paris para visitar o Museu do Louvre. (BONSIEPE, 2011, p20)

A partir do ano de 2011 ocorreram eventos e sanções significativas as quais trouxeram à tona mais discussões sobre cidade, espaço urbano e inclusão: a Bienal Internacional de Arquitetura, cujo tema abordou “Arquitetura para todos: construindo cidadania”; todas as manifestações e protestos realizados para reivindicar qualidade de infraestrutura urbana, transportes, a favor de uma modificação cultural e da recuperação dos espaços urbanos, além dos estatutos sancionados recentemente: o Estatuto do Pedestre, lei 16.673, sancionado em 2017 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei 13.146/2015, sancionada em 2015.

“O fato é que cidades acabam, mas a vida urbana permanece, alimentando-se de seu próprio caos”. (CALDANA, 2016, p13)



Figura 3 – 2 Minhocão fechado em uma tarde de domingo. Fonte: Site Guia da Semana

Iniciativas inovadoras

Embora o Brasil esteja passando por um período de transição em seus centros urbanos, observa-se que outros países implementam mecanismos de acessibilidade que facilitam a vivência na cidade, em especial por deficientes e portadores de necessidades especiais.

Isto é, países do mundo todo desenvolvem mecanismos simples que facilitam a utilização do espaço público por todos os cidadãos, movidos pela importância que se atribui à essas questões e condicionados por uma questão ideológica, de respeito com as diferenças e necessidades diversas.

Um exemplo interessante de método desenvolvido para promover acessibilidade nos espaços públicos é o do sistema modular geométrico de escada e rampa triangulares, projetado pelo escritório Lab for Planning and Architecture, para a Prefeitura de Las Palmas, na Espanha, definido como “uma resposta morfológica que

acondiciona as Piscinas de Julio Navarro e Roque Díaz a permitirem uma adequada circulação de pessoas com mobilidade reduzida.” (DEJTIAR, 2017).

Sua concepção leva em consideração algumas questões primordiais, como a acessibilidade e mobilidade para os usuários do clube, a adequação da construção à morfologia do acesso (terreno irregular e em active) e “a estratégia geral consistia não somente em propor uma solução funcional para as pessoas com necessidades especiais, mas em aportar elementos de inclusão social em um espaço não segregado”. (DEJTIAR, 2017)

Segundo Fabian Dejtjar, autor do artigo sobre o projeto:

O projeto é constituído por três componentes: o primeiro é uma escada reta que conecta os desníveis existentes; o segundo uma rampa suave que proporciona acesso direto e geral através das instalações e solários; e o terceiro componente é um traçado triangular que integra os passeios na paisagem circundante. Este traçado baseia-se na triangulação de Delaunay, gerada a partir de um software tridimensional de engenharia civil, que permite maximizar os ângulos mínimos ao mesmo tempo que o tamanho do triângulo. (Dejtjar, 2017)

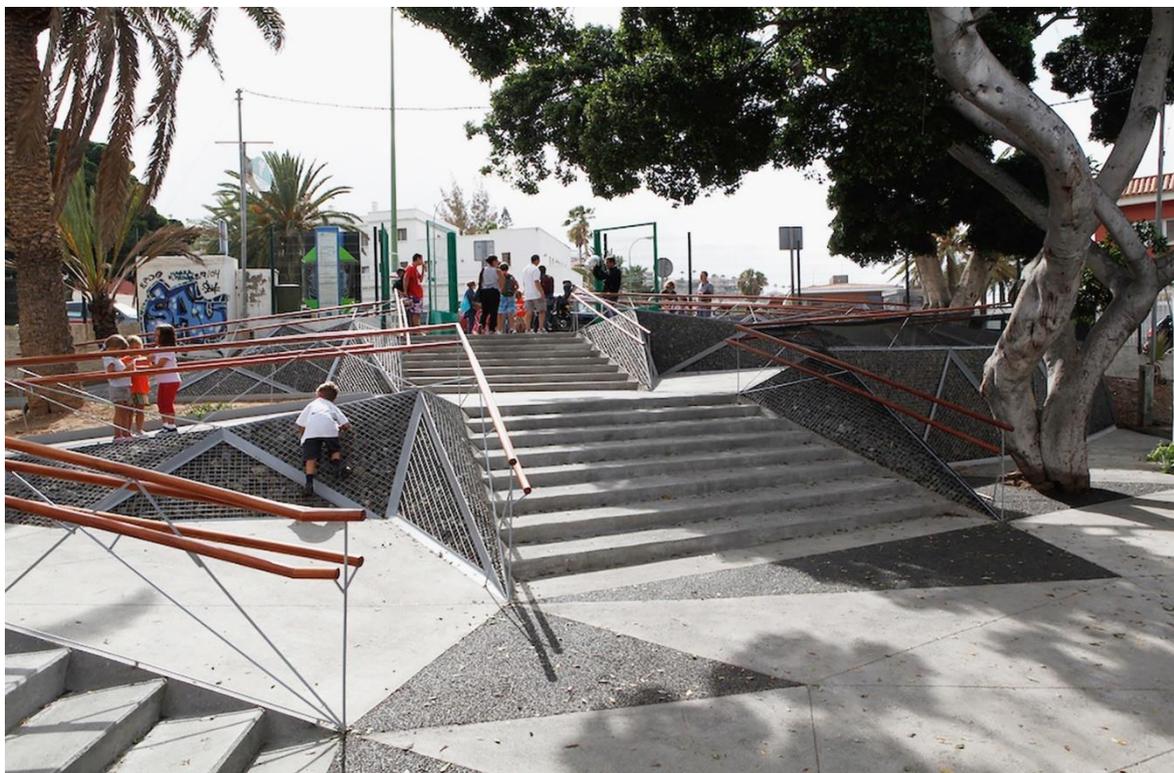


Figura 3 – 3 Aplicação do método ao projeto de Las Palmas. Fonte: ArchDaily Brasil

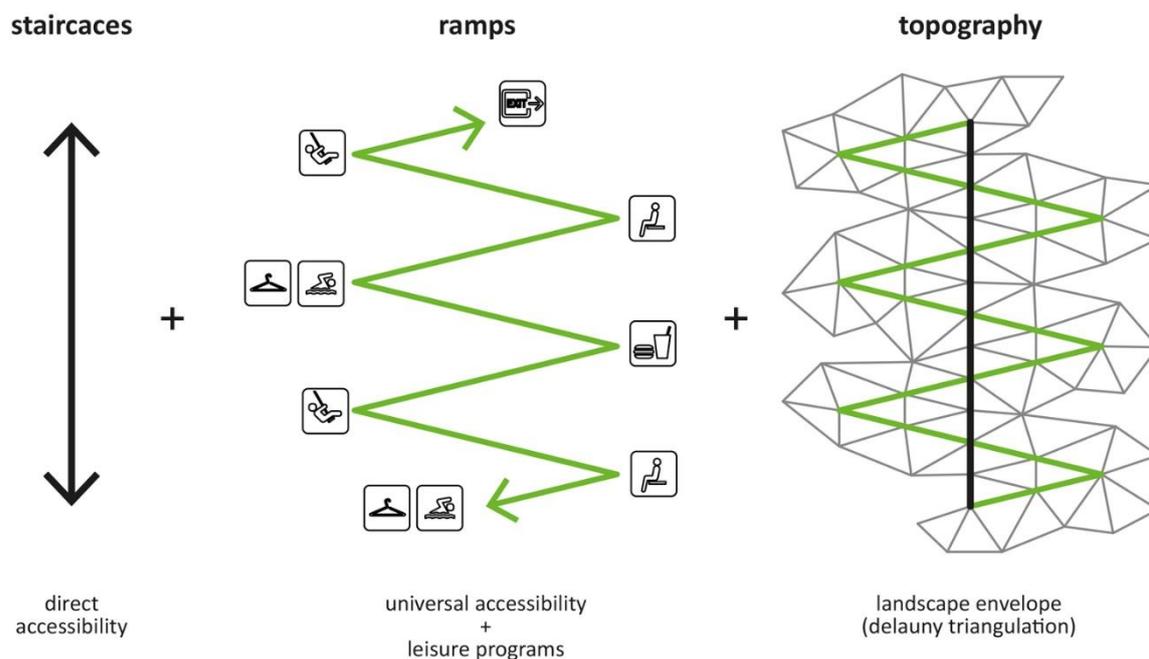


Figura 3 – 4 Princípios de construção. Fonte: ArchDaily Brasil

Sem dúvidas, este pode ser considerado um dos tantos projetos que utilizam a tecnologia dos softwares de paramétrica a favor da acessibilidade. Utilizado para desenvolver um módulo, uma ferramenta de projeto que se adapta a qualquer situação semelhante à de Las Palmas.

Enfim, compreende-se que é possível que os aspectos sociais promovam iniciativas inovadoras e inclusivas capazes de transformar visivelmente a configuração de nossos espaços e a maneira como nos locomovemos e usufruímos a cidade. Se locomover faz parte da experiência individual do cidadão.

Segundo Silvana Cambiaghi, autora da obra utilizada como bibliografia básica do Capítulo 2, “para um espaço urbano alcançar o status agradável e cômodo” o ambiente deve “possibilitar a chegada a todos os lugares, inclusive aos edifícios públicos e privados; possibilitar a utilização de todas as instalações públicas e privadas e dos espaços em que elas se inserem”, além do fator social envolvido: a possibilidade de se relacionar sem impedimentos físicos, em uma cultura igualmente inclusiva. (CAMBIAGHI, 2007, p41). Ou seja, a aplicação do desenho universal na

construção dos espaços urbanos tende a auxiliar no processo de reapropriação desses espaços, possibilitando uma mudança gradativa em prol da inclusão e diversidade no âmbito social.

“A ergonomia ganhou grande destaque no século XX” (CAMBIAGHI, 2007, p41) e em função disso iniciaram-se as discussões sobre desenho universal e a preocupação com a questão da inclusão de deficientes ao espaço urbano e compartilhado. “Para desenvolver uma arquitetura ou design inclusivos, é necessário identificar a maior parte das possíveis necessidades e dificuldades de usabilidade” (CAMBIAGHI, 2007, p42), sendo que o termo “usabilidade trata da adequação entre produtos, as tarefas cujo desempenho a ele se destina” (CAMBIAGHI, 2007, p42).

Cidades Contemporâneas

Questionável e questionado desde o fim da segunda guerra mundial, o modelo ocidental de desenvolvimento, construção e apropriação das cidades entrou em alerta a partir das duas crises do petróleo na década de 1970 e em colapso 20 anos depois, desencadeando uma verdadeira corrida de arquitetos e urbanistas, governos, empreendedores, grupos da sociedade civil a alternativas que conseguissem equilibrar o usufruto pleno da cidade pelo cidadão com sua condição de mercado e mercadoria. (CALDANA, 2016, p12)

Ao longo dos últimos 40 anos, cidades do mundo todo foram atingidas por mudanças massivas em suas formas de comunicação, locomoção e constituição dos grandes centros urbanos, em especial ocasionados pela globalização e mudanças nos processos de comunicação.

O capitalismo trouxe uma série de mudanças estruturais que tiveram influência direta no ambiente urbano e nos hábitos das cidades. Em primeiro lugar, houve o crescimento das instalações fabris e os remanejamentos de populações trabalhadoras para as suas proximidades. Em segundo lugar, a mudança nos hábitos de consumo e na comercialização de mercadorias. (CALLIARI, 2016, p50)

Levando em consideração esses aspectos, entende-se que “os homens têm a capacidade de questionar seus próprios hábitos e modifica-los” (LARAIA, 1986, p95),

além de que “podemos afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural e a segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro” (LARAIA, 1986, p96). Nesse sentido, pode-se observar que o contato com outros sistemas culturais, atualmente, é um processo rápido, automático e ininterrupto, decorrente da facilidade de difusão da comunicação através dos meios eletrônicos e digitais.

Zygmunt Bauman considera que, neste contexto atual, os efeitos nocivos ocasionados às culturas locais são causados pelo grande “alcance da mobilidade”, responsável por provocar o “enfraquecimento da influência da localidade e das redes locais de interação” (BAUMAN, 2012, p45). Logo, pressupõe que “as marcas nascidas com a modernidade” estão “refletindo a ambição moderna de dissolver muitas e diferentes identidades locais numa tarefa mais nova, supralocal e homogênea: unificar o agregado heterogêneo de pessoas mediante a instrução e o controle” (BAUMAN, 2012, p48)

Os efeitos dessa homogeneização cultural a qual o autor se refere, sob forte influência dos interesses econômicos globais, tende a comprometer questões coletivas, como a forma de compartilhamento dos espaços públicos, a frequência e utilização dos mesmos, a diversidade de usos e a própria preservação e respeito à diversidade. Mesmo que as culturas locais sejam produto de uma “herança histórica” (LARAIA, 1986, p68), suas particularidades estão sendo ofuscadas pelas práticas globais.

Segundo o autor Mauro Calliari, uma série de estudiosos, arquitetos e urbanistas se dedicaram a estudar os espaços no período da contemporaneidade, a fim de compreender quais os fatores culturais responsáveis por propiciar a segregação física e social. As teorias e seus respectivos autores mais relevantes para a discussão sobre os espaços urbanos na cidade de São Paulo são os seguintes:

- Marc Augé, autor da obra “Não lugares”, o qual estuda sobre os espaços de fluxos e a perda da possibilidade de interação nesses espaços;
- Olivier Morin, autor do termo “Espaço de fluxo”, estudou sobre os espaços utilizados para conexão e não, como viadutos, vias, elevados, dentre outros.

Segundo ele, essas construções facilitam a locomoção, mas prejudicam a conformação de áreas de lazer e interferem na escala do pedestre;

- Zygmunt Bauman (como já citado ao longo do Capítulo 3), autor de algumas obras que tratam sobre os espaços de consumo e autor do termo “modernidade líquida”, utilizado para se referir à cultura contemporânea atual;
- Claude Lévi-Strauss, antropólogo francês que defendeu duas estratégias nomeadas antopoêmica e a antropofágica, sendo a primeira aquela que deporta e a segunda aquela que devora e suspende a alteridade - assim como pontuado pelo autor, os shoppings centers são exemplos dessa categoria de ambientes “autossuficientes” (CALLIARI, 2016, p43);
- Jerzy Kociatkiewicz e Monika Kostera, os quais estudam sobre os “lugares vazios”;
- Joel Garreau, que em seu estudo sobre urbanização desenvolveu o termo “edge cities” para designar as áreas ao redor de grandes metrópoles;
- Rem Koolhaas, autor do termo “cidade genérica” discorre sobre a “falta de singularidade, procurando definir uma dinâmica do esvaziamento do espaço público”. (CALLIARI, 2016. P45)

3.2 As Dinâmicas dos Espaços Construídos na Cidade de São Paulo

Há uma relação de mão dupla entre os espaços e a sociedade. De um lado, os espaços públicos de uma cidade são resultado da importância que determinado grupo social dá à vida pública e de como interage com ela; o espaço vai sendo construído ao longo do tempo, por meio de todas as decisões tomadas por essa sociedade. Por outro lado, existe também um efeito causado pelos próprios espaços na fruição da cidade. Se é verdade que os espaços públicos são a expressão de determinada sociedade, o inverso também acaba sendo verdadeiro: Primeiro nós moldamos as cidades, depois elas nos moldam”, nas palavras de Jan Gehl. (CALLIARI, 2016, p79)

A tabela apresentada a seguir, de autoria do arquiteto Mauro Calliari, apresenta de maneira resumida a periodização da história de São Paulo e sua relação com seus espaços públicos, indicando maior atenção ao século XIX, que segundo ele se caracterizou como o período de inserção da cidade “no cenário político nacional”

(CALLIARI, 2016, p92). Além disso, o autor pontua que “o trinômio café-imigração-

São Paulo e sua relação com os espaços públicos: uma proposta de periodização

fase	a comunidade	o conflito	a cidade burguesa	a cidade dos carros	a cidade dos muros	a cidade hoje
atitude perante o espaço público	desinteresse	curiosidade	fruição	descaso	medo	retomada
período	1554 até 1867	1867 até 1889	1889 até 1930	1930 até 1966	1966 até 2002	2002 até hoje
marco inicial	fundação	São Paulo Railway	república	o Plano de Avenidas	o primeiro shopping center	o primeiro plano diretor do estatuto da cidade
apropriação do espaço público	ricos e pobres no mesmo espaço; regras de convivência baseadas na sociedade patriarcal	a urbanidade e a convivência entre diferentes	espaços para a fruição da elite; início da separação física entre classes sociais	separação física entre classes sociais; redução do espaço do pedestre	abandono gradual dos espaços públicos e do papel simbólico do centro; crescimento dos espaços privados de uso público	megaeventos; retomada de praças e calçadas
locais emblemáticos	átrios das igrejas	as ruas do Triângulo	Anhangabaú; avenida São João	Centro Novo; Ibirapuera	calçadas; shopping centers	avenida Paulista; praça Roosevelt
população aproximada	de centenas de pessoas a 30 mil	de 30 mil a 65 mil	de 65 mil a 900 mil	de 900 mil a 6 milhões	de 6 a 10 milhões	de 10 a 11 milhões

Tabela 3.1 - São Paulo e sua relação com os espaços públicos: uma proposta de periodização. Fonte: Livro Espaço Público e Urbanidade em São Paulo, Mauro Calliari, São Paulo, 2016, p89.

indústria influenciou grande parte das transformações que, por sua vez, determinariam o fim de uma era em relação aos espaços públicos”. (CALLIARI, 2016, p83)

Hospitalidade Urbana



Figura 3 – 5 Rua São Bento, à esquerda no ano de 1862 e à direita no ano de 2011. Fonte: Site São Paulo e suas ruas

Segundo o autor Mauro Calliari, “o espaço público é importante para a identidade não só do homem urbano como da própria cidade contemporânea” (CALLIARI, 2016, p57), propondo que a qualidade desses espaços depende de alguns fatores, são eles: o significado; a legibilidade, ou seja, a organização espacial; a diversidade, como o ambiente coletivo, do outro; e a escala humana.

No caso do fator “diversidade”, o autor cita que a autora Jane Jacobs “detalha quais são os indutores da diversidade, base da própria vitalidade dos espaços públicos” (CALLIARI, 2016, p67) reunindo uma série de aspectos morfológicos que contribuem consideravelmente para a conformação de cidades mais democráticas e diversas, são eles: os usos combinados; as quadras curtas; os prédios antigos; e a densidade.

Outro autor que trata sobre o assunto, utilizando o conceito “hospitalidade urbana”, é o arquiteto e urbanista Lúcio Grinover, que em seu livro “A cidade à procura da Hospitalidade” introduz a reflexão acerca dos espaços “que mudam as formas de acessibilidade, legibilidade e identidade da cidade”, uma vez que utilizam “códigos, imagens e experiências urbanas” fundamentadas na “hospitalidade urbana, mobilidade e acessibilidade” (GRINOVER, 2009).

Em suma, compreende-se como o “espaço da cidade” todo espaço público composto por aspectos sociais e físicos estruturadores das dinâmicas urbanas.

No que tange tratar o conceito de hospitalidade voltado ao tema acessibilidade, desenho universal e inclusão, vale ressaltar que dois dos princípios básicos do termo desenvolvido por (GRINOVER, 2009) é o “acesso livre” e o conceito da “experiência”. Ou seja, um espaço adequado às funções sociais, urbanas e igualitário é um espaço que permite experiência e acesso por qualquer cidadão, em especial por portadores de deficiência e necessidades especiais.

3.3 Civildade e Direitos Humanos: Construir Cidades (e Sociedades) inclusivas

Ética e Coletividade

As dinâmicas sociais recebem forte influência da maneira como nos

apropriamos da cidade e a ética, contida na dimensão cultural, delinea caminhos e materializa ações no espaço, sendo que sua ausência pode influenciar negativamente as dinâmicas sociais atuais, provocando "o agravamento dos contrastes da população" (ROCHA, 2001) e a desigualdade social.

Marisa Lopes da Rocha considera que "a ética emerge como uma problemática inerente à política, à cidadania e à democracia" (ROCHA, 2001). Ou seja, compreende-se que tratar sobre a ética em nossa cultura globalizada abrange tratar sobre todos os fatores que exercem forte influência nos espaços sociais e construídos, a nível econômico e ideológico.

Os processos excludentes se acentuam, fruto da segregação espacial e cultural, "agravando os contrastes da população" e a cidadania permanece "mutilada" (ROCHA, 2001), o que supõe um problema de ética e respeito na contemporaneidade.

Vale refletir sobre os problemas ocasionados pela ausência da ética e do compromisso social em práticas ditadas pela cultura contemporânea vigente, as quais englobam questões ideológicas, de valores e estigmas que se refletem no espaço tornando-o segregado e palco de conflitos infundáveis.

Além disso, mesmo que os espaços urbanos e edificados sejam totalmente acessíveis em meio físico, não resolverão por si só os problemas referentes à exclusão se abrigarem uma condita coletiva considerada antiética.

Pensar criticamente a exclusão como um mecanismo de produção de desigualdade social impõe um mergulho na complexidade e nas controvérsias do mundo atual, trazendo a reflexão para o campo ético, o que implica uma discussão de valores e dos efeitos da ordem capitalista sobre a vida das pessoas. (ROCHA, 2001)

Pressupõe-se que enquanto as individualidades forem ressaltadas e ditadas pela ideologia da economia capitalista, a noção e a perspectiva do que de fato é importante e necessário para uma boa convivência estarão comprometidas, e é exatamente nesse sentido em que se insere a discussão sobre a ética aplicada às práticas coletivas. Ou seja, pressupõe-se que não seria necessário disputar por espaços, oportunidades, acesso ou vantagens se fossem garantidas condições

universais de acesso e o devido tratamento igualitário entre portadores de deficiência e indivíduos comuns, eliminando quaisquer tipos de disputas e garantindo, por direito, o exercício da “urbanidade” e a preservação da diversidade.

Estatuto do Pedestre

O estatuto do pedestre, sancionado em 13/06/2017 pelo prefeito João Dória, atua como uma lei de respaldo ao cidadão, com o objetivo de garantir sua mobilidade e proporcionar diretrizes urbanas para usufruto digno dos espaços e equipamentos urbanos. Entende-se que aprovação propõe trazer à tona a discussão sobre o papel do cidadão no espaço público.

No artigo nº 2 do documento, o termo "pedestre" é definido da seguinte forma:

Entende-se por pedestre toda pessoa que, circulando a pé, utiliza os passeios públicos e calçadas dos logradouros, vias, travessas, vias de pedestres, vielas, escadarias, passarelas, passagens subterrâneas, praças e áreas públicas na área urbana e rural e nos acostamentos das estradas e vias na área rural do município.

Além de que o documento, no mesmo artigo, reforça o conceito de "mobilidade ativa" como:

Entende-se por mobilidade a pé o tipo de mobilidade ativa, que utiliza a energia do próprio corpo humano como arcabouço à sua realização.

Em outro trecho do artigo nº 2, determina-se que "os direitos e deveres estabelecidos nesta lei estendem-se à pessoa que transita em cadeira de rodas, motorizada ou não", logo, o deficiente recebe o mesmo tratamento que um cidadão comum, embora exista um estatuto específico para pessoas portadoras de deficiência, nomeado Estatuto da Pessoa com Deficiência

SEGUNDA PARTE

Estudos de Caso e Ensaio Projetual

4. CAPÍTULO 3: ESTUDOS DE CASO

4.1 Análise das Obras

Os estudos de caso são de suma importância para indicar a relevância social e urbana da aplicação do desenho universal nos espaços de uso coletivo. Logo, através da análise é possível identificar como tal aplicação contribui para a inclusão social do deficiente no espaço construído e como as edificações, através de suas implantações inusitadas, usos propostos diversificados e inserção urbana acessível, transformam consideravelmente a paisagem da cidade.

Ou seja, entende-se que o espaço, seja ele material ou simbólico, comunica e tal comunicação necessita ser universal e inclusiva para preservar a diversidade humana e os direitos do cidadão.

Então, vale ressaltar que a arquitetura e o urbanismo possuem a capacidade de transformar a cultura e esta, por consequência, a maneira como o cidadão se apropria e constrói os espaços sociais na cidade, sendo estes os locais onde o próprio cidadão constrói uma identidade individual.

Portanto, atribuir qualidade universal aos espaços transforma positivamente a cultura e as dinâmicas sociais envolvidas.

Tipologias

As tipologias selecionadas reúnem “obras ícone” da cidade de São Paulo, cujas características em comum correspondem à: implantações articuladoras da envoltória; relevância urbana e social da arquitetura nos respectivos cenários; e o simbolismo de cada local perante as transformações temporais e a morfologia da cidade, sendo tais tipologias:

- Edifícios de uso misto com galerias, pois estão associados à utilização do espaço comum vinculado à moradia, o que contribui para a criação de vínculos entre os cidadãos e espaços de uso compartilhado. Até mesmo visitantes distantes frequentam galerias, em busca de serviços e comércios diferenciados e a vivência em um espaço incomum com fácil acesso à eventos urbanos e transporte público;

- Espaços urbanos, pois estão associados ao movimento, à permanência, à usos itinerantes e diversos, ao livre acesso por qualquer cidadão e ao rompimento de barreiras entre grupos e classes sociais;
- Equipamentos culturais e educacionais, pois estes espaços tendem a atrair usos relacionados às artes, que através de múltiplas linguagens promovem a manifestação das mais diversas questões, sendo os movimentos e expressões artísticas uma forma de respeito e preservação da diversidade nesses espaços de compartilhamento.

Metodologia de Análise

Levando em consideração que o presente trabalho trata sobre inclusão social e desenho universal, o projeto foi analisado sob duas óticas:

- A primeira voltada à questão da inclusão como o resultado social da qualidade do projeto arquitetônico;
- E a segunda relacionada à acessibilidade física de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nesses espaços;

As tabelas foram preenchidas de acordo com uma escala de 0 à 5, conforme indicado pelo gráfico de escala. Tais critérios de análise foram baseados em informações do “Manual de Instruções Técnicas de Acessibilidade para apoio ao projeto arquitetônico”, além da norma NBR9050 e outras fontes de pesquisa.



Figura 4 -1 Escala de Análise → A escala de análise atribui parâmetro aos valores, para facilitar a análise dos casos.

Fonte: Elaboração Própria

4.1.1 Educacional e Cultural

4.1.1.1 CCSP – Centro Cultural São Paulo – Rua Vergueiro, 1000

Breve histórico

A edificação, idealizada pelos arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Telles em 1970, é fruto de um projeto urbanístico em curso na região naquele período. Inicialmente, foram planejados equipamentos culturais e edifícios comerciais no lote, porém, a ideia de construir um centro cultural alterou o uso pretendido no lugar e em 1982 foi inaugurado o Centro Cultural São Paulo.



Figura 4 – 2 Construção CCSP
Fonte: ArchDaily Brasil / Autoria: © Antônio Corso

Características do Projeto

Alguns dos principais conceitos defendidos pelos arquitetos estão vinculados à ideia de que o espaço deveria proporcionar a oportunidade do encontro, um local que abriga diversidade, onde as artes convergem simultaneamente, sem conflitos, local de ação e exercício da cidadania.

A arquitetura da edificação, além de orgânica, é constituída por um sistema estrutural modular pré-fabricado, que atua como um diferencial e torna o projeto arquitetônico perceptível, fluido e bem delineado na paisagem da cidade. Logo,

acredita-se que a concepção física do projeto, vinculada à intenção de reforçar a diversidade através do desenho dos espaços integrados, foram aspectos decisivos para a escolha da obra como um estudo de caso para a monografia.



Figura 4 - 3 Estrutura Metálica Pré-Fabricada
Fonte: ArchDaily Brasil / Acervo: CCSP

Crítérios / Palavras Chave

Inclusão; Acessibilidade; Mobilidade; Autonomia; Espaços urbanos; Diversidade



Figura 4 - 4 Vista Aérea CCSP

O centro da edificação concentra as áreas mais nobres e de serviços. Devido à falta de arquivos eletrônicos referentes ao projeto arquitetônico, os mapas esquemáticos apresentados a seguir se restringem à essa parte da edificação.

Fonte: Site Skycraper City

Visita Técnica

A visita foi realizada em um domingo, com o objetivo de identificar quais os diferentes usos possibilitados pelos espaços e a quantidade de pessoas presente.

Sob a ótica da diversidade, cabe ressaltar que o espaço estava completamente ocupado por pessoas de todos os tipos: corredores foram utilizados como salões de dança; diversos grupos (na maioria jovens entre 15 e 25 anos) compartilhavam do mesmo espaço; os espaços de circulação, como escadas e faixas livres foram respeitados, sem prejudicar a fluidez e a caminhada; todas as mesas externas estavam ocupadas por grupos de estudos, jogos e trabalhos; a diversidade estava presente em todos os espaços do Centro Cultural.



Figura 4 - 5 Diversidade no CCSP

São diversas as atividades praticadas nas áreas livres cobertas, em especial dança e teatro. A arte se mantém presente e a convivência é agradável.

Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 6 Vazios Itinerantes

Os vazios e áreas de exposições proporcionam a oportunidade do usuário se apropriar do espaço da forma como desejar, sem regras e usos determinados. A flexibilidade é outro aspecto enraizado no conceito do projeto.

Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 7 Área Externa / Frente

As mesas externas estão sempre ocupadas, em especial por grupos de estudantes e acadêmicos. Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 8 Área Externa / Fundos

O espaço é agradável e os ruídos urbanos inexistentes nesses ambientes. Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017

Melhor do que isso, a arquitetura abrigou diversos usos sem induzir o usuário a promover uma atividade específica, eliminando barreiras físicas e unindo de maneira agradável os grupos sociais (os quais possivelmente apresentam conflitos ideológicos e sociais). Ou seja, foi comprovada a ideia de que o projeto abriga a diversidade

cultural através de seus espaços, sendo os usos diversos e variáveis. A configuração espacial favorece a inclusão social e o usufruto dos espaços da cidade.

No que tange a inclusão social do deficiente, observou-se características espaciais que favorecem esse quesito, sendo elas:

- Os pisos são nivelados, acessíveis e homogêneos, o que permite circulação fluida e pelo mesmo espaço que as pessoas comuns;
- Há sinalização com piso podotátil na circulação horizontal, estabelecendo itinerários claros e simples;
- O sentido de visão do cadeirante é ilimitado, uma vez que o projeto proporciona espaços amplos, abertos e com transparências piso-teto;
- O elevador principal proporciona acesso a todos os pavimentos, inclusive à cobertura.

PAVIMENTO FLÁVIO DE CARVALHO / Planta Baixa - Sem Escala

Fonte: ArchDaily Brasil

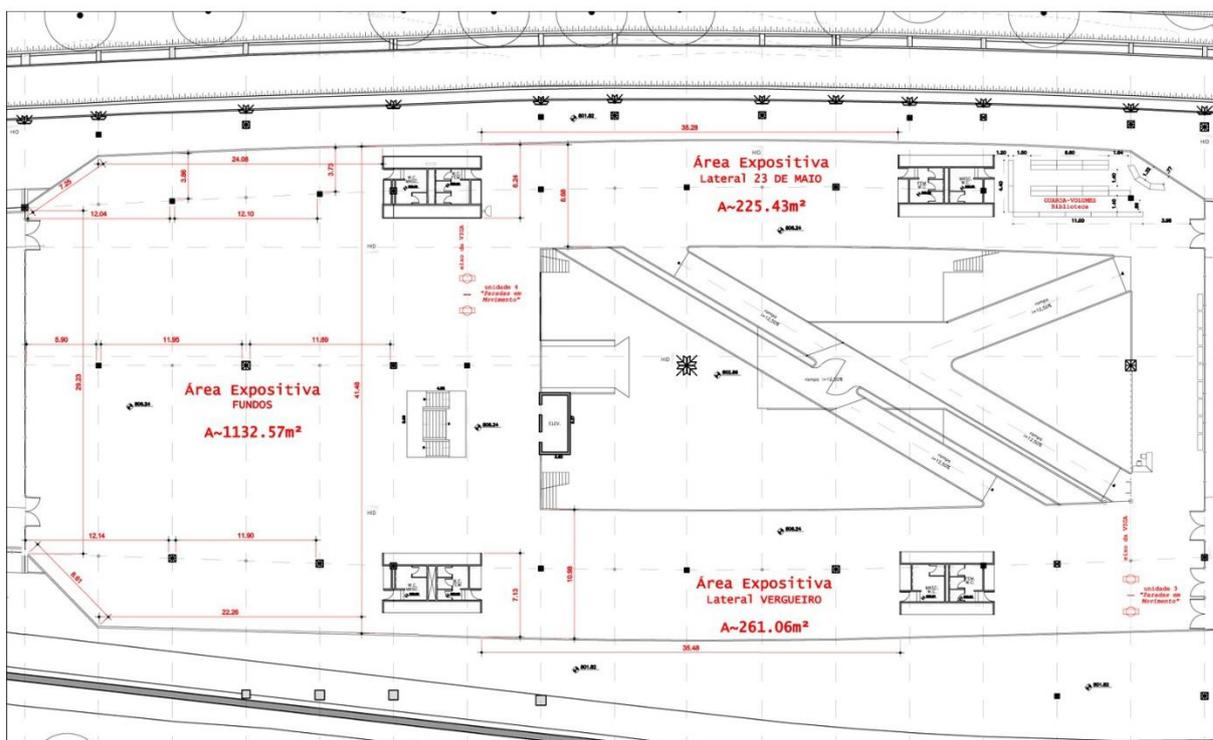


Figura 4 – 9 Planta Baixa do Pavimento Flávio de Carvalho / Cota 806

O pavimento intermediário possui entradas laterais pela Rua Vergueiro, do lado de fora da biblioteca, como se o espaço do centro cultural fosse uma extensão da calçada: permeável, transitável e receptivo. Os itinerários são fluidos e as áreas de uso comum funcionam como áreas expositivas. A biblioteca recebe esse fluxo de maneira agradável, principalmente através das rampas que se cruzam no vazio, além da instalação dos sanitários e os amplos salões utilizados para inúmeras atividades. Na planta esquemática são pontuadas as ausências, a circulação horizontal e a acessibilidade. Fonte: ArchDaily Brasil

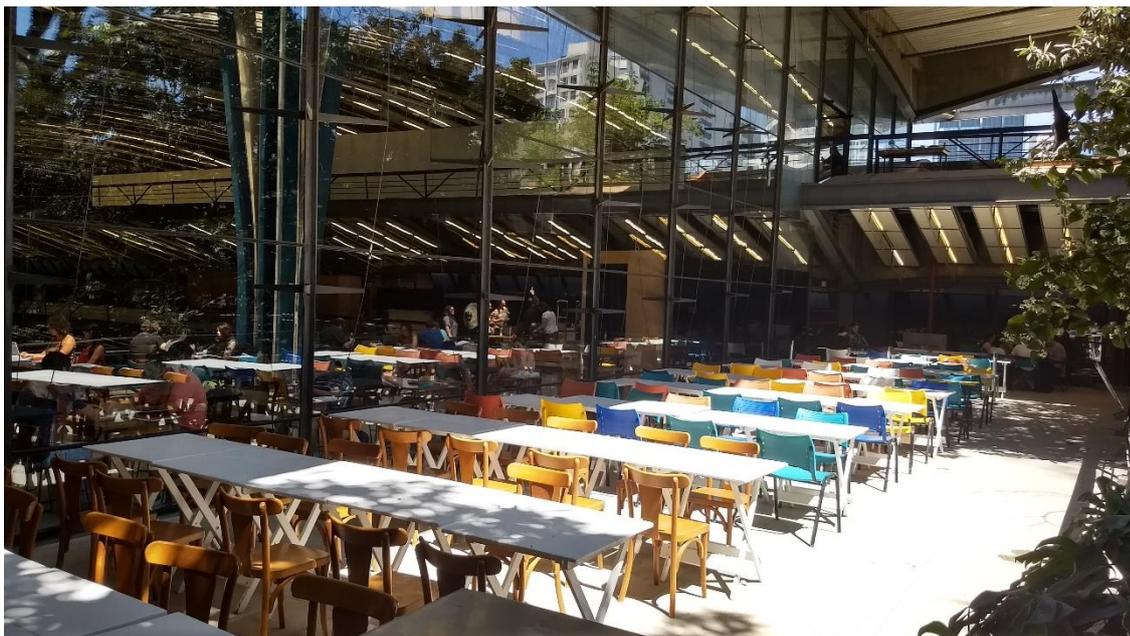


Figura 4 – 10 Área Externa da Biblioteca
 Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017

PAVIMENTO CAIO GRACO / Planta Baixa - Sem Escala

Fonte: ArchDaily Brasil

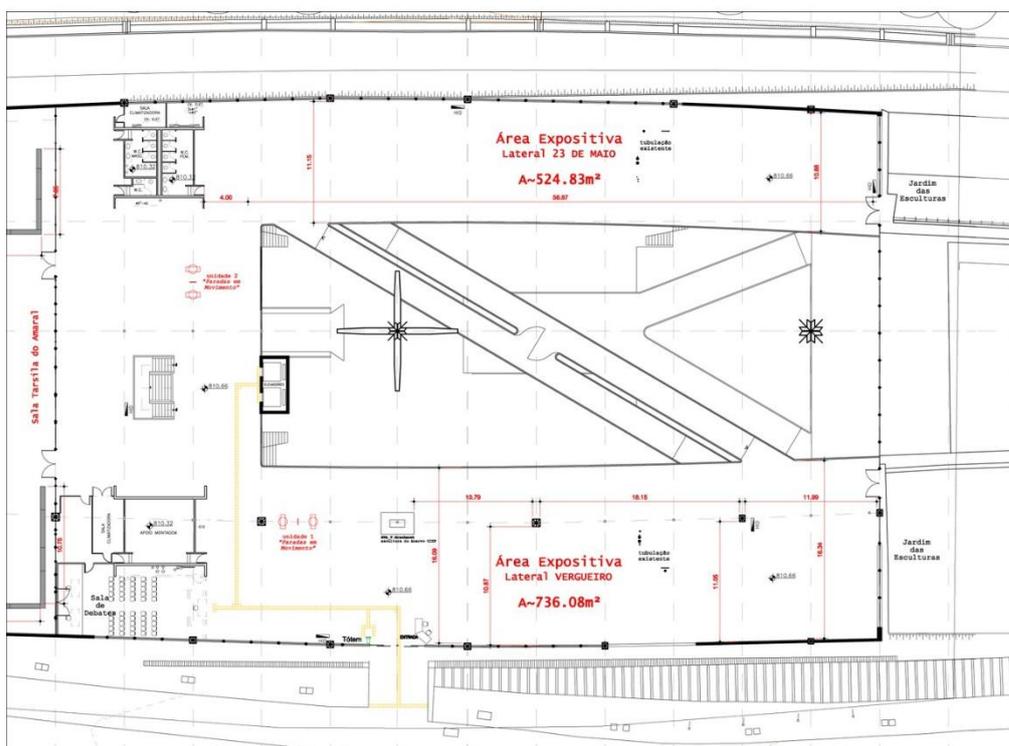


Figura 4 – 11 Planta Baixa do Pavimento Caio Graco / Cota 810

Neste pavimento ocorre o primeiro acesso pela Rua Vergueiro, com sinalização podotátil que marca o trajeto até o elevador de usuários, além de ser o pavimento dos terraços, que infelizmente não possuem acessibilidade adequada devido ao tipo de piso. Todavia, pode ser considerado um dos níveis mais importantes do projeto, pois grande parte dos visitantes acessam a edificação por ele. Na planta esquemática são pontuadas as ausências, o acesso principal, a circulação horizontal predominante e a acessibilidade. Fonte: ArchDaily Brasil

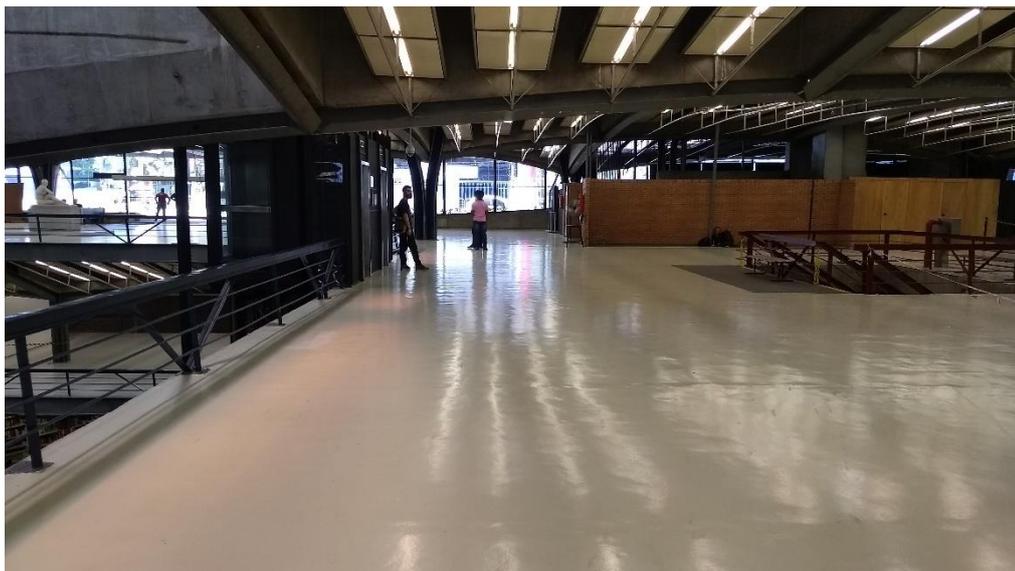


Figura 4 – 12 Salão Elevador
Vista da entrada principal, e acesso ao elevador social.
Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017

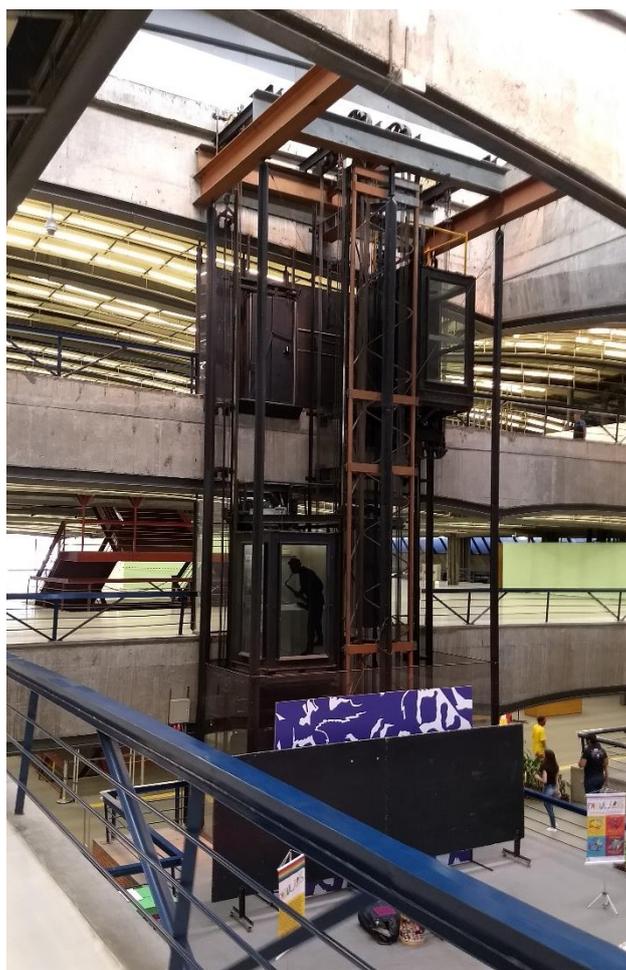


Figura 4 -13 Elevador Social
Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 14 Elevador Exclusivo PNE
Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 15 Acesso Rua Vergueiro
Os pisos são homogêneos em cor e textura, apropriados para a acessibilidade.
Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 16 Piso Podotátil
O piso podotátil traça trajetos contínuos e claros ao longo do projeto.
Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 17 Sanitário PNE
Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017

Todavia, aspectos negativos que limitam o deficiente também foram identificados no projeto, sendo eles:

- A ausência de comunicação visual para o deficiente;
- A presença de desníveis impróprios como degraus isolados sem chanfro, que restringem o acesso à determinadas áreas;

- O acesso pela Rua Vergueiro e as rampas acima da biblioteca possuem inclinação acima da permitida;
- Há insuficiência de sanitários tipo PNE, sendo que há somente um masculino e um feminino próximos da entrada principal e os demais são comuns, com degraus no acesso e pouco espaço para o cadeirante;
- O piso externo da cobertura é inacessível para cadeirantes e deficientes visuais, uma vez composto por blocos de concreto desnivelados e vegetação, o que também limita o acesso;
- Os pisos podotáteis estão em mal estado de conservação em alguns pontos e distribuídos de maneira pontual, sem conexão com o itinerário proposto;
- Há falta de conexão entre a sinalização tátil da estação de metrô e a da edificação.



Figura 4 – 18 Degraus Isolados

Degraus isolados dificultam o acesso do deficiente. Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 19 Comunicação visual
No caso da imagem ao lado, a placa está posicionada à 10m do elevador social e da entrada com piso podotátil e não há indicação de ambos. Além disso, o projeto carece de indicação em braille e indicação visual em tempo real, para os casos de deficientes auditivos necessitarem comunicação em libras.

Autoria: © Gabriela Dona'. em 10/09/2017

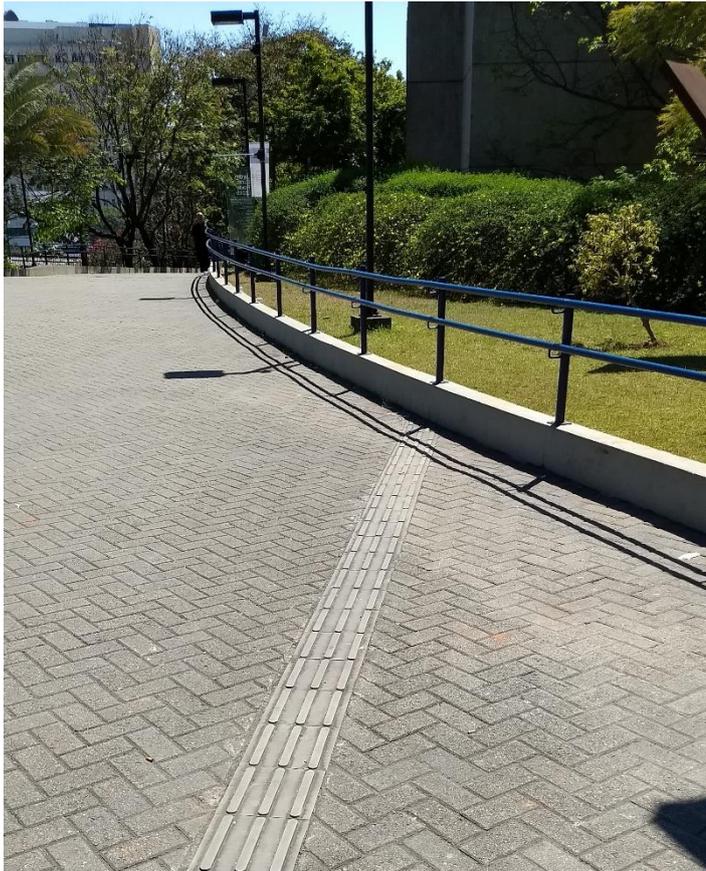


Figura 4 – 20 Percurso Desconectado
O percurso do piso podotátil interno da edificação termina de frente para o gradil. Não há conexão entre ele e o piso podotátil da estação de metrô Vergueiro.
Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 21 Rampa Inclinada
A rampa acima da biblioteca excede a inclinação permitida pela norma, o que impede o cadeirante em utilizá-la de forma autônoma. O patamar de ligação entre os dois trechos de rampa possui degraus, que também prejudicam a locomoção de deficientes visuais e cadeirantes.
Autoria: © Gabriela Dona',



Figura 4 – 22 Patamar Cruzado

Os patamares das rampas que se conectam formam um degrau que pode ser prejudicial para a acessibilidade, em especial aos deficientes visuais. Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 23 Escada Principal

Na escada metálica principal há pisos podotáteis recortados, dispostos de maneira aleatória e sem conexão com o trajeto podotátil. Acredita-se que foi colocado nesse local para evitar que deficientes visuais caíssem da escada, acessando o terraço pelo elevador ou pela cota 810.

Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 24 Piso do terraço inacessível / Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017

PAVIMENTO FLÁVIO DE CARVALHO / Planta Esquemática - Sem Escala

Fonte: Elaboração própria

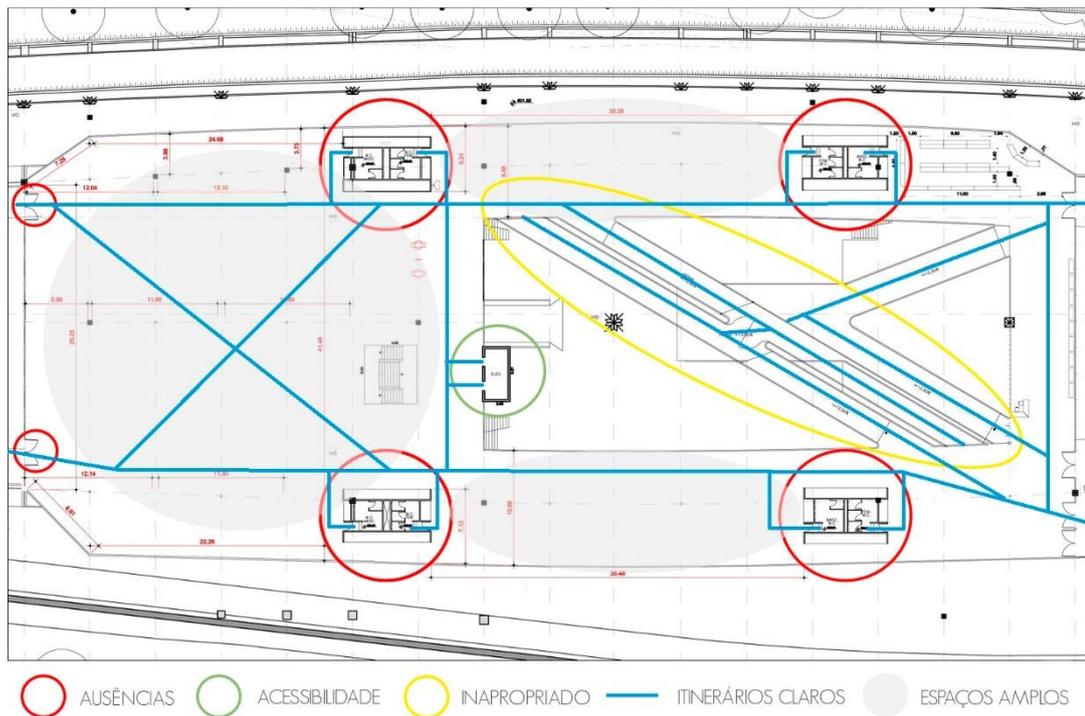


Figura 4 – 25 Planta Esquemática / Cota 806

A planta esquemática reúne os aspectos predominantes nos espaços, como por exemplo as ausências de acessibilidade nas portas dos fundos e nos sanitários; a rampa com inclinação acima da média e patamar em degrau; a presença de elevador que se conecta a todos os pavimentos e os itinerários claros pelo edifício. O objetivo em esquematizar a planta é demonstrar que as ausências são pontuais e que estas não prejudicam muito a formação dos trajetos e suas conexões por todas as áreas do centro cultural, em especial ao elevador acessível. Fonte: Revista Acrópole / Elaboração: © Gabriela Dona'



Figura 4 – 26 Sanitários sem acessibilidade.
 Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017

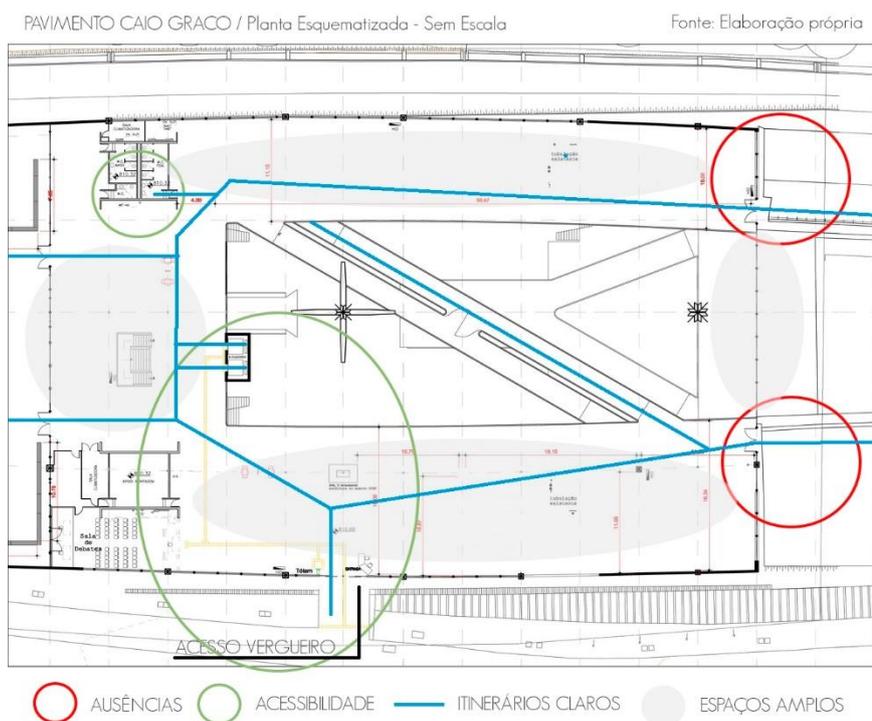


Figura 4 – 27 Planta Esquemática / Cota 810

Situado na cota mais alta do terreno, o acesso ao pavimento Caio Graco pode ser considerado um dos principais. Desde a concepção do projeto houve maior cuidado em garantir acesso através dele, com a instalação de piso podotátil e a proximidade da entrada ao elevador, para que o deficiente o acesse com maior rapidez e facilidade. Todavia, é nesse pavimento que se encontra o terraço, inacessível para os deficientes, devido ao tipo de piso. Ou seja, podemos considerar essa questão como uma grande ausência no projeto. O terraço é um dos locais mais acessados pelos visitantes, uma vez que proporciona vistas panorâmicas da cidade e restringir o acesso dos deficientes, pela falta de cuidado em se planejar uma rota acessível, é uma forma de excluí-los das atividades e de vivenciar oportunidades no espaço urbano.

Fonte: Revista Acrópole / Elaboração: © Gabriela Dona'

Conclusão

O projeto pode ser considerado nível 3, que de acordo com a escala de análise corresponde à “Regular”, pois mesmo que a acessibilidade careça em certos aspectos, o projeto promove inserção social e o apoio a diversidade. Há mobilidade autônoma pelos espaços amplos, planos, sem barreiras físicas e visuais impactantes. A percepção espacial do deficiente não é extremamente afetada pelas ausências, além de que sua participação no ambiente ocorre de forma mais agradável e natural, contribuindo para melhorar sua autoestima. Em suma, o CCSP proporciona oportunidade de se relacionar e usufruir a cidade.



4.1.1.2 SESC 24 de maio – Rua 24 de Maio, 109

Breve Histórico

Inaugurada recentemente em 19 de agosto de 2017, a edificação da antiga loja de departamentos Mesbla foi transformada em Sesc e reformulou a paisagem da Rua 24 de Maio. Segundo seu autor, Paulo Mendes da Rocha, o objetivo da arquitetura é "amparar a imprevisibilidade da vida", o que representa a "transformação no patrimônio urbano construído" que impacta nas dinâmicas sociais dos espaços urbanos.

Características do Projeto

A edificação reúne características marcantes em sua arquitetura e implantação, sendo a circulação horizontal clara e fluída no térreo, com dois acessos pelas calçadas, em ligação com os núcleos de circulação vertical, igualmente bem servidos de infraestrutura, que conta com 5 elevadores e rampas em 12 pavimentos.



Figura 4 – 28 Vista Aérea SESC 24 de maio

A implantação da edificação na esquina da Rua Dom José de Barros (pedestrianizada) com a Rua 24 de Maio favorece seus usos diversificados e o acesso dos usuários. Sua localização valoriza o espaço, atualmente usufruído tanto por moradores, quanto por visitantes. A paisagem anteriormente degradada, se encontra hoje reconstituída e a edificação, com suas inúmeras intervenções, funciona como uma “mola propulsora” para outras mudanças no local, como por exemplo, investimentos imobiliários e melhoria de infraestrutura urbana e de transportes. Fonte: Vitruvius



Figura 4 – 29 Escala do Pedestre
A fachada da Rua 24 de Maio foi planejada para atender uma escala menor, a escala humana. Tal aspecto demonstra preocupação com o usuário e com a paisagem, uma vez que há proximidade entre as edificações e os ângulos visuais são menores, o que reduz a probabilidade de se comunicar visualmente à longas distancias e com escalas maiores, como nos casos em que há letreiros no topo dos edifícios, por exemplo.

Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017

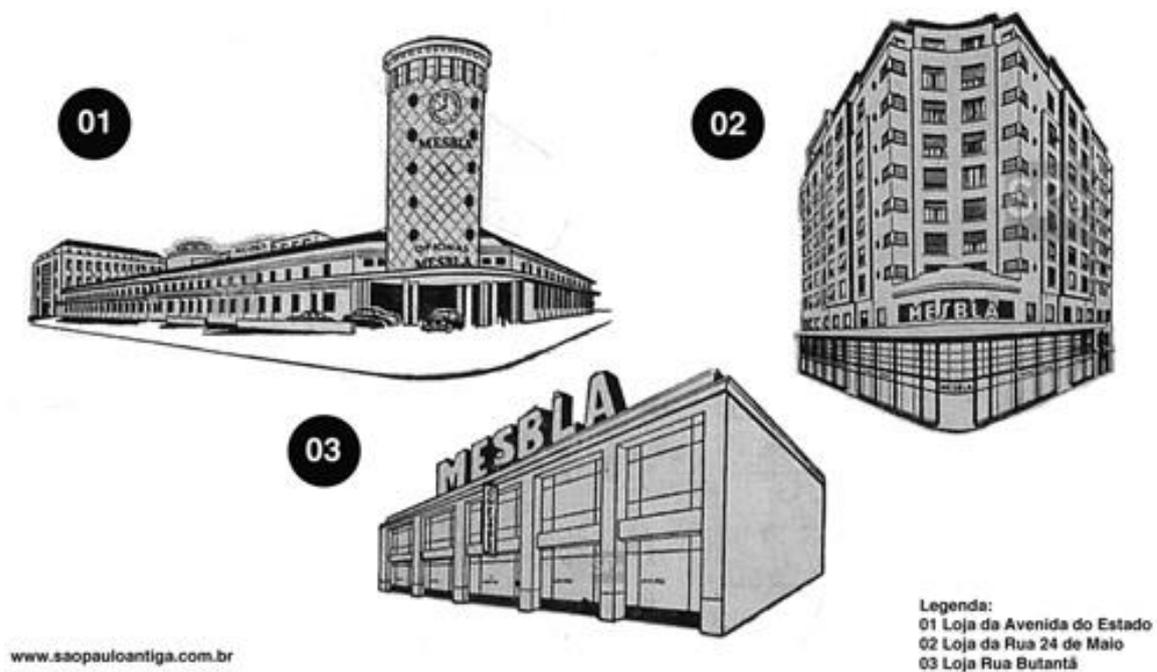


Figura 4 – 30 Lojas da Antiga Mesbla

A imagem ilustra as três (3) lojas da antiga marca Mesbla, sendo a loja nº 02 a edificação do atual Sesc. Anteriormente, sua localização favorecia a venda de produtos automobilísticos, em um período de ascensão do automóvel e da máquina nos grandes centros urbanos. Hoje, com a Rua Dom José de Barros pedestrianizada, o constante fluxo de pedestres entre as galerias da Rua 24 de Maio e os demais equipamentos culturais do centro da cidade, o cenário se transformou no local propício ao relacionamento e à permanência dos usuários.

Fonte: São Paulo Antiga



Figura 4 – 31 Fachada SESC 24 de Maio

A edificação se transformou em um grande “espelho” da cidade: sua fachada em vidro reflete a imagem das ruas e atividades, além de proporcionar transparência e a possibilidade de observação do usuário pelos ambientes internos. O projeto propõe contemplar e refletir a cidade. Autoria: © Gabriela Dona’, em 16/09/2017

Com 28.000 m² de área construída e 13 andares de usos diversificados, a intenção do projeto é proporcionar cultura através de seus museus, bibliotecas e intervenções artísticas; garantir a convivência e a diversidade permitindo o livre acesso por qualquer cidadão, além de compor um importante cenário no centro da cidade, com sua fachada e estrutura espacial contemporâneas.

Em contraste com as edificações antigas, há a possibilidade de usufruto do espaço independente do dia e horário, sendo o térreo da edificação uma extensão das calçadas, ampliando a área permeável e eliminando barreiras físicas que impedem a transição entre espaço público e semi-público. A edificação funciona como uma "extensão abrigada" da cidade, com possibilidades infinitas de uso e compartilhamento do espaço.

No que tange o acesso e a inclusão social do deficiente no espaço físico, observa-se que a acessibilidade está contida no projeto desde sua concepção, diferentemente do Centro Cultural São Paulo que ao longo do tempo promoveu adaptações.

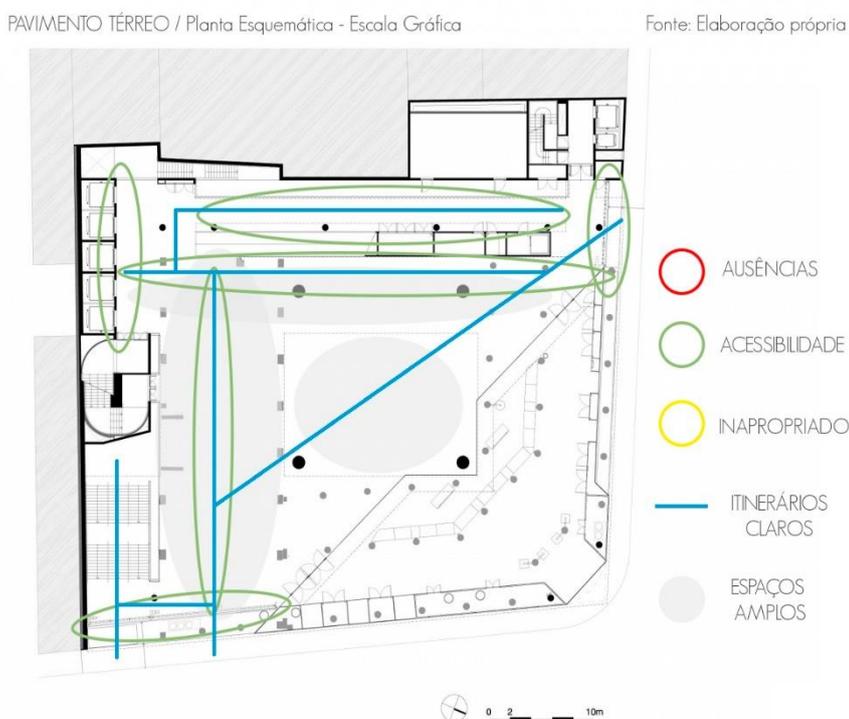


Figura 4 – 32 Planta Esquemática - Térreo
O térreo é acessível e a circulação horizontal cruzada, uma vez que o edifício ocupa uma esquina e o usuário tende à circular em diagonais para encurtar itinerários. Fonte: Site MMBB

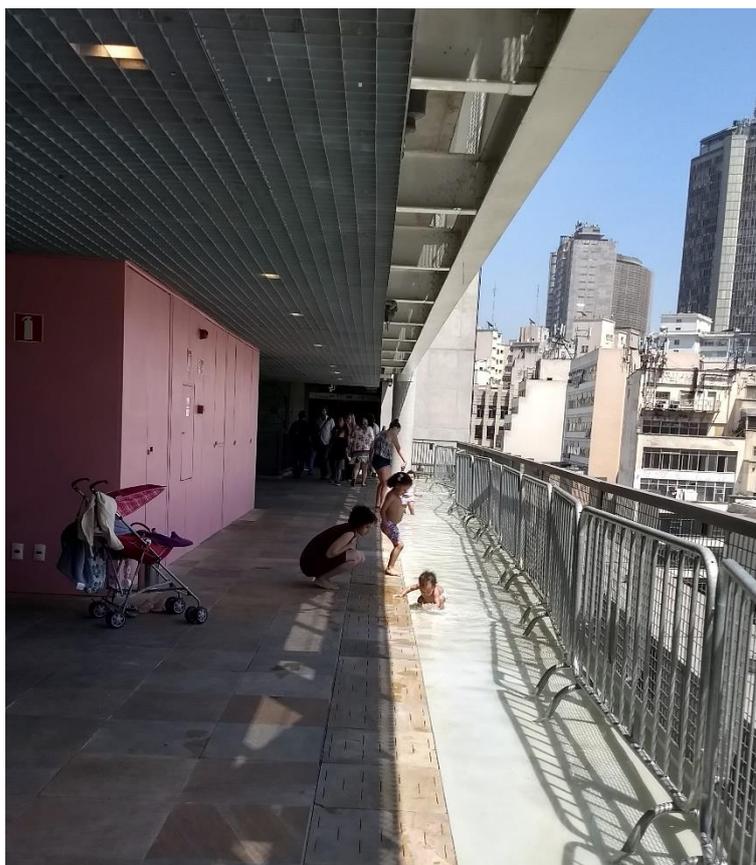


Figura 4 – 33 Espelho D'água Terraço

O programa de usos e atividades proposto favorece a convivência nos espaços. Alguns dos ambientes os quais esses aspectos são nítidos: o terraço onde há cafeteria e espelho d'água é frequentemente utilizado em dias quentes, uma vez que há ventilação cruzada e água para refrescar (como demonstra a imagem ao lado); a piscina na cobertura, também utilizada em dias quentes; a biblioteca, onde a permanência é maior; e o térreo, onde ocorrem os fluxos cruzados de pedestres entre quadras e entre os núcleos de circulação vertical.

Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 34 Piscina na Cobertura
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 35 Cafeteria no Terraço
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017

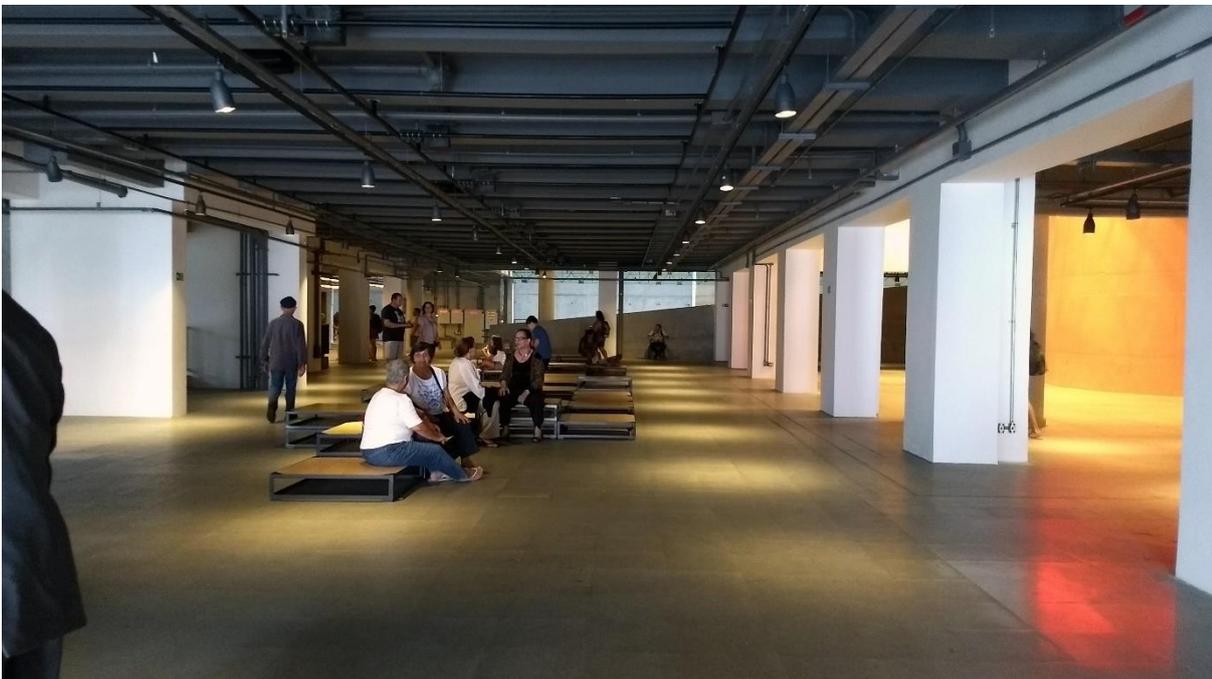


Figura 4 – 36 Térreo com Acesso Livre
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 37 Rampa Principal

A rampa de acesso principal com sinalização podotátil, corrimão em 2 alturas e proximidade ao elevador é o destaque da arquitetura e acessibilidade no projeto.

Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 38 Corrimões da rampa principal

Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017

Critérios / Palavras-Chave

Inclusão; Acessibilidade; Permeabilidade; Autonomia; Espaços urbanos; Patrimônio; Diversidade

Visita Técnica

A visita foi realizada em um sábado, com o objetivo de analisar se há influência do comércio do entorno na utilização do Sesc. Tal fato foi comprovado, uma vez que a movimentação gerada pelo comércio atrai movimentação para o Sesc e o contrário idem. Os visitantes efetuam as compras e acessam o Sesc em busca de lazer, descanso e atividades diversas.

Assim como no CCSP, os espaços de uso comum do SESC abrigam a diversidade e permanecem ocupados por todos os tipos de pessoas, as quais executam inúmeras atividades e compartilham os ambientes de forma democrática e tolerante. Nesse sentido, ambos os equipamentos culturais desempenham um importante papel na cidade: o de proporcionar a oportunidade do encontro e a infraestrutura necessária para abrigar infinitas possibilidades de usos em comunidade.

Em relação à inclusão do deficiente, vale destacar que a administração interna promove informativos, como por exemplo banners sobre acesso preferencial, em prol do melhor usufruto e compartilhamento dos espaços. Além de que a acessibilidade está garantida desde a concepção do projeto.

As características principais que atendem às normas de acessibilidade, bem como tornam os ambientes inclusivos, são:

- Os pisos são nivelados, homogêneos e sem inclinação; não apresentam cores contrastantes ou volume, o que permite fluidez no acesso;
- Há sinalização podotátil de piso, embutida com ladrilhos na circulação do térreo e entre as circulações verticais (rampa e elevadores). Os itinerários para deficientes visuais são claros e permitem acesso à maior parte dos usos da edificação;
- Há informação em braille nos elevadores e ambientes;

- Há placas e botoeiras na altura visual e de fácil acesso ao cadeirante e deficiente visual;
- Há sanitário PNE em todos os pavimentos, com leitura em braille e corredores largos para acesso;



Figura 4 – 39 Placa Informativa dos Pavimentos
Na placa informativa dos elevadores há indicação de usos preferenciais, como dos sanitários e do restaurante.

Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 40 Informativo do Restaurante
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 41 Placa em Braille Biblioteca
Os ambientes do Sesc apresentam identificação em escrita comum e em braille, para atender as necessidades de deficientes visuais e auditivos.
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 42 Placa em Braille Elevador
Além de braile, a placa está localizada na altura do observador cadeirante e em local onde o deficiente visual tem acesso tátil direto e intuitivo. Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 43 Piso podotátil e porta automática da biblioteca
Em todos os ambientes de uso comum há portas com abertura automática que é ativada à uma distância razoável para o deficiente visual ou portador de muleta conseguir se locomover de forma fluída, sem interromper bruscamente seus movimentos, além de ter piso podotátil de alerta. As divisórias são de vidro para favorecer todos os ângulos visuais, dos mais altos aos mais baixos. Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 44 Indicação acessível dos sanitários
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 45 Corredor de acesso aos sanitários
O sanitário PNE se encontra à direita, em um box separado e o acesso aos sanitários possui espaço amplo, sem portas. Neste caso, observa-se que a concepção do projeto propõe reduzir ambientes e instalações ao mínimo necessário, sem comprometer o uso adequado e agradável. Diferentemente de outras edificações, o projeto priorizou a instalação de placas em braille ao invés de portas de acesso ao banheiro, por exemplo.
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017



Figura 4 – 46 Sanitário PNE
Indicação escrita e em braile do sanitário PNE.
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017

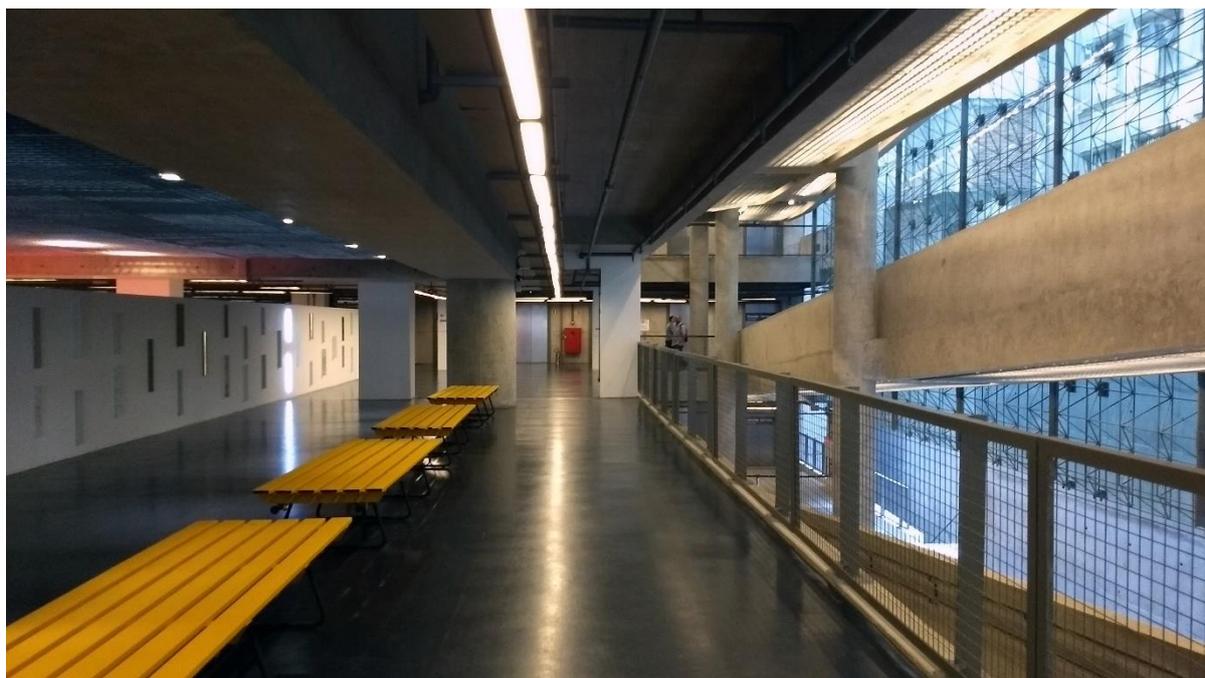


Figura 4 – 47 Espaços amplos
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017

Embora o projeto apresente acessibilidade acima da média identificada nas edificações em análise, há algumas ausências que interferem na utilização de alguns ambientes, sendo elas:

- O elevador principal não proporciona acesso a todos os pavimentos, principalmente à cobertura, onde há a piscina. Neste caso, o cadeirante acessa a cobertura pela rampa principal, através do vestiário;
- O deficiente visual não possui itinerário em piso podotátil pela rampa principal até a cobertura e o elevador não acessa o último pavimento;
- Não há comunicação em libras nas dependências da edificação, acredita-se que devido à dificuldade de implementação de sistema universal e digitalizado que possibilitaria a comunicação em tempo real ou em gravação.

Portando, o Sesc 24 de Maio apresenta acessibilidade acima da média, além de exercer importante função social, tanto por sua configuração espacial interna e usos propostos, quanto por sua localização privilegiada e papel importante na recuperação da paisagem urbana.

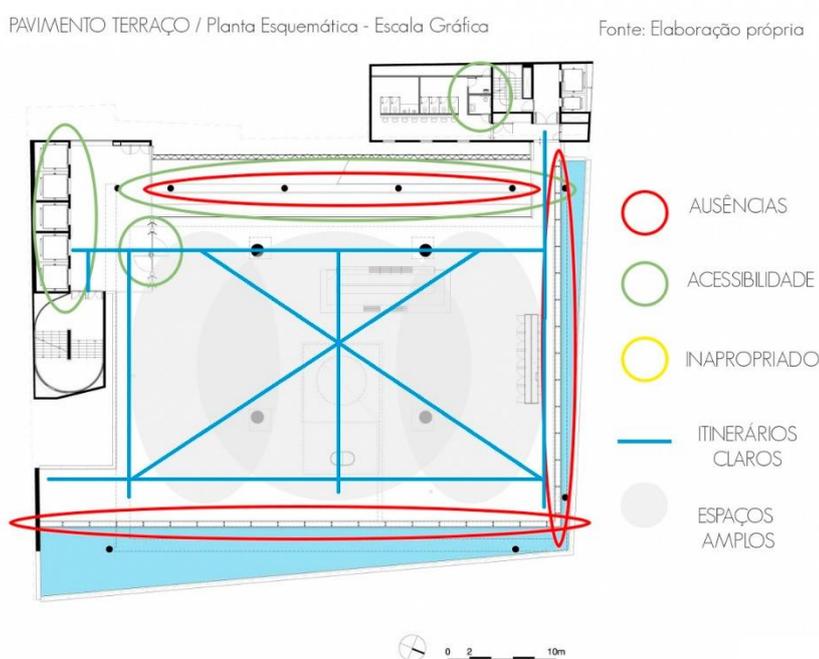


Figura 4 – 48 Planta Esquemática - Terraço
Os fluxos ocorrem principalmente na diagonal, pois o espaço é livre. Há ausência de degraus chanfrados nos espelhos d'água, falta de acesso do elevador à cobertura e de piso podotátil na rampa principal. Fonte: Site MMBB

Conclusão

Por ser uma edificação construída recentemente, espera-se que a mesma proporcione o mínimo de acessibilidade exigida pela norma, e de fato, o projeto supre as necessidades dos usuários especiais, além de proporcionar ambientes de uso coletivo inclusivos e dinâmicos. Devido a esses fatores, o projeto pode ser considerado nível 4, que de acordo com a escala de análise significa “atender às normas e aos 7 princípios”. Portanto, sua implantação interfere de maneira positiva na paisagem urbana, uma vez que induz dinâmicas sociais positivas e promove a inclusão do deficiente no espaço construído, exercendo importante papel no cenário urbano atual.



4.1.2 Edificações Mistas e Galerias

4.1.2.1 Conjunto Nacional – Avenida Paulista, 2073

Breve histórico

Projetado por David Libeskind em 1954, o edifício transformou a Avenida Paulista em um eixo de centralidade: um lugar plural e verticalizado. Ao longo dos últimos 60 anos, a edificação contribuiu para o desenvolvimento da região, que rapidamente se transformou no principal polo econômico e cultural da cidade de SP.

Observa-se atualmente que, com o fechamento da via aos domingos, há diversidade de usos, pois ocorrem diferentes atividades em diferentes escalas e por grupos sociais distintos, os quais compartilham o espaço de forma pacífica.



Figura 4 – 49 Vista Aérea do Conjunto Nacional
Sua escala "monumental" altera a paisagem da cidade, uma vez que o projeto ocupa a quadra inteira. Em comparação com os edifícios próximos, o Conjunto Nacional possui uma dimensão três (3) vezes maior, porém a experiência do usuário se mantém preservada e bem trabalhada na escala do pedestre. Autoria: Merten Neefs 2008 / Fonte: Site Urban Change



Figura 4 – 50 Período de Construção / Fonte: © Revista Acrópole nº 222 (CC BY-NC-ND 4.0). Via Arquivo Arq

Pode-se dizer que a dimensão do projeto gerou impacto e atribuiu significado ao local, ocasionando a transformação da paisagem, que rapidamente assumiu qualidades a favor dos espaços urbanos e da paisagem edificada.

Características do Projeto

Conceitualmente simples, seu partido arquitetônico baseia-se em unir blocos sobre blocos, sendo a grande lamina horizontal onde se encontra os espaços de uso comum, e a grande lamina vertical que compreende os apartamentos de serviço e residenciais.

Sua construção impulsionou a verticalização na Av. Paulista, que naquele período era ocupada por residências de altíssimo padrão. Ou seja, a região se tornou verticalizada, transformando o padrão horizontal da morfologia presente até então.

Os espaços de usos mistos, como serviços e comércio, se caracterizam pela utilização das áreas comuns para consumo e travessia de pedestres entre quadras. Tais características não justificam a ausência de acessibilidade, mas explicam algumas das ausências no projeto, como por exemplo a falta de sinalização visual para deficientes. Além disso, pouco se discutia o assunto sobre acessibilidade e inclusão no período em que a construção foi feita, então, o projeto levou em consideração outras questões consideradas mais importantes.

Mesmo que o espaço construído apresente ausências de ordem física (acessibilidade), proporciona experiências diferenciadas ao cidadão, pois sua configuração espacial é clara, simples e agradável, diferente das experiências cotidianas as quais o usuário está habituado.

Caminhar no local permeável, manter o ritmo fluído, entre paisagens e estímulos sensoriais, é o que atribui ao projeto a qualidade da experiência, sendo essas algumas de suas características positivas: a possibilidade de transitar livremente e de forma (ideologicamente) tolerante.

Crítérios / Palavras Chave

Inclusão; Acessibilidade; Permeabilidade; Liberdade; Diversidade; Densidade; Verticalização

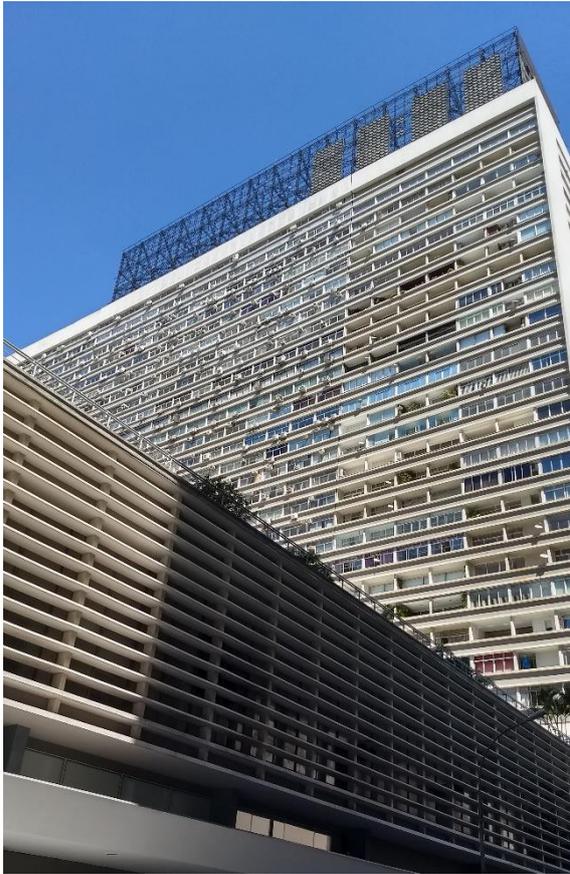


Figura 4 – 51 Vista da Edificação
Uma vista da edificação na escala humana, esquina da Rua Augusta com a Avenida Paulista. Mesmo com sua escala monumental, o projeto oferece a oportunidade de usufruir o espaço respeitando a escala do pedestre.
Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 52 Acessibilidade na Calçada
Rampa acessível na esquina da Rua Augusta com a Avenida Paulista. Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017



Figura 4 – 53 Frequência aos Sábados

A visita realizada em Abril de 2017 registrou uma tarde fria de sábado com movimentação.

Autoria: © Gabriela Dona', em 22/04/2017

Visita Técnica

Assim como a obra Centro Cultural São Paulo, a visita foi realizada em um domingo, com o objetivo de identificar quais os diferentes usos possibilitados pelos espaços e a quantidade de pessoas presente. Vale ressaltar que o fechamento da Av. Paulista aos domingos foi considerado uma condicionante na análise das atividades em curso no local.

O projeto, construído há mais de 60 anos, apresenta características físicas positivas e que favorecem a acessibilidade, como por exemplo: os pisos não possuem inclinação transversal; os itinerários são claros e agradáveis ao cidadão comum, sendo o sentido de visão favorecido pela amplitude do espaço; e há mobiliário para permanência. Ou seja, o espaço é favorável para o encontro e considerado um local de passagem diferente, dinâmico e que abriga a diversidade. Mesmo que antigo, o projeto se mantém atual e como uma proposta de espaço contemporâneo.

Embora seja considerado um dos edifícios ícone da cidade de São Paulo, há inúmeras ausências que comprometem a acessibilidade do deficiente.

Com base na norma NBR9050 e no Manual de Mobilidade Acessível na Cidade de SP, observou-se que as soluções de acessibilidade presentes no local são pontuais, não atuando como um todo conectado. Alguns dos pontos que reforçam tal ideia são:

- Ao longo de todo o trajeto o piso do térreo possui estampa contrastante e é composto por peças tridimensionais, que formam irregularidades e predicam a locomoção de cadeirantes e deficientes visuais;
- Há inclinação inadequada na rampa principal, que inicialmente foi projetada para carros acessarem a cobertura;
- A faixa de serviço e faixa livre nas calçadas não estão bem definidas, uma vez que o mobiliário urbano e infraestrutura estão dispostos aleatoriamente e sem indicação podotátil;
- Não há comunicação voltada tanto ao deficiente quanto ao cidadão comum;
- Os acessos são planos, mas não possuem sinalização podotátil;
- A botoeira dos elevadores está acima de 0,80cm em relação ao piso.

PAVIMENTO TÉRREO / Planta Baixa - Sem Escala

Fonte: ArchDaily Brasil

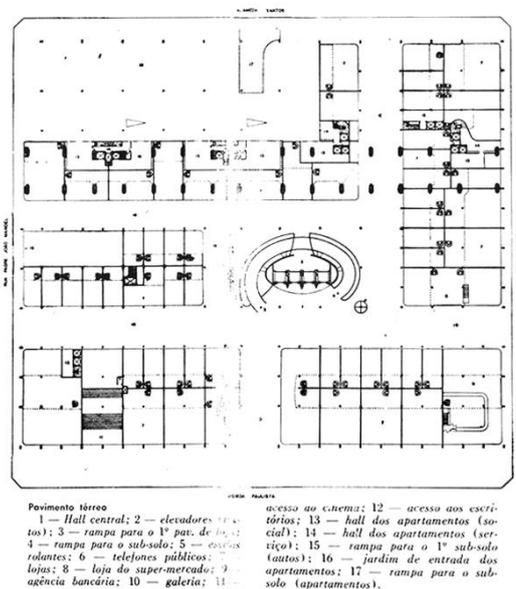


Figura 4 – 54 Planta Baixa do térreo

A planta baixa do projeto da galeria denota simplicidade e modulação, de forma que o ambiente, planejado para travessia e consumo, valoriza os acessos e o posicionamento das lojas. Fonte: ArchDaily Brasil

Acredita-se que ao longo do tempo houveram adaptações no projeto, afim de que seus espaços cumprissem com as exigências mínimas feitas pela legislação. Todavia, os aspectos recém citados prejudicam consideravelmente o usufruto do espaço por cidadãos com necessidades especiais.

Levando em consideração que o local é frequentemente visitado e que proporciona experiências diferenciadas, pode ser considerado um dos berços de diversidade na cidade. O fato dele ser aberto, assim como o Centro Cultural São Paulo, é o que qualifica seu uso e ressalta seu valor para a população. Portanto, mesmo que o projeto apresente ausências de acessibilidade, proporciona uma experiência social diferente da experiência que o cidadão comum está habituado. No que tange o cumprimento das normas, apresenta defasagem.



Figura 4 – 55 Calçada da Alameda Santos
As faixas de serviço e livres não estão bem definidas, sendo um grande “zigue-zague” de obstáculos que interfere na locomoção de deficientes.
Autoria: © Gabriela Dona’, em 10/09/2017



Figura 4 – 56 Desníveis na Calçada
Além da disposição inadequada do mobiliário urbano e do piso antigo, as instalações nas calçadas prejudicam a locomoção do usuário, uma vez que formam desníveis indesejados.
Autoria: © Gabriela Dona’, em 10/09/2017

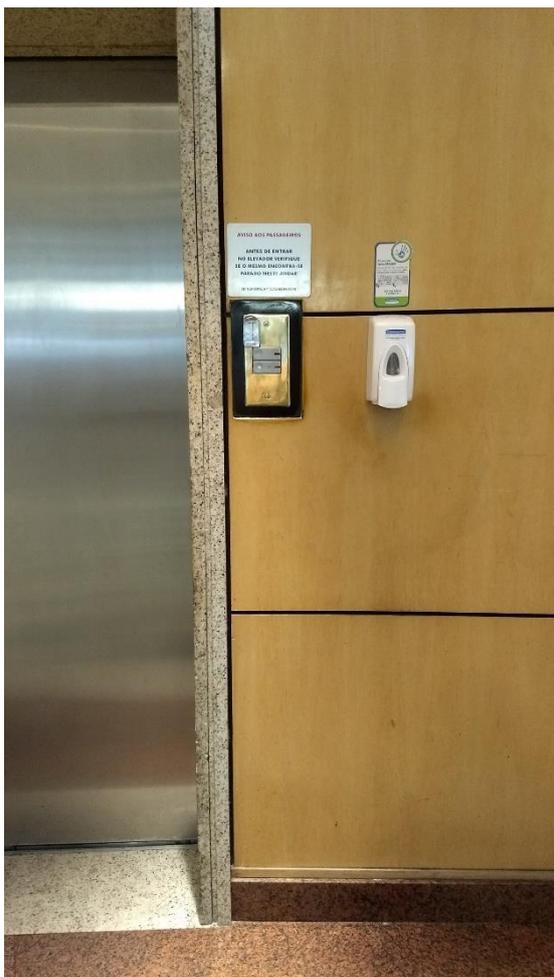


Figura 4 – 57 Botoeira do Elevador
Posicionada acima da altura
adequada para cadeirante, também
não possui identificação em braille.
Autoria: © Gabriela Dona', em
10/09/2017



Figura 4 – 58 Piso podotátil nos acessos / Autoria: © Gabriela Dona', em 10/09/2017

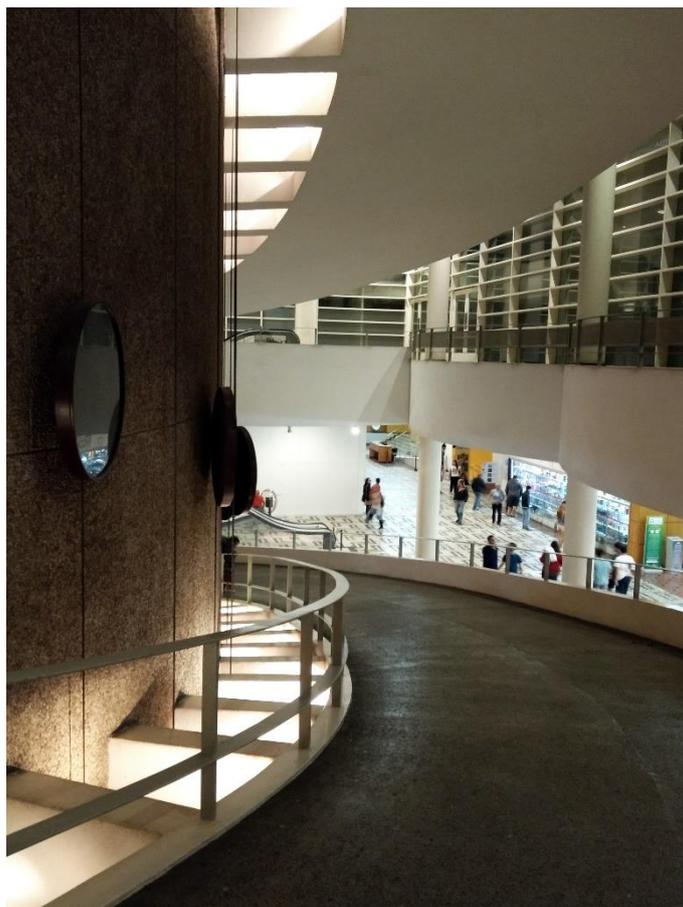
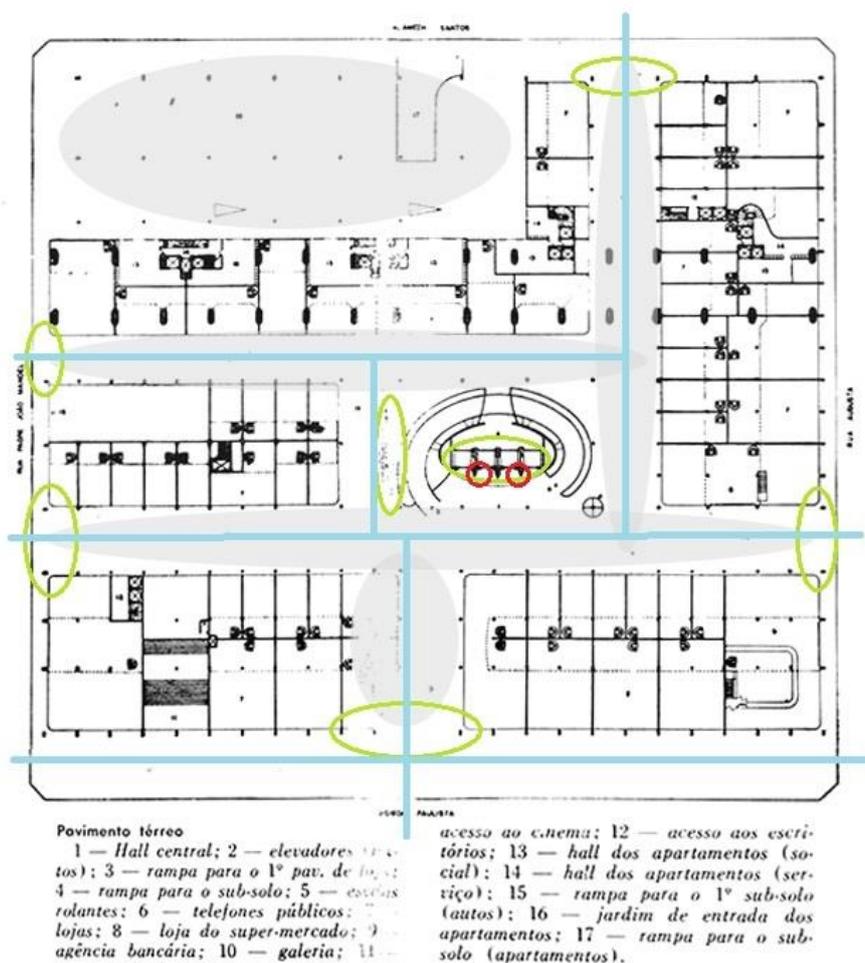


Figura 4 – 59 Rampa Principal
A inclinação da rampa principal é inadequada.
Autoria: © Gabriela Dona', em 22/04/2017



Figura 4 – 60 Piso Terraço
O piso da área externa do terraço é em pedra, de superfície irregular e possui desníveis. Autoria: © Gabriela Dona', em 22/04/2017



AUSÊNCIAS ESPAÇOS AMPLOS ACESSIBILIDADE ITINERÁRIOS CLAROS

Figura 4 – 61 Planta Esquemática / Térreo
Fonte: Revista Acrópole / Elaboração: © Gabriela Dona'

Conclusão

A percepção do espaço é positiva pois está relacionada a 3 aspectos que garantem a cidadania, sendo eles a possibilidade de participação do cidadão no ambiente urbano, a possibilidade de utilização dos serviços diferenciados próximos à moradia ou ao trabalho e a possibilidade de se locomover de forma agradável pela cidade. Isto é, a concepção projetual interfere nas dinâmicas sociais, mas como dito na análise da visita, o espaço não pode ser considerado acessível para todos, devido à acessibilidade obsoleta e/ou ausente.

Em suma, o espaço proporciona experiências únicas, mas a experiência do deficiente permanece prejudicada devido à falta de acessibilidade. Por conta disso, o projeto foi classificado como "nível 2", que de acordo com a escala de análise simboliza "Degradado ou Obsoleto", uma vez que não cumpre com as exigências mínimas feitas pela legislação e impede o uso igualitário e equitativo dos espaços compartilhados.



Figura 4 – 62 Diversidade

O espaço abriga diversidade de atividades e usuários. Sua configuração espacial favorece tais características, embora não cumpra com a norma de acessibilidade. Autoria: © Gabriela Dona', em 22/04/2017

4.1.2.2 Copan – Avenida Ipiranga, 200

Breve histórico

Construído em 1954 e idealizado pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, o projeto foi encomendado pela Companhia Pan-americana de Hotéis e Turismo com o objetivo de torná-lo um mega hotel para explorar o turismo na cidade. Após mudança de planos, o edifício se tornou um centro comercial-urbano de larga escala, ícone da cidade, além de ser o maior edifício construído em estrutura de concreto armado no país. O projeto rapidamente ganhou fama pela diversidade de usos e espaços caminháveis e mesmo após 60 anos de sua inauguração, sua concepção e inserção urbana se mantêm atuais sob alguns aspectos.



Figura 4 – 63 Estrutura do Copan
Construção do edifício, com sua estrutura em concreto armado e maciço, implantado inicialmente em área pouco verticalizada.
Fonte: CopanSP

Características do Projeto

Construído em estrutura de concreto armado e maciço, o projeto foi concebido durante a arquitetura moderna, com destaque aos brises fixos e ao formato incomum da edificação.

O edifício, com 115 metros de altura, 32 andares e 120mil m² de construção, é dividido por blocos, sendo o bloco A com 64 apartamentos de 2 dormitórios, os blocos C e D com 128 apartamentos de 3 dormitórios e os blocos B, E e F com 968 apartamentos kitnet, de 1 dormitório. No total, possui 20 elevadores e 221 vagas no subsolo para estacionamento.

Acredita-se que a variedade de tipologias contribui para que diferentes padrões sociais habitem o local e mesmo que separados em blocos, se mantém reunidos em um único espaço de uso comum, convívio, comércio e acesso à cidade.

Sua fachada ondulada transmite sensação de movimento e seu porte, acima da média em relação aos edifícios do entorno, transmite imponência.



Figura 4 – 64 Implantação Copan
Diferenciado e imponente, o edifício possui fachada única e contínua, com duas interrupções de brises, preferencia puramente estética do arquiteto. Fonte: Blog Quatro Cantos do Mundo

Ao longo dos últimos 60 anos, sua implantação influenciou dinâmicas urbanas, representou grandes transformações sociais e de paradigmas, bem como contribuiu para uma mudança cultural, que naquele período correspondeu à construção de uma sociedade igualmente promissora, urbana e moderna.

Atualmente, o cenário contemporâneo apresenta novas perspectivas, sendo que dentre elas se destaca o fato da população retomar o usufruto do espaço público.

O Copan, assim como o Centro Cultural São Paulo e o Conjunto Nacional, são edifícios icônicos, modernos e que suprem a atual carência urbana: se reapropriar do espaço público, embora apresentem algumas ausências de acessibilidade.

Segundo Luiz Espallargas, em artigo escrito para o site Vitruvius em 2012, "assim é transformado e selado o rumo da arquitetura brasileira: fecunda, eficaz, coletiva e urbana a partir do segundo pós-guerra".



Figura 4 – 65 Av. Ipiranga
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017

Crítérios / Palavras Chave

Permeabilidade; Diversidade; Densidade; Verticalização

Visita Técnica

A visita foi realizada em um domingo, dia em que as lojas da galeria estão fechadas, porém, foi possível analisar a acessibilidade e certos aspectos culturais,

pois 2 (dois) estabelecimentos estavam abertos, uma cafeteria e outra padaria, ambos repletos de pessoas usufruindo dos serviços e da paisagem da cidade.

Ao longo do curto trajeto feito até a galeria, notou-se grande quantidade de pedestres e ciclistas transitando nas calçadas e faixas preferenciais. Ou seja, havia vida na cidade e parte daquele público aparentava habitar o local.



Figura 4 – 66 Maquete Copan
Maquete de papel exposta no Sesc 24 de Maio.
Autoria: © Gabriela Dona', em 16/09/2017

Nos estabelecimentos, o público demonstrava euforia e energia, logo, entende-se que as infinitas possibilidades proporcionadas pelos ambientes, seja por estarem localizados em um edifício ícone, com espaços comuns agradáveis e bem localizados, seja próximos de eventos sociais, equipamentos culturais e locais para prática de esportes, contribuem para a mudança da percepção do público em relação aos espaços compartilhados, além de incentivar o usufruto desse espaço de forma natural, ilimitada e tolerante.

Embora o centro da cidade apresente questões sociais pouco solucionadas,

como por exemplo a ocupação dos moradores de rua e consequente degradação dos passeios públicos, observou-se que o edifício atrai usuários em busca de experiências diferenciadas, em especial aquelas que envolvem os 5 sentidos.

Sua implantação promove experiências diversas, além de proporcionar a oportunidade de acessar outros locais próximos com facilidade e conexão, enquanto que a concepção envolve diversidade, consumo e experiências, os quais influenciam sobremaneira a forma como o cidadão se apropria da cidade.



Figura 4 – 67 Perspectiva do térreo - Av. Ipiranga
Os restaurantes e bares, localizados nas “bordas” do térreo da galeria, atraem os pedestres em trânsito pelas calçadas, enquanto que as lojas internas são ocupadas por outros usos, como por exemplo cabelereiros e lojas de roupas. Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 68 Restaurante Varanda
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 69 Placa para
Localização
Autoria: © Gabriela Dona', em
01/10/2017

No que tange discutir a acessibilidade, dentre todos os projetos analisados na monografia, o Copan é o que possui maior defasagem de infraestrutura acessível e tal ausência pode estar relacionada ao período em que foi concebido.

Em comparação com os projetos construídos em períodos próximos, como CCSP e Conjunto Nacional, observa-se que há possibilidade de realizar adaptações no espaço e que tamanha negligência tende a excluir deficientes e pessoas com mobilidade reduzida.



Figura 4 – 70 Acessibilidade Av.
Ipiranga
Os problemas relacionados à
acessibilidade se iniciam pela
condição precária das rampas ao
longo das calçadas da Av. Ipiranga,
que impedem o acesso fluído e
adequado dos cadeirantes à calçada
do Copan. Autoria: © Gabriela Dona',
em 01/10/2017



Figura 4 – 71 Poça D'água
Neste caso, além da situação precária da rampa, há formação de poças d'água que atrapalham a locomoção de todos os cidadãos.
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017

As intervenções acessíveis são pontuais e apresentam certas controvérsias em relação à proposta de “implantação permeável e aberta à cidade”. São elas:

- O elevador da entrada do Café Floresta possui botoeira com altura que atende à norma;
- Uma das lojas possui uma “mini-rampa” improvisada acessível;
- Um dos telefones públicos está instalado na altura adequada para o cadeirante;
- Há piso com textura homogênea na galeria;
- Algumas entradas para o hall dos elevadores não possuem degraus isolados

E das ausências observadas, as quais impedem o acesso e a inclusão de deficientes no espaço construído, são elas:

- Presença de degraus isolados em excesso, tanto para acesso às lojas, quanto para acesso aos elevadores e nenhum deles é chanfrado;

- Ausência de piso podotátil e indicação em braile;
- Pisos desnivelados e inacessíveis nas calçadas;
- Elevadores dos núcleos de circulação vertical com largura inferior à do cadeirante e botoeiras altas;
- Acesso aos halls de elevadores com porta estreita e sem espaço para o deficiente se posicionar e abrir;
- Alguns trechos das calçadas com inclinação transversal acima da permitida pela norma.



Figura 4 – 72 Elevador Café Floresta
A altura da botoeira do elevador principal é adequada para o cadeirante.
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 73 Telefone Público
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 74 Mini rampa improvisada
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 75 Hall de elevadores sem desnível
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 76 Piso desnivelado
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017

PAVIMENTO TÉRREO - GALERIA / Planta Esquemática - Sem Escala



Figura 4 – 77 Planta Esquemática Galeria Copan
Autoria: © Gabriela Dona'

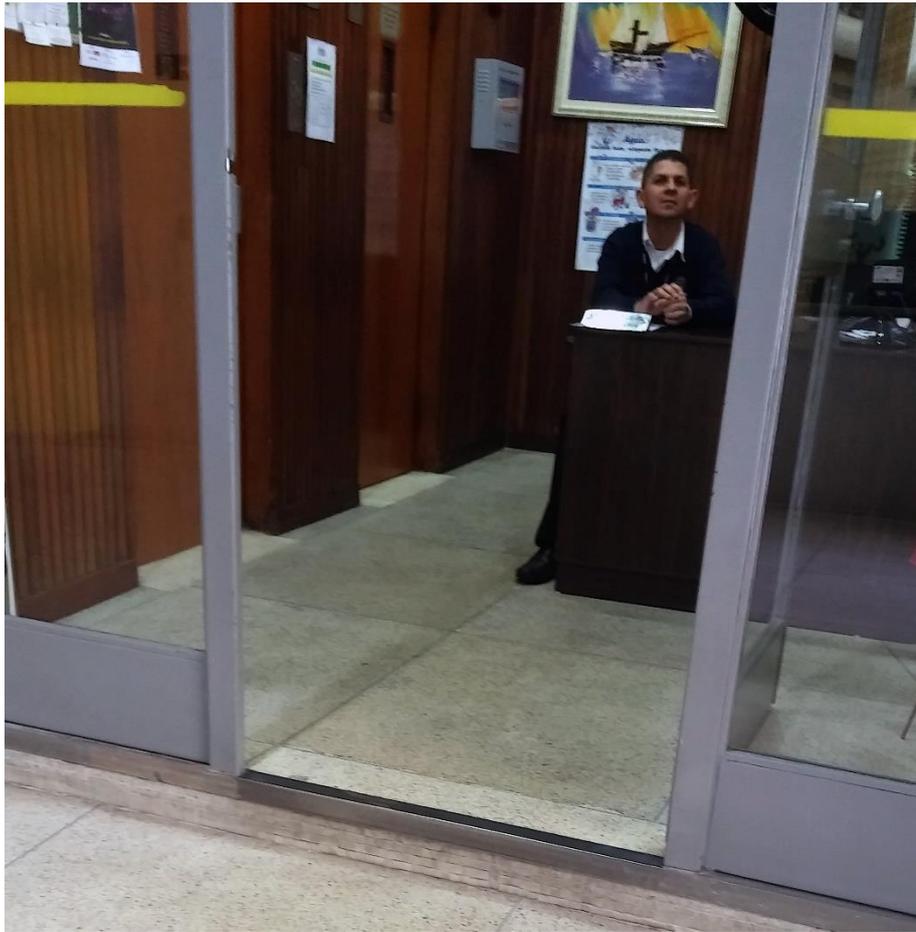


Figura 4 – 78 Degrau no hall de elevadores
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 79 Degraus nos acessos às lojas
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017

Conclusão

Devido às ausências de acessibilidade, o projeto pode ser classificado como nível 2, que corresponde à "defasado e/ou obsoleto", mesma classificação que recebeu a obra do Conjunto Nacional e isto se deve ao fato de ambos os edifícios exercerem forte influência na paisagem e nas dinâmicas sociais, sem oferecer acesso adequado e universal para todos os cidadãos.

Entende-se que ambos cumprem com uma função social, pois: abrigam diversidade de usos e usuários; exercem forte influência nas dinâmicas da cidade, principalmente nas áreas das envoltórias; estão inseridos em áreas que necessitam articulação de usos, conexões de itinerários, permeabilidade de pedestres e espaços livres para a formação de usos espontâneos e itinerantes, porém, tais contribuições permanecem defasadas do ponto de vista inclusivo. Ou seja, a qualidade do acesso e usufruto do espaço pelo cidadão com deficiência permanece prejudicado, devido à fatores como: falta de compromisso social dos moradores em tornar o espaço mais acessível e em contatar órgãos de tombamento e patrimônio para se discutir acessibilidade na edificação; falta de investimentos dos próprios órgãos em tornar os edifícios tombados mais acessíveis, sem intervir excessivamente nos aspectos originais da edificação.

Portanto, o Copan é inclusivo e diferenciado por permitir livre acesso nas áreas comuns, mas apresenta ausência de acessibilidade, o que de fato promove a exclusão dos deficientes no espaço público e construído.



4.1.3 Espaço Público

4.1.3.1 Praça Roosevelt – Praça Roosevelt, s/n

Breve histórico

Em 1950, o terreno que inicialmente se caracterizava por ser asfaltado e vazio, recebeu o nome do ex-presidente norte americano Franklin D. Roosevelt. Atividades cotidianas, tais como estacionamento, feira livre aos domingos, cinema ao ar livre e teatro, eram comuns no local. Em 1970, com a implantação das obras viárias e os projetos urbanos modernistas, houve uma transformação, atribuindo-se ao terreno a função de “laje para estacionamento”. A expectativa era de que tal projeto refletisse e abrigasse o processo de modernização do espaço urbano, caracterizado pelas intervenções em larga escala e pela construção das vias de acesso. Em 1980, a degradação da área acentuou a necessidade de transformar radicalmente o espaço e em 2012 foi reinaugurada a nova praça, mais aberta à cidade.

Características do Projeto

O novo projeto devolveu ao local a vida e a possibilidade de apropriação do espaço público pelo cidadão. Anteriormente ocupado pelas lajes escuras e pelos espaços inóspitos, o terreno apresentava degradação e problemas de segurança pública. Após a reforma, pode-se dizer que o cenário se modificou, uma vez que o espaço reconquistou seu status de marco da cidade, além de ser um projeto que auxilia na redução de possíveis conflitos gerado pelas diversas manifestações presentes.

Atualmente, sua configuração plana e aberta oferece espaços mais convidativos e seguros à população, além de que o projeto propõe tornar o espaço mais acessível e fluído. Isto é, a qualidade espacial está atrelada à qualidade das relações presentes nesse espaço.

De certa forma, reforma contribuiu positivamente para a recuperação de um espaço simbólico e de valor no centro da cidade de São Paulo, retomando seu uso inicial, de vazio urbano, mas dessa vez com um desenho convidativo e contemporâneo.

Neste caso, vale ressaltar que a Praça Roosevelt, diferentemente dos demais projetos analisados, é o único que trata sobre a importância do desenho do vazio. O vazio como lugar de respiro, de eventos; o local propício para manifestações diversas e de acesso livre.

Segundo o autor Mauro Calliari, em artigo escrito para o site Vitruvius, “a expectativa criada pelo novo projeto era de reintegrar à praça ao entorno, romper as barreiras existentes nos múltiplos planos do projeto anterior, criar ambientes de convivência e atrair as pessoas de volta.” (CALLIARI, 2013)

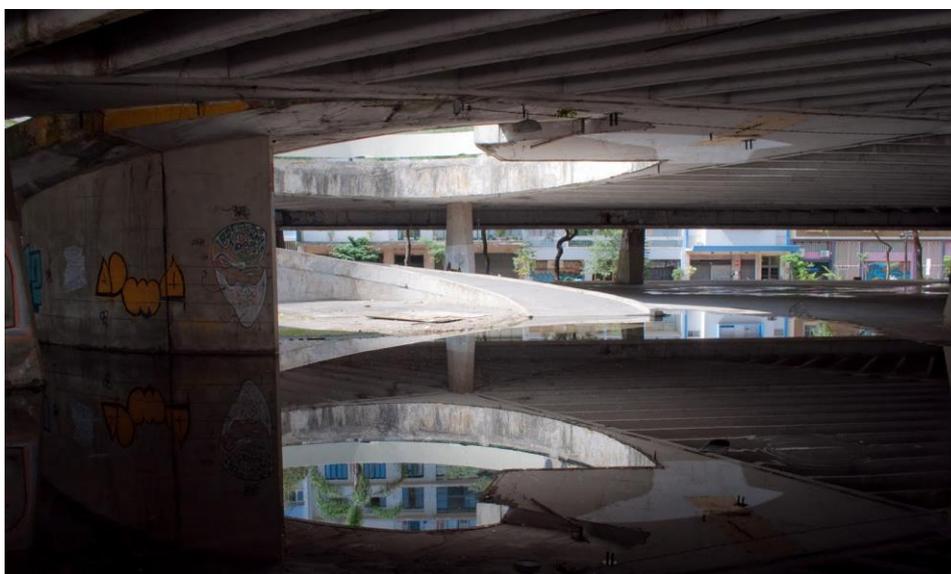


Figura 4 – 80 Antiga Praça Roosevelt
Abaixo das lajes mais altas da praça, o quarteirão era ocupado pelos espaços escuros, úmidos e propícios a atividades ilícitas. Atualmente, apresenta uma configuração oposta: o acesso ocorre de baixo para cima, através das escadas e rampas acessíveis e o usuário se sente mais seguro ao ar livre. Fonte: Blog Arquitetura e seu Embuste

Critérios / Palavras Chave

Permeabilidade; Fluxos; Vazio Urbano; Acessibilidade; Diversidade

Visita Técnica

A visita foi realizada em um domingo ensolarado, com o objetivo de analisar a quantidade de usuários presentes na praça e suas características em comum: alguns moradores e outros visitantes; praticantes de esportes ou outras atividades de lazer. A reconstrução da praça, frequentemente ocupada por grupos de skatistas,

patinadores, dançarinos, crianças, adultos e cachorros, ofereceu a oportunidade de reapropriação do espaço público pelo cidadão contemporâneo, cidadão este em busca de experiências diferenciadas, como espaços coletivos e acessíveis. Ou seja, a reconstrução da praça ocorreu em um período de retomada do uso da cidade, cujos espaços assemelham-se à uma extensão da própria moradia, até recentemente utilizada como único local de lazer e entretenimento.

Embora a implantação do projeto apresente resultados positivos, observa-se que sua infraestrutura está sofrendo rápida degradação e tal abandono pode estar relacionado com alguns fatores, como por exemplo a possível falta de articulação e interesse da sociedade civil (grupo de moradores da região) em conservar a praça ou a possível falta de interesse do poder público e da zeladoria urbana na manutenção do espaço. Infelizmente, tal degradação acarreta problemas de acessibilidade no projeto e sua concepção acessível e urbana integradora deixam a desejar.

Dos elementos de acessibilidade notados no projeto, os principais são:

- Presença de rampas de acesso nas 4 ruas do entorno;
- Pisos homogêneos e lajes planas;
- Espaços amplos para circulação e manobra na praça;
- Presença de piso podotátil nos itinerários principais;
- Corrimãos com duas alturas;

Porém, ainda que seja um projeto recente, apresenta ausências como:

- Falta de conexão com a acessibilidade do entorno;
- Calçadas estreitas, com buracos, desníveis e sem espaço para manobra com cadeira de rodas;
- Pouca manutenção nos pisos, provocando o desnivelamento, acúmulo de sujeira, poças de água e dificultando o trânsito com cadeira de rodas;
- Algumas rampas não se conectam com o mesmo patamar das escadas, como é o caso da rampa principal de acesso pela igreja, o que provoca a sensação de exclusão ao deficiente;

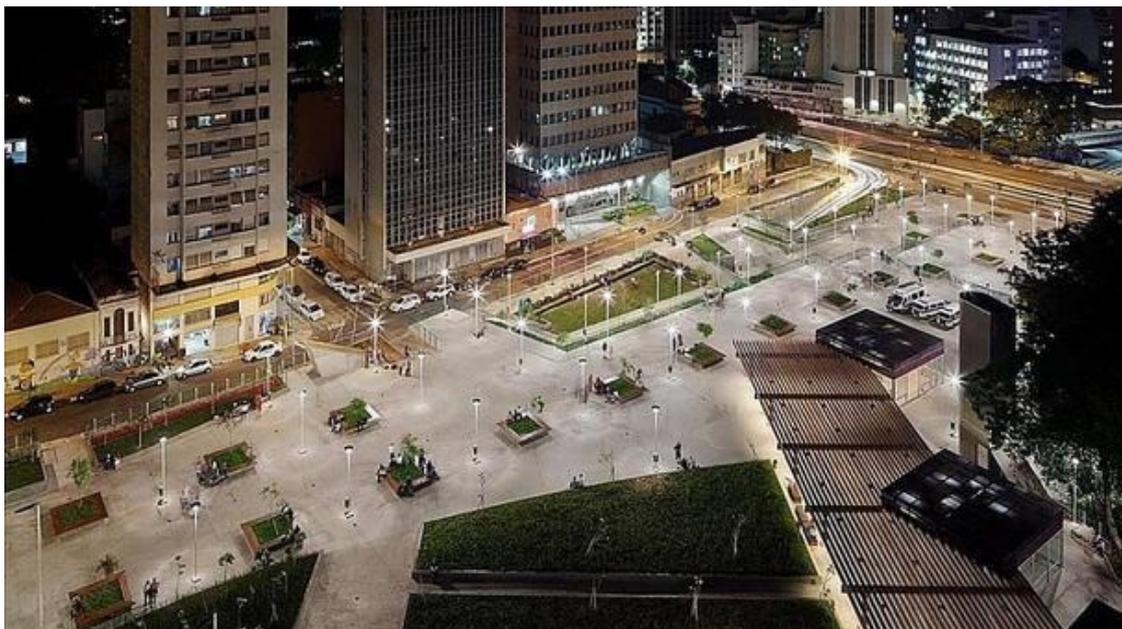


Figura 4 – 81 Atual Praça Roosevelt

O projeto atual trabalha com o nível do estacionamento subterrâneo e o nível dos espaços de uso comum, abertos à cidade. A perspectiva do usuário é alterada a partir do momento em que o grande vazio é elevado em relação ao nível das ruas.

Autoria: Carlos Fortes / Fonte: O Estadão



Figura 4 – 82 Piso Podotátil na praça
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 83 Rampa da Igreja

Pode ser considerada acessível de acordo com a norma, mas seu acesso se torna excludente por ocorrer em um outro local, diferente dos acessos comuns e principais.

Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 84 Encontro de Itinerário Podotátil

Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 85 Corrimãos com duas alturas
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017

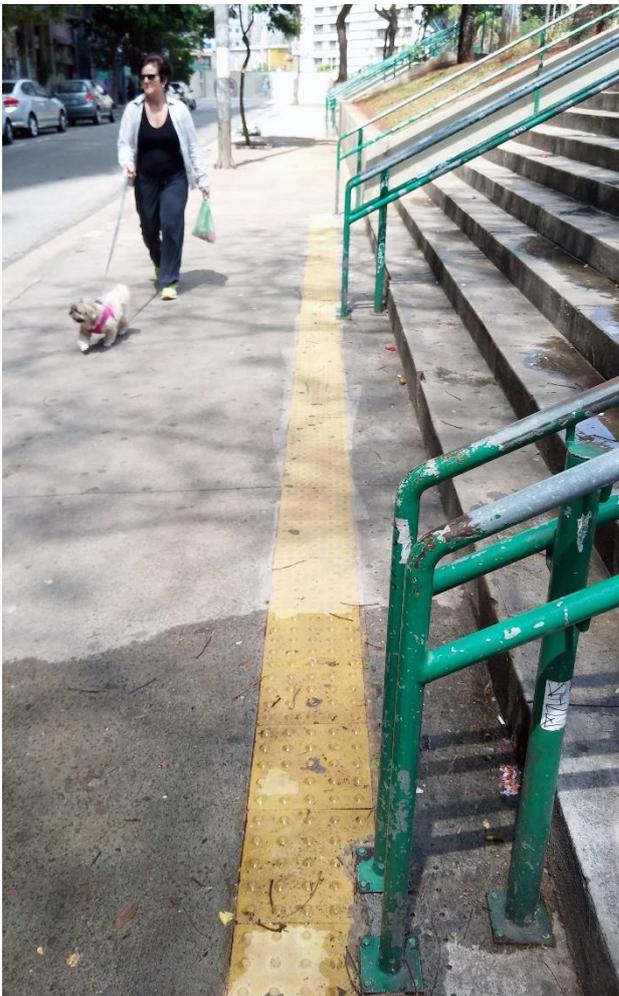


Figura 4 – 86 Piso podotátil de alerta
nas calçadas Autoria: © Gabriela
Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 87 Espaços Amplos
 Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017

IMPLANTAÇÃO / Planta Esquematizada - Sem Escala

Fonte: Elaboração própria



Figura 4 – 88 Implantação Esquematizada / Fonte: Suburbanismo



Figura 4 – 89 Calçadas com buracos
Na Rua João Guimarães Rosa, as calçadas são inacessíveis e dificultam o trajeto até a praça.
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 90 Faixas de uso indefinidas
As calçadas não apresentam definição de faixas de serviço e livres, o que também dificulta o acesso. Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 91 Poças D'água
A poças prejudicam à todos. Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017



Figura 4 – 92 Poças d'água ao longo do trajeto
Especialmente esta, está localizada ao lado da rampa de deficiente.
Autoria: © Gabriela Dona', em 01/10/2017

Conclusão

Os demais estudos de caso foram analisados sob a ótica da qualidade do espaço construído, ou seja, suas arquiteturas, o atendimento às normas e os espaços sociais constituídos pelos usos, articulação entre quadras e permeabilidade oferecidos. Nesses casos, a análise priorizou os espaços abrigados pela arquitetura, enquanto que a praça é um vazio redesenhado e exige maior atenção com relação às conexões urbanas.

A análise da Praça Roosevelt inclui questões mais profundas, por ser um espaço urbano aberto, de livre acesso e por receber maior influência das envoltórias. Logo, sua ligação com o tecido urbano do entorno ocorre prioritariamente através das calçadas e estas apresentam degradação e falta de acessibilidade.

Devido a esses fatores, classifica-se a praça como nível 3, que de acordo com a escala de análise significa “Regular, atende às normas”. O resultado da análise leva em consideração as condições oferecidas pelo projeto da praça, que mesmo carente em manutenção, apresenta soluções acessíveis que atendem a norma atual. Todavia, como certas soluções são isoladas e não se conectam com o entorno, acredita-se que não atenda aos 7 princípios de inclusão.

Por fim, este sendo o único espaço público apresentado no capítulo de estudos de caso, vale a reflexão sobre a falta de conexão entre as intervenções e projetos na cidade.



O tecido urbano, originalmente constituído como uma “colcha de retalhos” e de

crescimento gradativo, necessita que os projetos mais atuais revertam tal quadro de isolamento entre os projetos e as soluções de acessibilidade na cidade. As intervenções ora são instaladas em zonas muito periféricas, sem conexão com a maioria dos espaços centrais, ora são instaladas em áreas elitizadas e não permitem fácil acesso por transporte público, por exemplo. Em todos os casos, entende-se que o acesso aos espaços tanto urbanos quanto construídos, ocorre pelos passeios públicos e esse é o principal foco de discussão acerca das conexões de itinerários entre projetos na cidade de São Paulo, além de estar vinculado à questão da mobilidade urbana acessível.

Em busca de uma solução às problemáticas identificadas, será apresentada, no próximo capítulo, uma possível solução para essas questões que envolvem a dificuldade de se homogeneizar os padrões de acessibilidade dos passeios públicos: o método modular desenvolvido, denominado “Calçada Modular Acessível (CMA)” , propõe a padronização modular dos passeios públicos em prol da correta implementação da acessibilidade e a garantia de inclusão do deficiente no espaços coletivos, espaços estes utilizados para permanência, locomoção, acesso aos equipamentos de transporte, lazer, moradia e educação.

4.2 Síntese

Através da análise dos estudos de caso, foi constatado que há defasagem de aplicação do desenho universal nos espaços analisados, sendo tal aspecto tratado de maneira pontual na maioria dos casos. Logo, acredita-se que tais ausências tenham sido ocasionadas pelo início tardio da discussão acerca da acessibilidade no país, isto é, as normas e leis são recentes e o cenário atual demonstra que seu cumprimento tem se apresentado o mínimo exigido pela norma nos projetos de edificações recentes e inexistentes ou com adaptações incorretas em projetos construídos anteriormente a norma.

Em alguns casos, como o projeto do Conjunto Nacional por exemplo, as soluções de acessibilidade estão isoladas, então dificilmente trabalham como um conjunto funcional que permite a correta inclusão espacial do deficiente. Em alguns trechos da galeria há piso podotátil de alerta, porém, todo o piso do térreo e das calçadas é composto por blocos desnivelados e de cores contrastantes, impróprio para a acessibilidade.

Outro caso controverso é o do Centro Cultural São Paulo, cujo elevador e piso podotátil permitem acesso ao pavimento do terraço, mas o próprio piso do terraço não é adequado para cadeirantes e deficientes visuais. Nota-se que, neste caso, ambos os projetos foram construídos em períodos próximos, mas somente o CCSP fez adaptações necessárias para o mínimo acesso de deficientes aos ambientes principais.

Se analisados sob tal ótica, o Copan e o Sesc 24 de Maio poderiam ser considerados opostos, uma vez que o primeiro apresenta pouquíssimas intervenções acessíveis - o que representa intervenções abaixo da média identificada nos estudos presentes - e o segundo foi elaborado e construído com maior preocupação em relação ao assunto.

No caso da Praça Roosevelt, por ser o único estudo de caso que trata sobre o “desenho do vazio na cidade”, as análises estiveram mais relacionadas ao desenho dos acessos à praça e a qualidade das calçadas e infraestrutura urbana da envoltória, cujas condições denotam uma possível falta de preocupação do poder público em implementar projetos urbanos que se conectem de forma acessível com o restante da

malha urbana.

O tecido da cidade, em sua morfologia e acessibilidade, apresenta retalhamento e dificuldades de acesso entre projetos. Em função disso, propõe-se trabalhar com padrões de construção, modulação acessível e métodos de construção que garantem qualidade do material. Ou seja, tratar sobre projetos acessíveis e inclusivos do ponto de vista físico – arquitetônico e urbano – envolve tratar as intervenções e projetos de maneira linear e conectada.

O cidadão utiliza trajetos, passeios públicos, transporte público e individual para acessar as edificações e espaços de uso comum, portanto, planejar intervenções e projetos conectados, planejados de maneira acessível e utilizando padrões de construção é uma solução plausível que melhoraria substancialmente a qualidade de usufruto do espaço da cidade por todo tipo de cidadão.

Levando em consideração tais questões, entende-se que a acessibilidade está relacionada a questões mais profundas que o simples cumprimento da norma. O espaço comunica e possibilita inúmeras atividades e transformações culturais; quando acessível, se torna mais inclusivo e contribui para minimizar diferenças entre grupos sociais, além de contribuir para reduzir possíveis distúrbios psicológicos ocasionados pela exclusão social do cidadão incomum.

Outra questão importante diz respeito aos tipos de deficiência, pois vale ressaltar que diferentes deficiências abarcam diferentes soluções e mecanismos para solucionar as limitações do usuário. Isto é, a deficiência auditiva, por exemplo, requer um sistema de linguagem gesticulado, em tempo real e a linguagem não é universal em todos os idiomas, o que pressupõe maiores dificuldades em solucionar tal problema, diferentemente da deficiência visual, que com elementos físicos se torna possível estabelecer um itinerário acessível ao deficiente.

Ou seja, entende-se que para implementar soluções acessíveis no espaço público e construído é necessário desenvolver novos métodos de aplicação efetiva da acessibilidade e não somente a elaboração, revisão e exigência de cumprimento das normas vigentes.

Tais métodos, modulares ou de construção, quando aplicados em projetos

públicos e privados, promoveriam a conexão entre as construções e espaços de uso comum, além de possibilitarem a locomoção autônoma de todo cidadão pelos trajetos e passeios públicos. Isto é, além de contribuir para elevar a qualidade do espaço urbano, melhoraria a qualidade das dinâmicas sociais, pois reduziria a sensação de exclusão social do deficiente, que por sua vez contribuiria para seu reconhecimento enquanto cidadão capaz e de valor para a sociedade, além de promover maior relacionamento interpessoal entre os grupos sociais.

Outros aspectos analisados ao longo do estudo estão relacionados à qualidade social e urbana proporcionadas pelos projetos, o que inclui a relevância social e coletiva dos espaços, levando em consideração questões históricas e humanas presentes nos processos sociais de ocupação e manifestação.

Constatou-se que todos os projetos exercem forte influência na maneira como o cidadão se apropria da cidade, seja devido à suas implantações diferenciadas, seja pela localização privilegiada e proximidade a eventos e equipamentos urbanos. Então, quando melhorada a qualidade espacial e implementada correta acessibilidade, tais projetos alcançariam nível 5 de acordo com a escala de análise, o que corresponde à “acessibilidade e total inclusão”.

Como uma forma de aprimorar a análise das obras, foram elaboradas tabelas síntese, cujos resultados demonstram semelhança entre o Conjunto Nacional e o Copan, que apresentam as menores notas em relação aos 7 (sete) princípios de inclusão e o Sesc 24 de Maio com as maiores notas em relação aos 7 (sete) princípios, análise da arquitetura e dos espaços urbanos. A Praça Roosevelt e o Centro Cultural São Paulo apresentam notas medianas, então a acessibilidade e inclusão são consideradas regulares.

Resultados da Tabela 4.1

O Copan e o Conjunto Nacional apresentam inúmeras ausências de acessibilidade, portanto, as notas são menores na tabela de análise da arquitetura; a Praça Roosevelt e o Centro Cultural São Paulo apresentam notas regulares, pois há mais itens de acessibilidade, porém, se encontram defasados ou incompatíveis com a norma; o Sesc 24 de Maio, cujas notas são as maiores, foi construído recentemente

e elaborado conforme a NBR 9050 vigente.

Coincidentemente, os dois estudos de caso de edifícios mistos/galerias possuem as notas mais baixas, acredita-se que devido ao período em que foram concebidos.

As obras mais atuais possuem somente 5 anos de diferença desde suas respectivas inaugurações, o que alavanca a discussão acerca da necessidade de se fazer obras acessíveis e conectadas, seguindo padrões de construção, modulação e com qualidade de material.

A Praça Roosevelt foi reinaugurada em outubro de 2012 e o Sesc 24 de Maio em agosto de 2017, sendo que a primeira apresenta notas regulares/abaixo do esperado em função da data em que o projeto foi realizado.

TABELA 1 - ANÁLISE DA ARQUITETURA														
Itens														
Caso	Faixa Livre	Faixa de Serviço	Faixa de Acesso	Equipamentos Urbanos	Estacionamento	Entradas e Saídas	Desniveis chanfrados	Portas e Aberturas	Escadas e Degraus Isolados	Elevador de Passageiros	Elevador exclusivo PNE	Plataforma Elevatória	Rota de Fuga	Sanitários
Edifícios Mistos														
Conjunto Nacional	x	x	x	2	3	2	x	3	x	4	x	x	3	3
Copan	x	x	x	x	x	1	0	2	1	2	x	x	2	x
Espaços Públicos														
Praça Roosevelt	2	2	2	2	0	3	1	x	2	x	x	x	x	x
Educativo/Cultural														
Centro Cultural São Paulo	x	x	x	x	x	3	2	3	1	5	x	x	x	2
Sesc 24 de Maio	x	x	x	x	x	5	x	5	x	5	x	x	4	5

Em uma escala de 0 a 5, conforme escala de análise proposta pelo gráfico, quanto esses espaços cumprem com os itens básicos que garantem a acessibilidade do deficiente?
 Fonte: Elaboração própria, com base no "Manual de Instruções Técnicas de Acessibilidade para apoio ao projeto arquitetônico".

Tabela 4.1 – Análise da Arquitetura / Autoria: © Gabriela Dona'

Resultados da Tabela 4.2

Os resultados são semelhantes aos da primeira tabela, seguindo a ordem de relevância dos resultados das análises.

Resultados da Tabela 4.3

TABELA 2 - ANÁLISE DE INCLUSÃO ATRAVÉS DOS 7 PRINCÍPIOS							
Itens							
Caso	<i>Uso equiparável - para pessoas com diferentes capacidades</i>	<i>Uso flexível - preferências e habilidades</i>	<i>Simple e Intuitivo - fácil de entender</i>	<i>Informação perceptível - comunica eficazmente a informação necessária</i>	<i>Tolerante ao erro - diminui o risco de ações involuntárias</i>	<i>Exige pouco esforço físico</i>	<i>Tamanho do espaço para o acesso adequado</i>
Edifícios Mistos							
Conjunto Nacional	2	1	2	1	2	2	4
Copan	1	1	2	1	2	2	3
Espaços Públicos							
Praça Roosevelt	3	3	3	2	3	3	3
Educacional/Cultural							
Centro Cultural São Paulo	2	3	4	1	3	3	3
Sesc 24 de Maio	5	5	5	5	5	4	5

Em uma escala de 0 a 5, conforme escala de análise proposta pelo gráfico, quanto esses espaços garantem os 7 princípios básicos do Desenho Universal?
 Fonte: Elaboração própria, com base no "Manual de Instruções Técnicas de Acessibilidade para apoio ao projeto arquitetônico".

Tabela 4.2 – Análise de Inclusão através dos 7 princípios / Autoria: © Gabriela Dona'

Em relação à análise dos espaços públicos, o resultado é diferente da análise da arquitetura, pois o Conjunto Nacional apresenta notas altas em relação a qualidade urbana, assim como o Sesc 24 de Maio; enquanto que o Copan permanece com os menores valores e a Praça Roosevelt e Centro Cultural São Paulo mantém suas notas regulares.

No que tange a contribuição da implantação nas dinâmicas presentes, o Conjunto Nacional, assim como o Sesc 24 de Maio, estão localizados em pontos privilegiados da cidade e a arquitetura articula positivamente os aspectos sociais.

TABELA 3 - ANÁLISE DOS ESPAÇOS URBANOS														
Itens														
Caso	Entradas e Saídas	Circulação Horizontal	Circulação Vertical	Desníveis	Piso e sinalização tátil	Áreas de Rotação	Área de aproximação da porta	Rampas	Escadas fixas e Degraus	Corrimãos	Equipamentos Eletromecânicos	Rotas de Fuga	Portas, Janelas e Dispositivos	Sanitários
Edifícios Mistos														
Conjunto Nacional	2	2	4	4	2	5	3	2	2	3	5	x	x	3
Copan	1	2	2	1	0	3	2	0	2	2	2	3	2	x
Espaços Públicos														
Praça Roosevelt	3	3	3	2	2	3	x	3	2	3	x	x	x	x
Educativa/Cultural														
Centro Cultural São Paulo	3	4	5	3	2	5	3	2	2	3	5	x	x	2
Sesc 24 de Maio	5	5	5	4	4	5	3	4	3	4	5	x	4	4

Em uma escala de 0 a 5, conforme escala de análise proposta pelo gráfico, quanto esses espaços garantem a qualidade urbana mínima necessária para promover total inclusão?
 Fonte: Elaboração própria, com base no "Manual de Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo".

Tabela 3 – Análise dos Espaços Urbanos / Autoria: © Gabriela Dona'

5. CAPÍTULO 4: ENSAIO PROJETUAL

5.1 Definição do Lugar: Largo da Batata

Através das análises dos estudos de caso e do conteúdo teórico desenvolvido nos capítulos anteriores, decidiu-se por transformar os conceitos e normas em diretrizes projetuais aplicadas à um ensaio que compreende:

- A análise do Largo da Batata como Lugar de Intervenção;
- E a proposta de Redesenho do Eixo de Mobilidade da Rua Paes Leme.

O principal objetivo em elaborar o estudo é transformar a discussão teórica em projeto. A resposta à problemática inclui os inúmeros mecanismos de transformação dos espaços construídos, quer seja pela utilização de técnicas de universalização e design, quer seja através da ideia de democratização e preservação da diversidade humana nesses espaços.

5.1.1 Introdução

Afim de analisar questões relacionadas à inclusão social, às dinâmicas decorrentes da cultura contemporânea vigente e às relações entre espaço construído e simbólico, o seguinte estudo propõe diretrizes projetuais – elaboradas sob a visão do arquiteto – contemplando a análise dos aspectos físicos, arquitetônicos, urbanos e de acessibilidade; e a análise sob o ponto de vista social – visão do usuário – que parte de conceitos relacionados à psicologia social, humanista, ao estudo da diversidade e, especialmente, à questão da inclusão do deficiente nos espaços urbanos.

Embora a análise do lugar auxilie na elaboração da proposta de intervenção do eixo da Rua Paes Leme, neste momento serão abordadas questões gerais sobre a região, em especial o Largo da Batata.

A proposta de redesenho visa garantir a mobilidade de qualquer cidadão ao longo do eixo da Rua Pais Leme, considerada importante eixo comercial e de ligação

entre equipamentos de transportes e lazer, além de possuir forte valor simbólico e ser utilizada como palco de diversas manifestações. Atualmente, o local apresenta ausências de acessibilidade nos passeios públicos, bem como está sofrendo grandes transformações em sua morfologia.

Em suma, a região apresenta potencial em diversos âmbitos, como o econômico, urbano e social, além de possuir forte valor simbólico para a cidade.



Figura 5 – 1 Largo de Pinheiros, em 1900
Fonte: Gazeta de Pinheiros / Autoria: © Raul Goldschmidt



Figura 5 – 2 Mercado dos Caipiras, em 1900
Fonte: Gazeta de Pinheiros / Autoria: © Raul Goldschmidt



Figura 5 – 3 Terminal de ônibus, em 1991
 Fonte: São Paulo In Foco

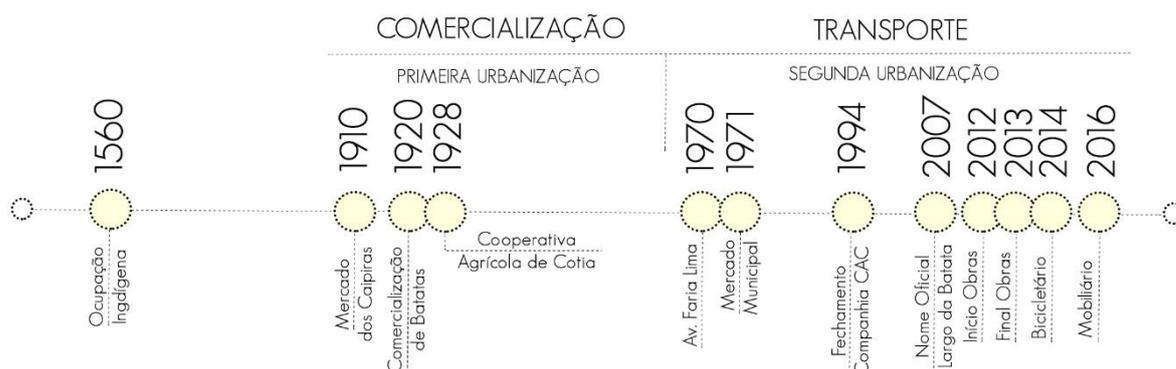


Figura 5 – 4 Linha do Tempo, Largo da Batata / Fonte: Elaboração Própria

5.1.2 Cenários

Anteriormente ocupado por comércio popular, o Largo da Batata se caracterizava como um espaço de intercâmbio, de vendas e compras, como um espaço de interação contínua: o uso era permanente e diversificado.

Atualmente, o espaço se caracteriza como um vazio urbano de uso itinerante, palco de manifestações diversas, então acredita-se que a ideia de uso plural se manteve ao longo dos últimos anos, em especial pela implementação do projeto do

arquiteto Tito Lívio, cujo principal objetivo foi devolver o espaço à cidade.

Os aspectos positivos da reforma interferem nas dinâmicas sociais locais, como por exemplo a apropriação do espaço por coletivos, ou a criação de eventos e palestras ao ar livre, embora o projeto não tenha sido implementado de maneira fiel ao projeto proposto pelo arquiteto.

Em contrapartida, o local está inserido na área da Operação Urbana Faria Lima, cujos aspectos negativos ocasionaram a supervalorização, especulação imobiliária e gentrificação, além da segregação espacial de usos, nítida representação dos tempos modernos: com a mercantilização dos espaços, a flexibilidade e liberdade de usos inserido no contexto das relações efêmeras.

Portando, o que se observa hoje são os **prós e contras** da urbanização contemporânea refletidos no espaço, decorrência das transformações as quais o local foi submetido.

O diagrama a seguir demonstra a diversidade de usos e cenários existentes em um mesmo espaço, o vazio edificado pelas relações e eventos no cotidiano da vida urbana.

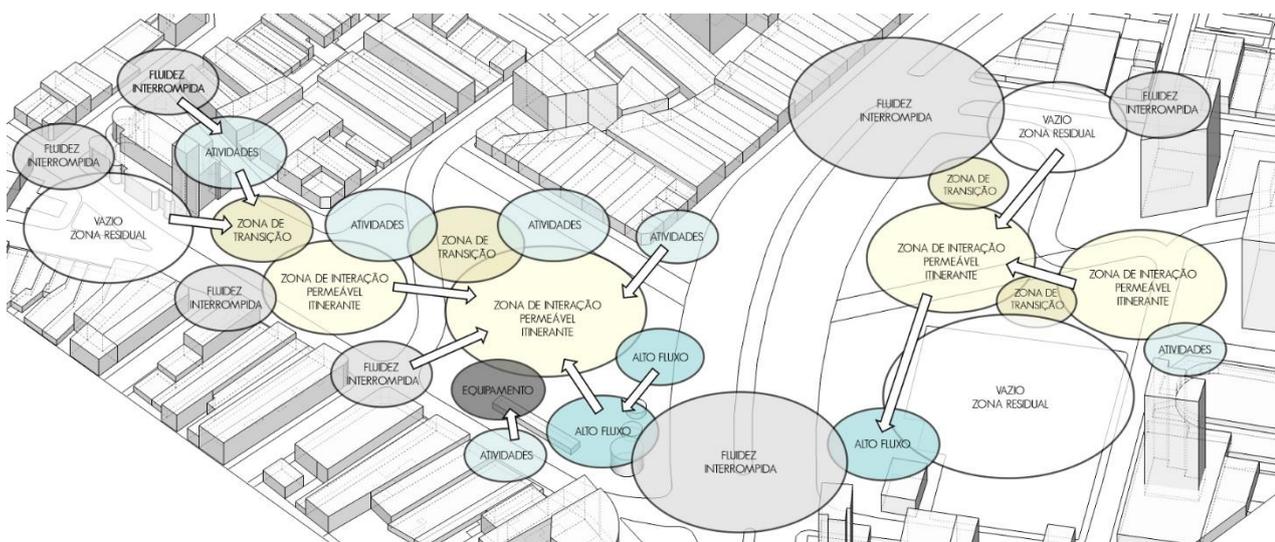


Figura 5 – 5 Diagrama de Massas
Fonte: Elaboração Própria



Figura 5 – 6 Vista Aérea Atual, após a reforma
Fonte: Site São Paulo



Figura 5 – 7 Feira itinerante de produtos orgânicos no Largo
Fonte: SP City / Autoria: © Camila Cavalheiro, 2015

5.1.3 Mobilidade

A região conta com infraestrutura de transportes variada composta por: ônibus intermunicipal, ônibus municipal, metrô e trem. Próximo ao Largo está o Terminal Intermodal Pinheiros, que conecta os transportes em um único espaço e facilita a mobilidade na região.

Os pedestres utilizam o trajeto da Rua Pais Leme para frequentar o comércio local, transitar entre o Largo e o Terminal ou para trabalhar nas edificações próximas. Todo o percurso pode ser feito a pé, no entanto, não há acessibilidade adequada ao longo dos passeios públicos e a mobilidade se restringe aos cidadãos “comuns”, sem deficiências ou problemas com mobilidade reduzida.

Os equipamentos de transporte exercem sua função conectora na cidade, porém, de forma retalhada: a infraestrutura adequada ao deficiente, presente nas estações de metrô, por exemplo, não se estende ao ambiente urbano, assim como a acessibilidade no vazio do Largo da Batata não se estende às calçadas das ruas adjacentes. A mobilidade, portanto, se mantém restrita à um **trajeto - limite**.



Figura 5 – 8 Estação Faria Lima, Via Quatro / Fonte: O Estadão /
Autoria: © Evelson de Freitas



Figura 5 – 9 Terminal Intermodal Pinheiros / Fonte: CBCA - Revista
Arquitetura & Aço - Edição 38

5.1.4 Problemáticas

- Caminhabilidade prejudicada pela falta de acessibilidade nos passeios públicos;
- Zonas degradadas e inóspitas, como por exemplo, as áreas abaixo do viaduto e próximas às avenidas;
- Construções rentes às calçadas, sem recuos;
- Calçadas estreitas e degradadas;
- Quadras longas que prejudicam os trajetos, incompatíveis com o movimento do pedestre;
- As avenidas se impõem como barreiras divisoras, pois impedem a transposição segura e natural do pedestre, além de que certos cruzamentos são aleatórios e geram espaços residuais ao longo das vias;
- Tendência à inadaptação individual, à ausência de identidade coletiva, aos usos efêmeros e/ou inexistentes;
- Especulação imobiliária e gentrificação;
- Usos predominantes em dias úteis e horário comercial;
- Presença de moradores de rua, por se tratar de um espaço aberto.



Figura 5 – 10 Moradores de rua no Largo da Batata
Fonte: CBN/ Autoria: © Annie Zanetti



Figura 5 – 11 Difícil acesso de pedestres e cadeirantes às estações / Fonte: O Estadão /
Autoria: © Mauro Calliari

5.1.5 Potencialidades

- Permeabilidade de pedestres;
- Vazios com atividades itinerantes, os quais funcionam como palco de eventos diversos;
- Democratização dos espaços públicos, reforçada pelos intercâmbios culturais e pela preservação da diversidade no espaço urbano;
- Há interrupção saudável da paisagem edificada, uma vez que foi construído um espaço de respiro na cidade;
- Forte valor simbólico e histórico da região;
- Tendência ao fortalecimento dos vínculos sociais e garantia de exercício da cidadania;
- Incentivo à participação criativa e produtiva da sociedade civil;
- Transformações geracionais decorrentes das práticas envolvidas nesses espaços democratizados.

5.1.6 Diagnóstico

A área pode ser considerada consolidada, o local de união, em especial entre a Av. Faria Lima (verticalizada e elitizada) com o bairro do “Novo Itaim” e entre a região “degradada” e antiga de Pinheiros, que compreende as quadras próximas à Marginal Pinheiros e os lotes de construções antigas ao longo das avenidas principais.

As áreas novas fazem parte dos projetos de urbanização que tendem a regenerar o tecido urbano como um todo.



Figura 5 – 12 Mobiliário Urbano
Fonte: O Estadão / Autoria: © Mauro Calliari

5.1.7 Morfologia do Entorno

Quadras longas, com lotes pequenos e retangulares, antes ocupados por residências, hoje transformadas em comércio local. Algumas quadras próximas ao terminal estão recebendo novas edificações de lajes comerciais, aumentando a verticalização nessa área. As quadras próximas ao metrô Faria Lima apresentam edificações degradadas e com baixo adensamento.

5.1.8 Infraestrutura Viária

Caracterizada por avenidas principais e por ruas de acesso local extensas, utilizadas somente para passagem.

5.1.9 Caminhabilidade

As calçadas e passeios públicos estão degradados e carecem de acessibilidade, uma vez que somente o Largo foi reconstruído conforme a norma atual e pode ser considerado um espaço relativamente acessível. Todavia, pode-se dizer que todos os espaços apresentam algum tipo de ausência.

Portanto, a mobilidade do usuário se limita às condições de infraestrutura dos espaços urbanos, impondo trajetos-limite, especialmente aos portadores de deficiência e mobilidade reduzida, os quais se sentem restritos à transitar pelo local.



Figura 5 – 13 Protesto ocorrido dia 28 de abril de 2017, demonstra a flexibilidade na utilização do espaço Fonte: Vermelho.org / Autoria: © Ricardo Stuckert

5.1.10 Zoneamento PDE

Inserida em uma Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, há novas projeções de ocupação das áreas do entorno ao Largo: atualmente ocupadas por edifícios e residências antigas, adaptadas à comércios e serviços, as quadras

recebem novo incentivo à ZM – 2 (Zona Mista de Densidade Demográfica e Construtiva Média) e ZM – 3b (Zona Mista de Densidade Demográfica e Construtiva Alta), além da Av. Faria Lima ser considerada uma ZCL – a (Zona Centralidade Linear de Densidade Demográfica e Construtiva Média) e a Rua Butantã uma ZCL – b (Zona Centralidade Linear de Densidade Demográfica e Construtiva Média), que permitem usos relacionados à: hospedagem, moradia, administração e serviço público, exposições e serviços profissionais, serviços sociais, de saúde, pessoais, educação e diversificados.

5.1.11 Paisagens e Visuais

Há pouco adensamento em algumas quadras, sendo que a maior parte das edificações se encontram degradadas. Em função das novas operações urbanas e da previsão do novo plano diretor, o espaço se transforma gradativamente, apresentando maior qualidade arquitetônica, urbana e de usos.



Figura 5 – 14 Reunião de coletivos no espaço público – Coletivo “A Batata Precisa de Você”
Fonte: A Batata Precisa de Você / Autoria: © Juliana Russo

O LUGAR

MORFOLOGIA DO ENTORNO

SISTEMA VIÁRIO

CAMINHABILIDADE

CONEXÕES

CHEIOS E VAZIOS

ZONEAMENTO PDE

LOTES

CENÁRIO ATUAL

Modelo Explodido
Sem Escala

Fonte: Elaboração Própria

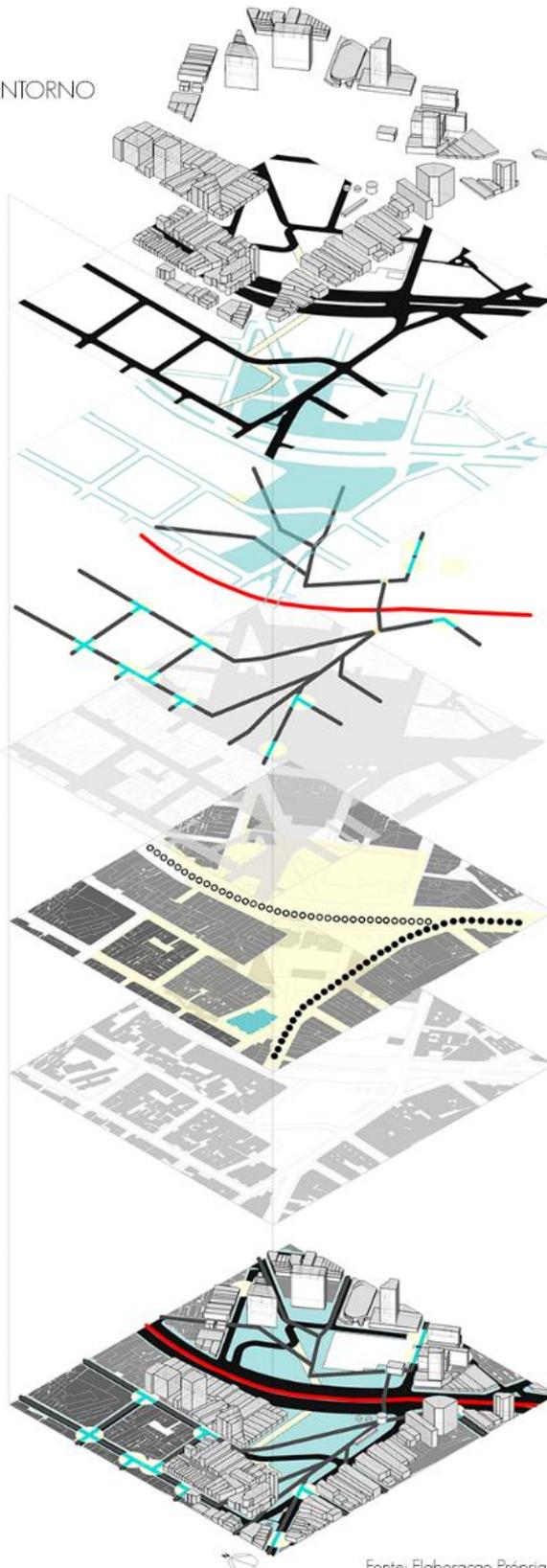


Figura 5 – 15 Diagrama Explodido – Definição do Lugar
Fonte: Elaboração Própria

5.1 Proposta de Intervenção: Redesenho do Eixo de Mobilidade da Rua Paes Leme

O redesenho do eixo e das quadras próximas a ele propõe a criação de espaços que apresentam maior qualidade física e a criação de espaços sociais acolhedores, diversificados e inclusivos.

Ou seja, os espaços urbanos promovem a inclusão quando oferecem a oportunidade de interação, convívio e trocas, além de ser indispensável implementar acessibilidade para garantir o usufruto saudável por todos os tipos de usuários, em especial, portadores de deficiência e necessidades especiais.

Todas as estratégias propostas baseiam-se nas diretrizes previstas pela LIB (Lei de Inclusão Brasileira), sendo as principais o direito à vida, saúde, educação, moradia, trabalho, assistência social, acesso à esporte, cultura e lazer, acesso à informação e comunicação, e principalmente, o direito à participação na vida pública e política. Além disso, utilizou-se a Cartilha Calçada Cidadã, elaborada por Mara Gabrielli e o Manual de Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo, desenvolvido pela Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e a Comissão Permanente de Acessibilidade na elaboração da proposta de Calçada Modular Acessível.

5.2.1 Estratégias

1. A estratégia de demolição de edificações degradadas, que atualmente ocupam os lotes pequenos nas quadras próximas às estações, e de galpões e edifícios institucionais antigos, os quais ocupam grandes lotes nas áreas próximas às avenidas, sustenta a ideia de que é necessário propor uma ocupação mais densa e de uso misto, levando em consideração as diretrizes previstas pelo Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo. Ou seja, entende-se que renovar a ocupação acarreta a construção de locais mais diversificados e com uma nova configuração, abrindo espaço para a implementação da acessibilidade de maneira correta, além da abertura das quadras afim de proporcionar usos novos e interações sociais.

2. A criação de novos caminhos para pedestres entre-quadras, o alargamento das calçadas e desvio de fluxos de automóveis nas esquinas próximas do terminal incentivam o uso ao transporte público, além de melhorarem a fruição entre os dois extremos da via (relação: largo x terminal x marginal).

3. A abertura dos espaços para a cidade favorece a implantação de mais áreas verdes e incentivam a apropriação do espaço público como um espaço do “nós”, sendo a “nossa” cidade - viva e que respeita a diversidade humana. Tal como Daniel Corsi cita em seu ensaio “Nós-2016”, disponível para leitura no site do arquiteto, os nós da Responsabilidade, do Respeito, da Linguagem, da Ideologia e da Criação Coletiva, entram em ação para exemplificar tal estratégia.

Segundo o arquiteto, são eles:

Nó8: Da Ideologia

Parafraseando Rem Koolhaas “hoje, no lugar de valores como liberdade, igualdade e fraternidade, vemos imperar aqueles do Conforto, da Segurança e da Sustentabilidade”. Se nos três primeiros vemos uma convergência ideológica pelo bem comum, nos de hoje o que temos é um auto confinamento do indivíduo a partir do consumo cedo de valores que vendem a ilusão de liberdade, igualdade e fraternidade. (CORSI, 2016)

Nó11: Linguagem

Rafael Moneo nos alerta que “considerando que a arquitetura, de modo algum, já não é mais comunicação, abandonou-se a obrigação de se inventar linguagens.” Pergunto-me: se não inventarmos linguagens para contarmos histórias e transmitirmos valores, o que comunicaremos então? (CORSI, 2016)

Nó13: Responsabilidade

Se ética e estética caminham juntas, cabe a nós garantirmos que ambas estejam invariavelmente presentes em cada uma de nossas ações, seja por meio da ética bela ou de uma beleza ética. (CORSI, 2016)

Nó14: Respeito

A consideração do ‘outro’ demanda, acima de tudo, compreensão. Não acredito que devemos atuar todos do mesmo modo, mas, desde que de modo responsável, numa diversidade respeitosa, rica e plural de atuações. (CORSI, 2016)

Nó16: Da Criação Coletiva

Cabe a cada um entender a linha tênue que define a coletividade em seu processo criativo. No entanto, é categórica a natureza coletiva evidenciada a todo o momento de uma realização arquitetônica: da ponta do lápis ao último tijolo. Que a genialidade individual de lugar a uma dimensão coletiva capaz de construir coisas ainda mais geniais. (CORSI, 2016)

4. Sugestão de implementação de novos mecanismos de acessibilidade, como por exemplo, o rebaixamento das calçadas de esquinas ao invés da implementação de rampas acessíveis, uma vez que estas geram mais manutenção e gastos com obras.

Na Alemanha, as esquinas das calçadas são rebaixadas ao nível do leito carroçável, respeitando a inclinação necessária para que o movimento seja suave e acessível.

A calçada, considerada espaço de transito de pedestres, não necessita de outro artifício para se tornar acessível (como é o caso da construção das rampas aqui no Brasil). Basta que o percurso da calçada se rebaixe levemente ao nível da rua e na esquina seguinte retome a altura original. Método simples, barato e efetivo.

O mesmo vale para a sugestão proposta como método modular: “Calçada Modular Acessível” (CMA), explanado no tópico seguinte.

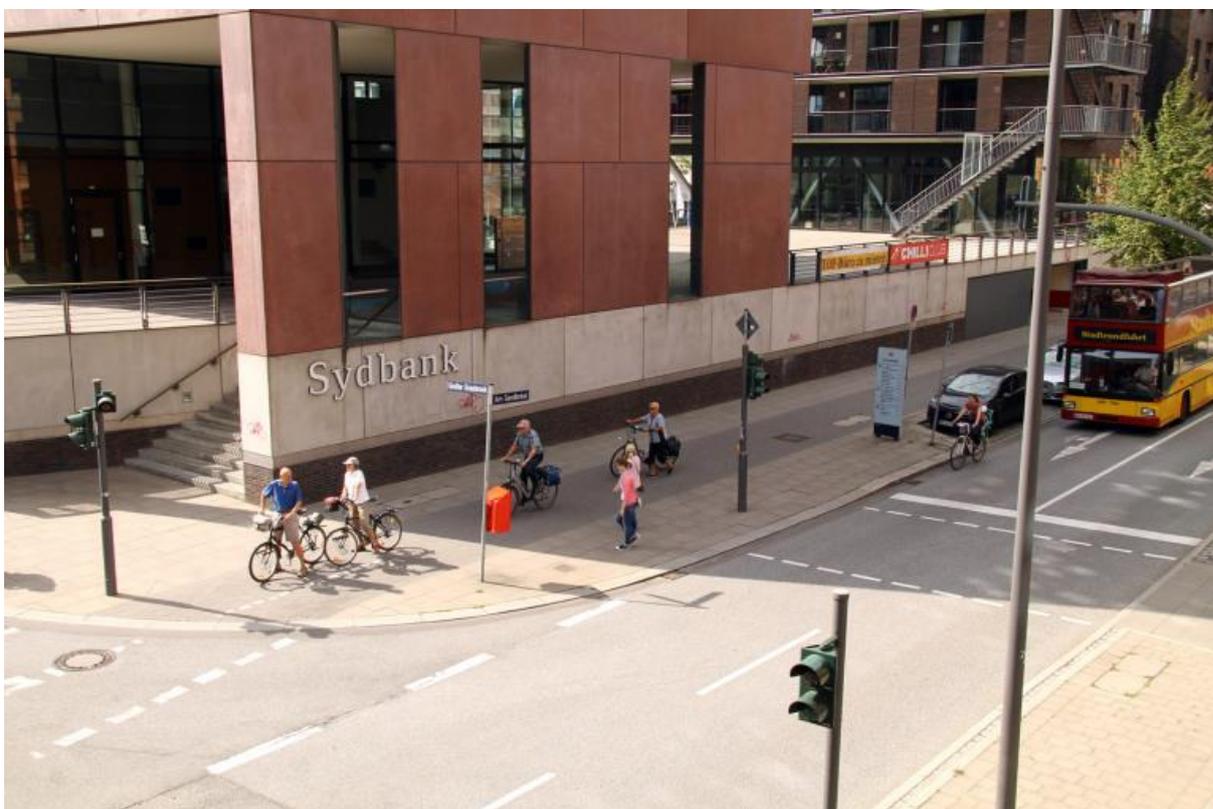


Figura 5 – 16 Esquinas rebaixadas nas calçadas de Dresden, na Alemanha
Fonte: Blog Manha de Alemanha

ATUAL

MORFOLOGIA DO ENTORNO

CONEXÕES

SISTEMA VIÁRIO

TOPOGRAFIA

USO E OCUPAÇÃO

ZONEAMENTO PDE

CENÁRIO ATUAL



Modelo Explodido
Sem Escala

Fonte: Elaboração Própria

Figura 5 – 17 Diagrama Explodido – Cenário Atual
Fonte: Elaboração Própria

5. O método de “Calçada Modular Acessível” (CMA), idealizado ao longo da monografia, propõe a elaboração de um sistema modular de calçada composto por diversos tipos, como esquinas, calçadas com e sem espécies vegetais, ou que variam as proporções, como calçadas para ruas comerciais, residenciais, avenidas, dentre outras.

Em todos os casos, a acessibilidade seria implementada de forma a criar conexões entre itinerários, além de que a instalação dos módulos seria feita no sentido transversal dos passeios, acompanhados pela reocupação correta nesses lotes. Os tipos apresentados a seguir foram idealizados conforme a demanda de fluxo em calçadas de ruas comerciais e importantes eixos de acesso:

- Tipo Simples: composto por faixas de acesso (1,0m de largura e 8,33% de inclinação), faixa livre com sinalização podotátil ao longo de todo o percurso, faixa de serviço (2,5m de largura e instalação de mobiliário urbano e responsivo) e faixa ajardinada (1,0m de largura e 8,33% de inclinação) para reduzir a altura da guia e auxiliar na coleta das águas em dias de chuva.
- Tipo Faixa Elevada: composto pelas mesmas dimensões do tipo simples, mas com instalação de faixas elevadas com até 7m de largura e comprimento igual ao da via.

Nos módulos idealizados para calçadas comerciais, a dimensão máxima prevista seria de 7,0m de largura por 7,0m de comprimento, afim de definir um módulo com medidas iguais. A conexão e manutenção entre os módulos deveria ser feita no sentido transversal dos passeios, uma vez que intervenções no sentido longitudinal do piso poderiam comprometer a acessibilidade adequada e gerar maiores gastos com reposição de material. Em relação às dimensões previstas, foram consideradas as diretrizes de recuo frontal propostas pelo PDE atual, o qual propõe um recuo de 5,0m em frente às edificações em troca do aumento do percentual de ocupação no lote.



Figura 5 – 18 Calçada Modular Acessível (CMA) – Tipo Módulo Simples
Fonte: Elaboração Própria

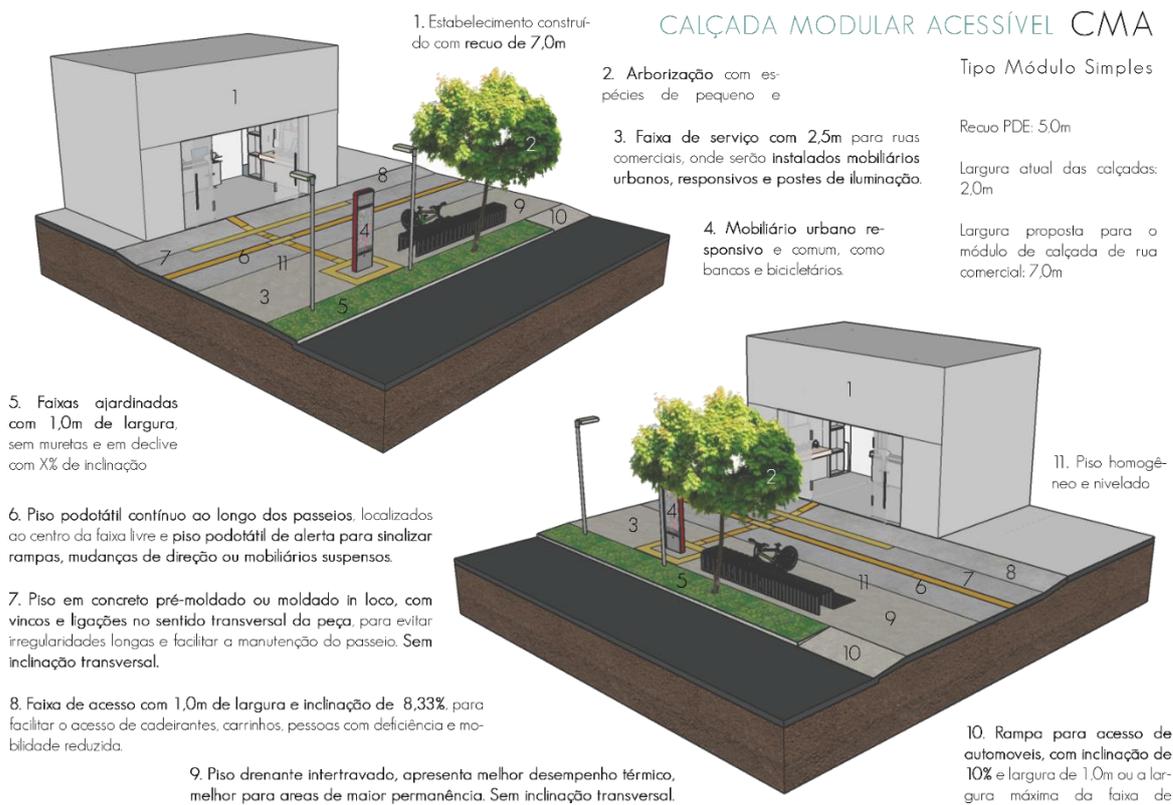


Figura 5 – 19 Esquema Explicativo – Módulo Simples
Fonte: Elaboração Própria



Figura 5 – 20 Calçada Modular Acessível (CMA) - Ampliação
Fonte: Elaboração Própria



Figura 5 – 21 Calçada Modular Acessível (CMA) – Tipo Módulo Faixa Elevada /
Fonte: Elaboração Própria

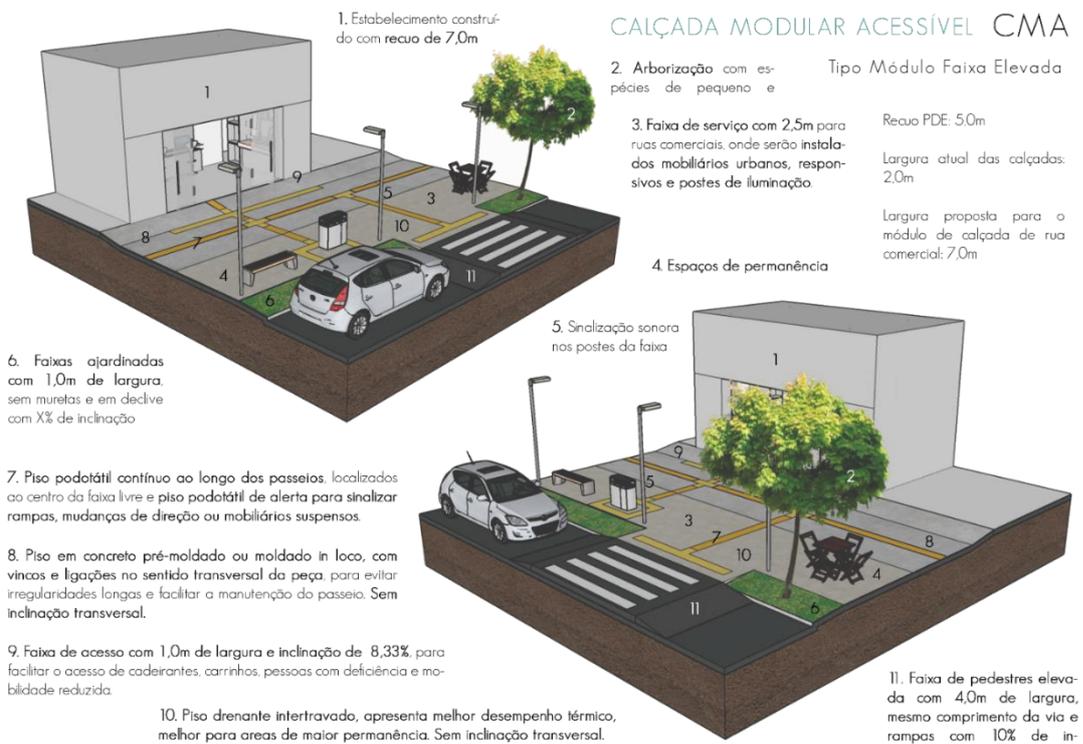


Figura 5 – 22 Esquema Explicativo – Módulo Faixa Elevada
Fonte: Elaboração Própria

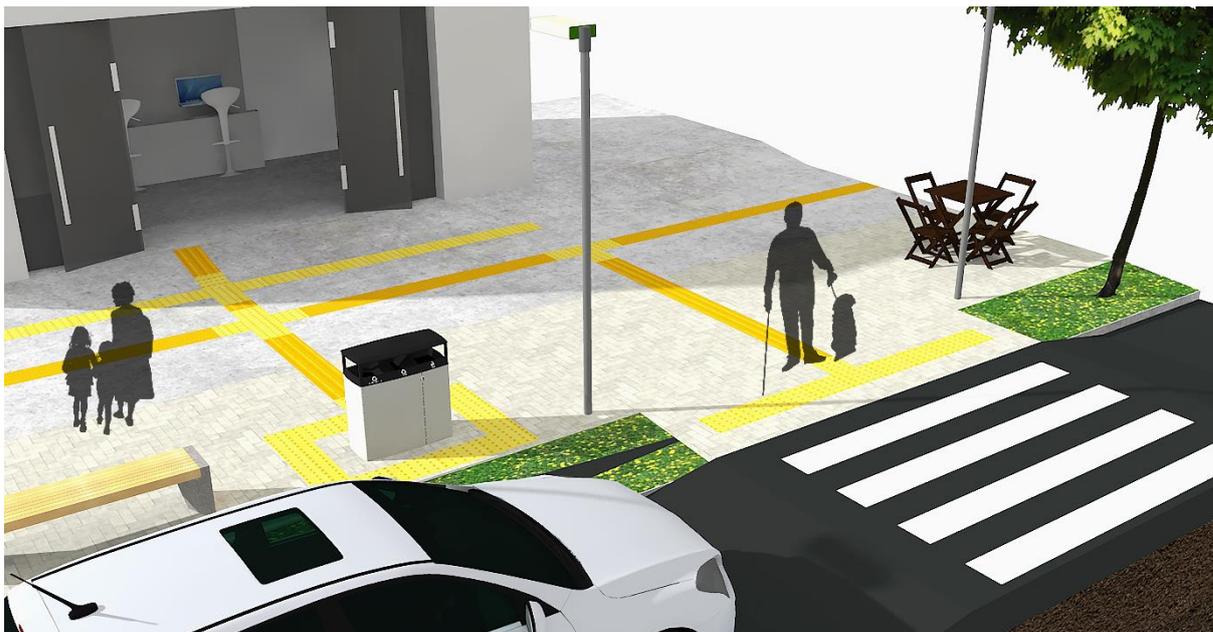


Figura 5 – 23 Calçada Modular Acessível (CMA) – Ampliação
Fonte: Elaboração Própria

6. Proposta de aterramento das fiações elétricas e relocação de outros componentes urbanos, como lixeiras e bituqueiras, visa liberar os passeios públicos para movimentação e diminuir o espaço destinado para faixas de serviço. Tais medidas reduziram a necessidade de manutenções, melhorariam a qualidade do serviço e, principalmente, liberariam a paisagem ao usuário. As calçadas ficariam livres para caminhar, transitar com cadeiras de rodas, carrinhos e guias.

7. No que diz respeito à acessibilidade, torna-se necessário a melhor definição de faixas livres, de serviços, além da correta infraestrutura, como pisos podotáteis, piso homogêneo, sem cores contrastantes e nivelado, canteiros com grades de proteção no mesmo nível do piso da calçada, faixas de pedestres elevadas nos pontos de maior cruzamento de pedestres, sinais sonoros nos semáforos de pedestres, rampas e degraus chanfrados para acesso às lojas e edificações.

5.2.2 Diretrizes

1. As áreas mais próximas da Av. Faria Lima, do Largo da Batata e Rua Butantã possuem diretrizes de maior adensamento, logo, são áreas propícias para a instalação de edifícios multifuncionais com salas comerciais, pisos de garagem e galerias no térreo.

Principal objetivo: renovar a ocupação dessas quadras, proporcionando espaços de permanência e interação, além de áreas para estacionamento e relocação de comerciantes nas galerias. Evitar descaracterização do comércio local, proporcionando espaços e serviços mais convidativos e garantindo a locomoção de todos os cidadãos.

2. Nas quadras próximas às de maior adensamento, as diretrizes são de médio adensamento, então a proposta consiste em implementar edifícios multifuncionais, com unidades habitacionais, salas comerciais e comércio no térreo, além de espaços de convivência e arborização urbana.

Principal objetivo: garantir usos mistos e movimentação permanente; evitar segregação espacial e de usos.

3. Ao lado do Edifício Passareli, atualmente ocupado por um estacionamento e alguns lotes pequenos, propõe-se a construção de uma pequena praça, semelhante à Victor Civita, com espaços de convivência e platôs que vencem os desníveis entre a esquina e a saída do metrô.

Principal objetivo: além de criar um vazio urbano convidativo, abrir a quadra para a cidade facilitaria a mobilidade de pedestres e os fluxos sentido metrô e terminal.



Figura 5 – 24 Vista Aérea – Esquina da Rua Paes Leme com a Rua Capri / Fonte: Google Maps

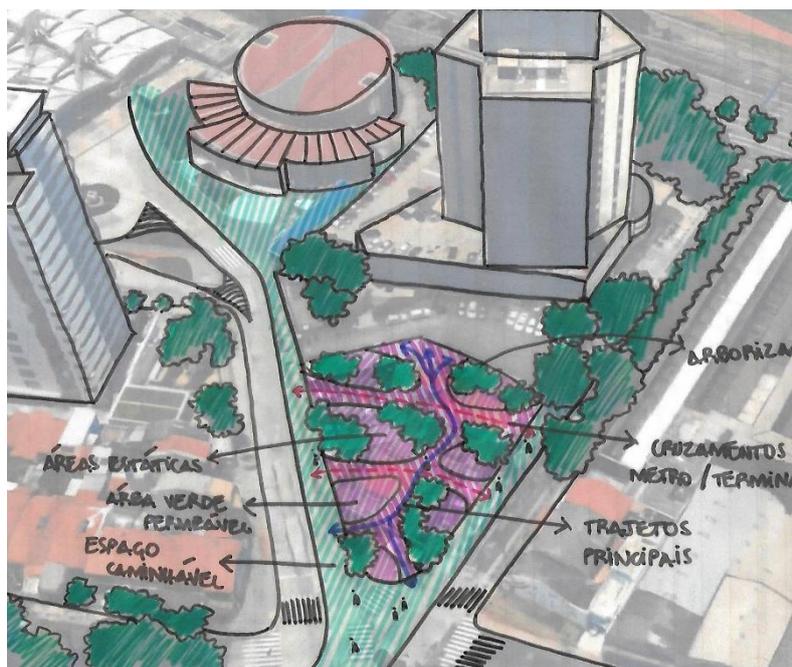


Figura 5 – 25 Vista Aérea – Praça Proposta
 Fonte: Elaboração Própria

4. Todas as esquinas das quadras seriam chanfradas, afim de melhorar a fruição e a experiência visual nas esquinas.

Principal objetivo: garantir mobilidade e reduzir sensação de aprisionamento causada pelas esquinas angulosas. Os espaços se abrem para locomoção e experiências sensoriais convidativas.

5. Criação de vias pedestrianizadas nas quadras mais longas.

Principal objetivo: desmembrar os grandes espaços para transformar a escala urbana compatível com a escala do pedestre. Reduzir tempo de deslocamento.

6. Nas ruas caracterizadas pelas residências de baixo gabarito, optou-se por manter essas edificações e pedestrianizar as vias, com acesso de veículos somente para moradores.

Principal objetivo: evitar descaracterização da ocupação original na região e incentivar o relacionamento entre moradores locais.



Figura 5 – 26 Street View – Rua Pascoal Bianco
Fonte: Google Maps

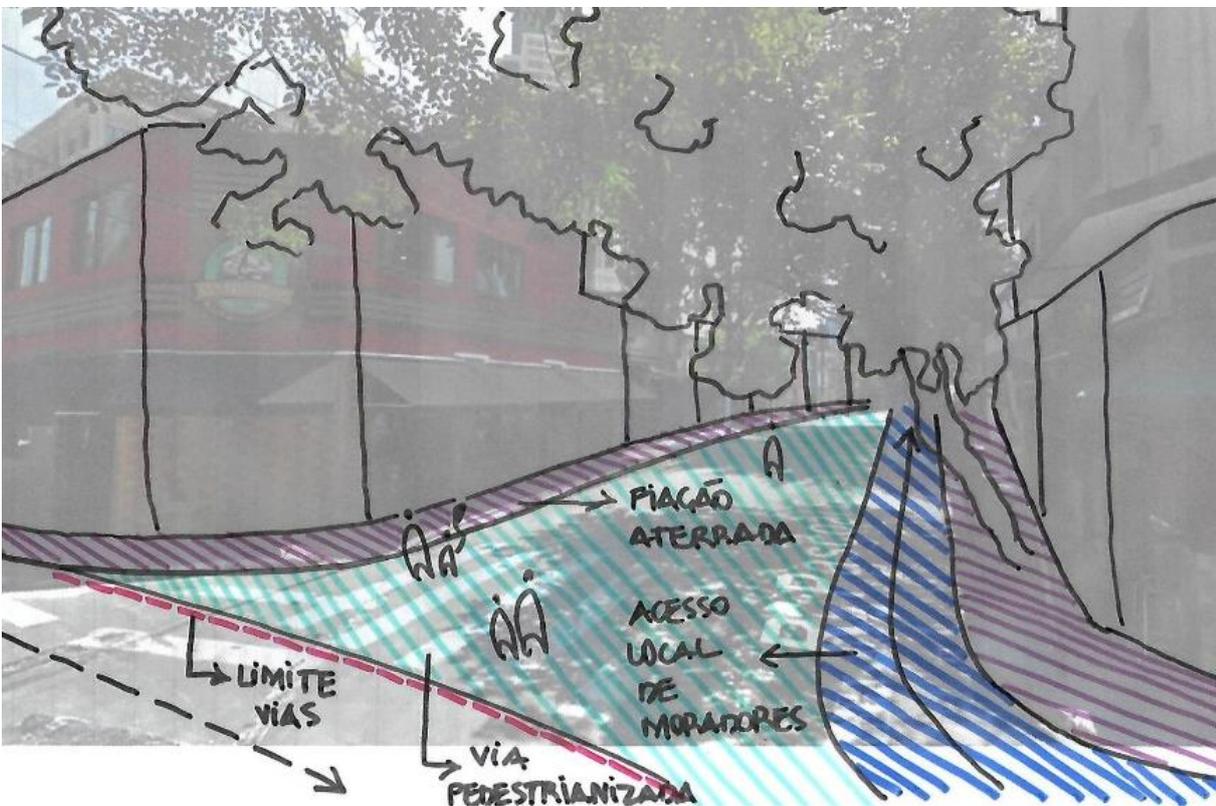


Figura 5 – 27 Street View – Via Pedestrianizada
Fonte: Elaboração Própria

6. Alargamento de todas as calçadas em no mínimo 5,0 metros de seção transversal, sem prejudicar as vias principais (que já são estreitas).

Principal objetivo: aumentar o espaço dos passeios públicos, melhor definindo faixas de serviço e faixa livre.

8. Construção de espaço gastronômico para atender à demanda por refeições e restaurantes em dias úteis, além de atribuir ao local usos diversificados e espaços para eventos que atraiam visitantes à região.

Principal objetivo: proporcionar variedade de serviços e espaços para eventos que impulsionem a utilização do espaço em todos os dias da semana. Garantir a diversidade de usos e a correta construção acessível dos passeios públicos, promove inclusão e a procura desses espaços, em especial por deficientes e pessoas com mobilidade reduzida.

9. Construção de equipamento de saúde, devido à facilidade de acesso pelo transporte público e, levando em consideração que nas quadras próximas são propostos edifícios mistos, torna-se necessário implementar atendimento hospitalar suficiente para suprir a demanda da população local.

Principal objetivo: garantir serviço próximo à moradia.

10. Construção de complexo cultural de apoio ao Sesc Pinheiros.

Principal objetivo: incentivar práticas culturais na região, uma vez que estas estão, na maior parte das vezes, ligadas à questão da diversidade e inclusão social.

11. O fluxo da Rua Capri, que atualmente desemboca na Rua Paes Leme, seria desviado para a Rua Eugênio de Medeiros e o sentido do fluxo da Paes Leme, pela Marginal, seria mantido. O desvio é proposto com o objetivo de criar um calçadão de continuidade entre a quadra do Edifício Passareli e a quadra da frente, onde a maior parte dos usuários costuma frequentar no horário do almoço.

Principal objetivo: solucionar espaços de transposição mais utilizados entre as quadras.

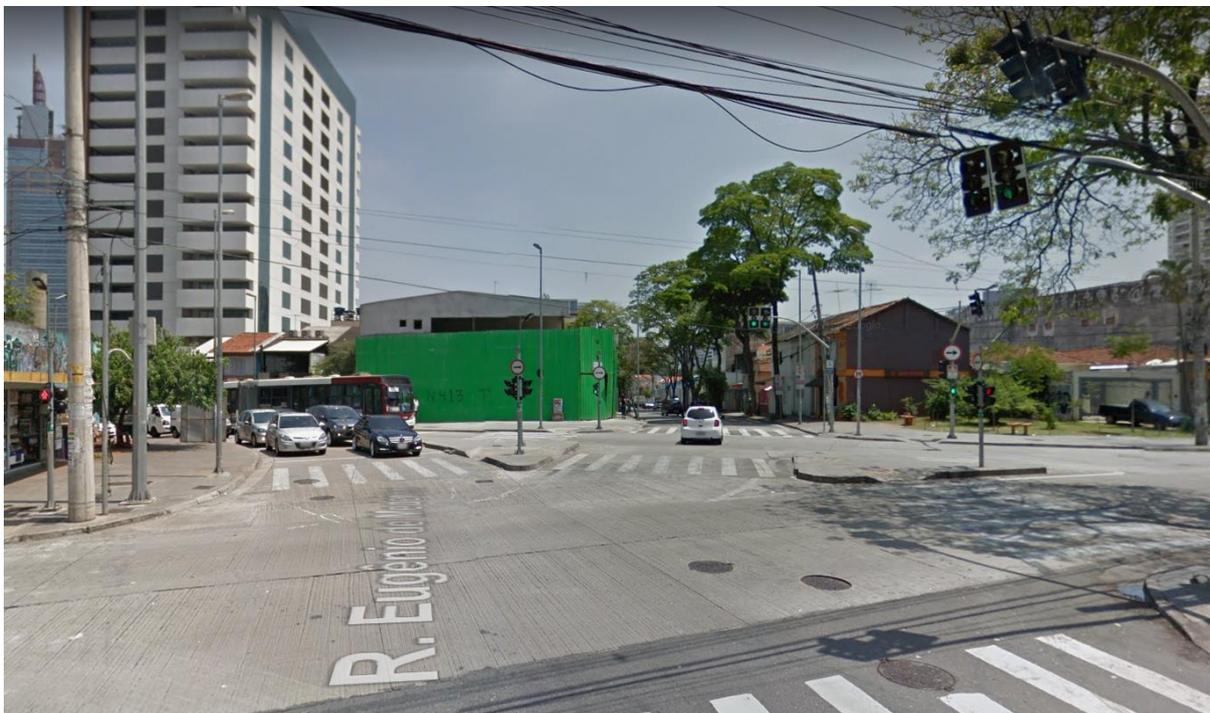


Figura 5 – 28 Street View – Rua Capri e a Rua Paes Leme
Fonte: Google Maps

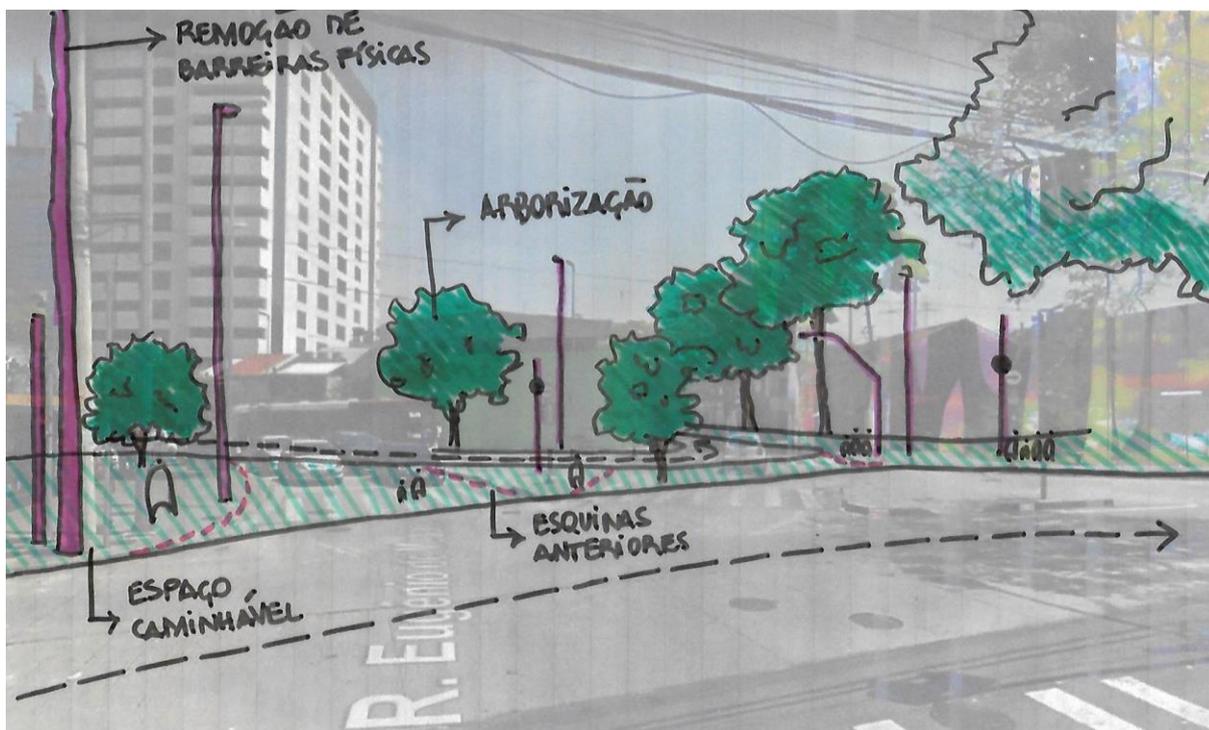


Figura 5 – 29 Street View – Calçadão Proposto
Fonte: Elaboração Própria

12. Nas quadras menores, com conexão por todos os lados, propõe-se a construção de praças para Foodtruck permanentes ou temporários e eventos abertos. A conexão entre ruas facilita tal uso.

Principal objetivo: qualificar os espaços vazios, atribuindo usos e atividades abertas à todos os usuários; incentivo à diversidade cultural e de usos.



Figura 5 – 30 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Vista da Rua Amaro Cavalheiro
Fonte: Elaboração Própria



Figura 5 – 31 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Bicletário Público
Fonte: Elaboração Própria



Figura 5 – 32 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Vista Aérea
Fonte: Elaboração Própria



Figura 5 – 33 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Vista da Rua Eugênio de Medeiros
Fonte: Elaboração Própria



Figura 5 – 34 Ampliação 1 – Foodtruck Park – Mobiliários responsivos
Fonte: Elaboração Própria

PROPOSTA

EDIFICAÇÕES
À DEMOUIR

ESPAÇOS VAZIOS

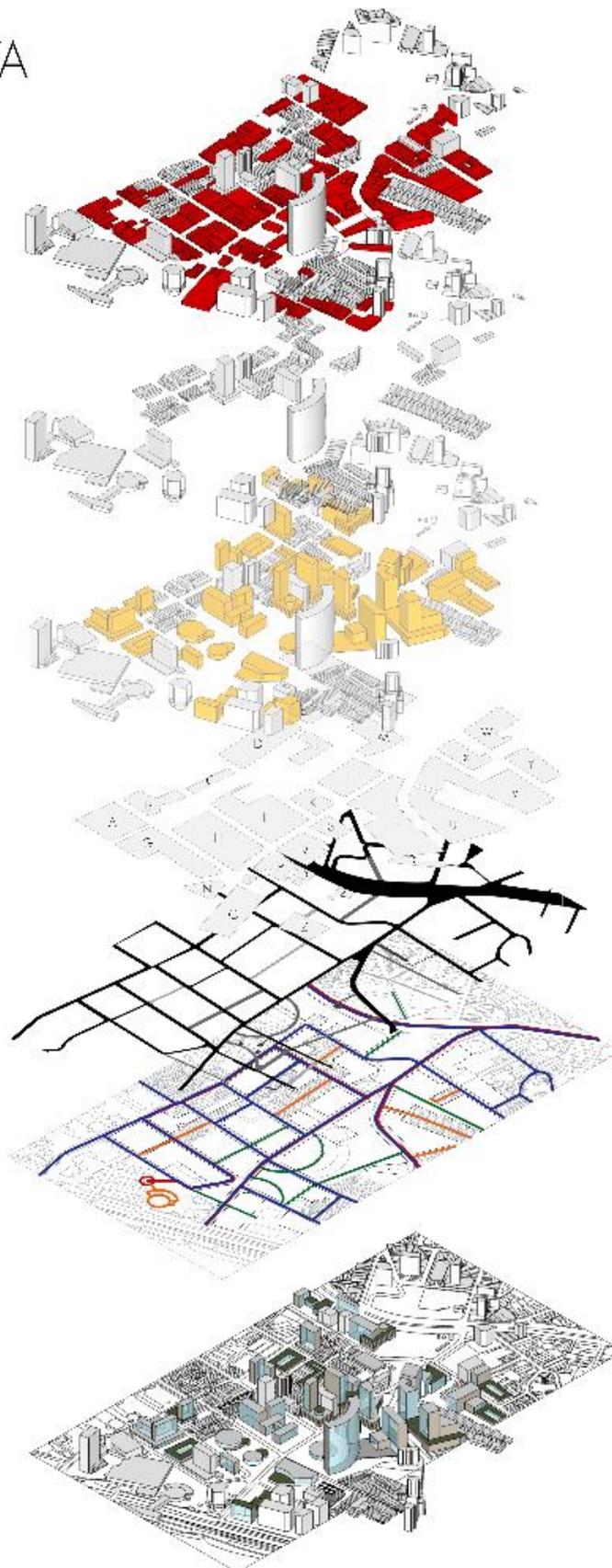
EDIFICAÇÕES
PROPOSTAS

QUADRAS A
INTERVIR

SISTEMA VIÁRIO

CONEXÕES

CENÁRIO
PROPOSTO



Modelo adaptado
San Estevão

Fonte: Elaboração Própria

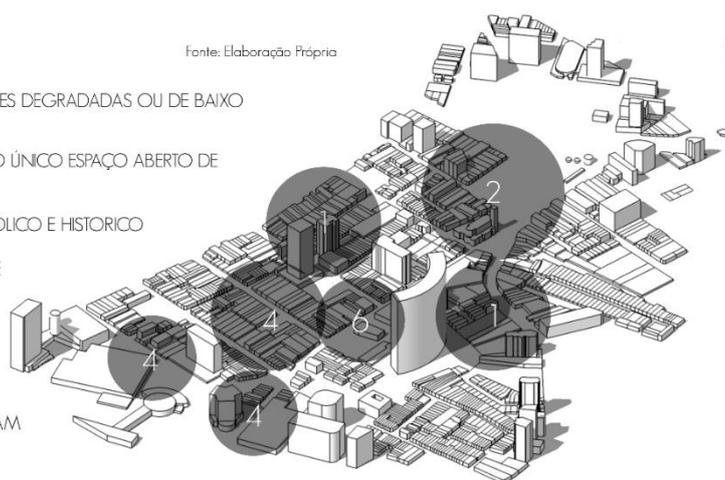
Figura 5 – 35 Diagrama Explodido – Proposta Geral
Fonte: Elaboração Própria

ATUAL

1. QUADRAS OCUPADAS POR EDIFICAÇÕES DEGRADADAS OU DE BAIXO GABARITO
2. ATUALMENTE, O LARGO DA BATATA É O ÚNICO ESPAÇO ABERTO DE APROPRIAÇÃO LIVRE
3. A REGIÃO POSSUI FORTE VALOR SIMBÓLICO E HISTÓRICO
4. TRECHOS DE CALÇADAS ESTREITAS QUE NÃO COMPORTAM O FLUXO DIÁRIO DE VISITANTES E TRABALHADORES
5. PASEIOS PÚBLICOS IRREGULARES E DIFERENTES UNIS DOS OUTROS
6. POSTES E MOBILIÁRIO URBANO OCUPAM ESPAÇOS IMPRÓPRIOS NAS CALÇADAS
7. AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE ADEQUADA

Fonte: Elaboração Própria

Modelo Explodido Sem Escala



ESTRATÉGIAS

1. DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÕES DEGRADADAS, PROPONDO USO MISTO E ADENSAMENTO
2. CALÇADÃO PARA PEDESTRES E FECHAMENTO DE CRUZAMENTO CAMINHOS PARA PEDESTRES ENTRE-QUADRAS
3. A ABERTURA DE MAIS ESPAÇOS NA CIDADE FAVORECE A FORMAÇÃO DE VÍNCULOS ENTRE OS CIDADÃOS
4. IMPLEMENTAÇÃO DE PASEIOS PÚBLICOS ACESSÍVEIS
5. MÉTODO DESENVOLVIDO "CALÇADA MODULAR ACESSÍVEL" (CMA)
6. ATERRAMENTO DE FIAÇÃO ELÉTRICA E REDEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE SERVIÇO
7. MELHOR DEFINIÇÃO DAS FAIXAS LIVRES NAS CALÇADAS E INFRAESTRUTURA CORRETA AO DEFICIENTE

Fonte: Elaboração Própria

Modelo Explodido Sem Escala

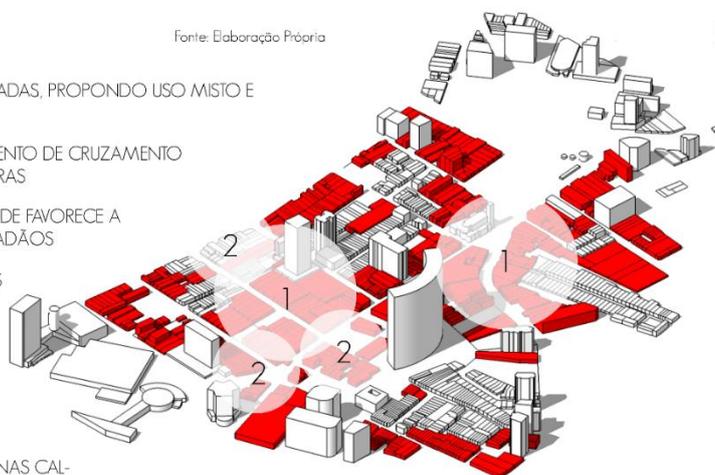


Figura 5 – 36 Esquema: Estratégias
Fonte: Elaboração Própria

5.2.3 Conceitos Aplicados ao Ensaio

Espaços públicos/privados

O espaço construído é o local onde as relações podem se reconstituir; exerce grande papel na manutenção das dinâmicas sociais.

Cidade cenário de relações complexas, abriga uma sociedade interessada em vida urbana e civilidade. O cidadão permanece preocupado em usufruir dos espaços públicos, bem como estar inserido em atividades e movimentos fruídos. Em função da globalização, as cidades deixaram de ser protetoras e locais de produção: elas se tornaram o lugar de multitarefas, pluralidade, diversidade e, conseqüentemente, de

conflitos decorrentes dessas diferenças.

Os espaços públicos são, portanto, o ambiente em que vivemos e onde nos relacionamos. Viver em sociedade e usufruir a cidade compreende estar inserido, incondicionalmente, no ambiente urbano repleto de diversidade humana.

Contemporaneidade

“Contemporaneidade” é uma palavra que significa, segundo o dicionário, “o que acontece na época presente”.

Segundo a conceituação de Bauman, a nossa contemporaneidade pode ser definida como uma “modernidade líquida”, onde a economia capitalista e o sistema globalizado são os poderes que imperam na construção dos paradigmas sociais, configurações territoriais, definição de identidades coletivas e individuais, além de contribuírem para o estabelecimento de uma nova dinâmica social, fundamentada na liberdade de escolha individual, mobilidade profissional, responsabilidade individual pela própria inserção na sociedade e, principalmente, pela homogeneização dos padrões sociais (definido como lealdade ao modelo cultural de uma nação).

A cultura, agente de mudança do status quo, é uma ferramenta de evolução social, que hoje se apresenta como artifício de sedução, perdendo seu papel missionário e reduzindo a condição do cidadão à de consumidor, consumidor este que se encontra em um espaço também comercializado.

Analisar as alterações culturais, afim de compreender como o cidadão está moldado à sociedade, supõe compreender quais os fatores que impedem as formas de inserção incondicional, em especial de grupos que “não se encaixam no padrão” de normalidade ditado pela cultura contemporânea.

Inclusão social

A inclusão social dos deficientes físicos depende das condições físicas dos espaços: a qualidade atribuída pela acessibilidade é o que garante a participação

íntegra deles na vida cotidiana de nossas cidades.

Além disso, as normas e técnicas não são os únicos fatores que promovem total inclusão: incluir é trabalhar potenciais, eliminar estigmas, se “livrar do dó” diante da deficiência; inserir todo e qualquer cidadão nos espaços urbanos e sociais, independentemente de suas diferenças e limitações físicas. Incluir pressupõe garantir seus direitos e proporcionar condições mínimas para que cumpram com seus deveres.

DIRETRIZES

1. EDIFÍCIOS MULTIFUNCIONAIS COM SALAS COMERCIAIS, GALERIA NO TÉRREO E GARAGEM
2. EDIFÍCIOS DE USO MISTO, COM HABITAÇÃO E ESPAÇOS ABERTOS NO TÉRREO; INCENTIVO À ARBORIZAÇÃO URBANA
3. PRAÇA COM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA
4. ESQUINAS CHANFRADAS PARA MELHOR FRUIÇÃO DE PEDESTRES
5. VIAS PEDESTRIANIZADAS NAS QUADRAS MAIS LONGAS
6. VIAS LOCAIS PEDESTRIANIZADAS COM ACESSO DE VEÍCULOS DE MORADORES
7. ALARGAMENTO DE TODA AS CALÇADAS COM NO MÍNIMO 5,0m
8. ESPAÇO GASTRONÔMICO PARA SUPRIR DEMANDA DIÁRIA E LOCAL DE EVENTOS
9. EQUIPAMENTO DE SAÚDE PARA SUPRIR DEMANDA LOCAL E DEVIDO AO FÁCIL ACESSO POR TRANSPORTE PÚBLICO
10. COMPLEXO CULTURAL DE APOIO AO SESC, PARA EVENTOS E USOS DIVERSOS; INCENTIVO ÀS ATIVIDADES ARTÍSTICAS
11. CALÇADÃO NA RUA PAES LEME, PARA COMPORTAR O MOVIMENTO DE PEDESTRES EM HORÁRIOS DE ALMOÇO
12. ESPAÇOS ENTRE-QUADRAS PARA INSTALAÇÃO DE FOODTRUCKS OU OUTROS COMÉRCIOS ITINERANTES (Ampliação 01)

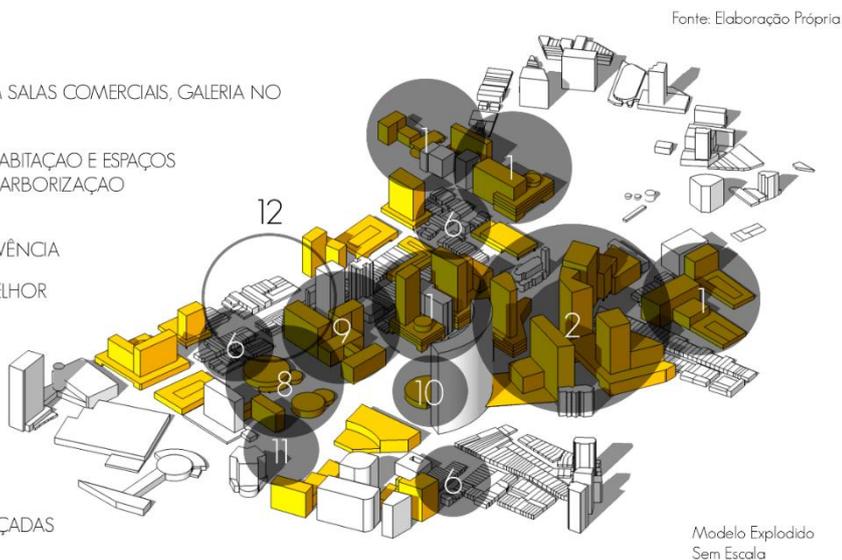


Figura 5 – 37 Esquema: Diretrizes
Fonte: Elaboração Própria

TERCEIRA PARTE

Considerações Finais

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, constatou-se a necessidade em se cultivar uma conduta ética em sociedade, em prol da sustentabilidade social e da recuperação da qualidade das relações, até então prejudicadas pelas práticas nocivas da cultura contemporânea.

As reflexões feitas acerca do design inclusivo e a relação dos espaços urbanos com as dinâmicas contemporâneas revelou a importância em se tratar inclusão e acessibilidade em todas as escalas e esferas: do indivíduo, ao grupo; do cidadão, a sociedade; da escala do pedestre, a escala urbana; e do privado, ao público.

Além disso, através da análise dos estudos de caso foi possível identificar a carência de acessibilidade nos passeios públicos e em grande parte das edificações de São Paulo, demonstrando a urgência em se discutir sobre o assunto e, principalmente, em se aplicar a acessibilidade interligada nos espaços compartilhados da cidade.

Tal constatação reforça, também, as discussões feitas nos 2 (dois) primeiros capítulos, que abordam o desenho universal e a acessibilidade como métodos de qualificação dos espaços construídos e discorrem sobre a preocupação em se democratizar e incluir efetivamente os cidadãos portadores de deficiência e necessidades especiais ao ambiente urbano.

Observou-se que algumas das obras selecionadas para análise apresentam aspectos positivos do ponto de vista urbano, como permeabilidade, diversidade de usos e de público, todavia, denotam grande defasagem de desenho universal e ausência de adaptações que possibilitariam o acesso adequado em meio físico. Portanto, algumas delas podem ser consideradas inclusivas do ponto de vista urbano, mas excludentes do ponto de vista social – no que diz respeito à participação digna e à mobilidade autônoma dos portadores de deficiência e mobilidade reduzida.

Os projetos melhor qualificados no quesito “desenho universal e inclusão” foram: o Centro Cultural São Paulo, na Vergueiro e o Sesc 24 de Maio, na República. Coincidentemente, ambas as construções abrigam usos relacionados às artes e

permanecem abertas à cidade e à população, reforçando a ideia de que esses equipamentos urbanos denotam, tanto em sua concepção projetual, quanto em seus usos, a preservação e o respeito pela diversidade humana, pelas múltiplas formas de expressão e pela convivência em sociedade.

Enquanto isso, os projetos pior qualificados do ponto de vista da acessibilidade foram as duas construções de uso misto com galeria, sendo elas: o Conjunto Nacional, na Paulista e o Edifício Copan, na República. Acredita-se que ambas as edificações apresentam ausência de desenho universal devido ao período em que foram concebidas e mesmo que seja possível realizar inúmeras adaptações para tornar o espaço acessível, ainda sim funcionam como local de encontro, de experiências diferenciadas, tendo suas implantações intuitivas, simples e articuladoras em relação à malha urbana da envoltória. Logo, entende-se que ambas abrigam a diversidade de usos e de público, mesmo que não garantam correta acessibilidade.

Por fim, o único espaço público selecionado, a Praça Roosevelt, localizada na República, apresentou acessibilidade mediana e abarcou discussões referentes à necessidade de se ter acessibilidade integrada entre projetos, edifícios e equipamentos urbanos, além da discussão acerca da possível falta de mobilização da sociedade civil em prover a inclusão através de iniciativas coletivas e pela busca da transformação desses espaços que se encontram, atualmente, inacessíveis.

Com base nos dados coletados, foram elaborados um fluxograma e uma tabela de motricidade, a fim de demonstrar de maneira sintética e esquemática, os resultados coletados.

Outra questão que adquiriu destaque na discussão foi a relevância das leis e normas para a construção de espaços inclusivos. Constatou-se que tais recursos são considerados insuficientes para promover a inclusão efetiva enquanto houver a falta de interesse da sociedade em promover a inclusão na prática, além de que a maioria dos projetos possuem o mínimo de acessibilidade implementada por exigência da legislação. Logo, espaços acessíveis não necessariamente são espaços inclusivos, uma vez que para tal depende de outras condicionantes, como as dinâmicas sociais e práticas culturais.

Posteriormente, a proposta de intervenção urbana apresentada como um “ensaio projetual” possibilitou a aplicação dos conceitos defendidos através de diretrizes e estratégias de transformação urbana, com base na ideia de diversidade, adensamento, permeabilidade e mobilidade acessível. Dentro desse contexto, foi desenvolvido o método construtivo nomeado “Calçada Modular Acessível”, o qual propõe a padronização da construção dos passeios públicos em cidades consolidadas.

Enfim, tanto o estudo quanto o ensaio responderam satisfatoriamente às questões levantadas pela discussão teórica.

No que tange a contribuição do trabalho para a comunidade acadêmica, acredita-se ser esta uma das discussões de maior relevância no mundo atual, propondo uma revisão de valores, práticas e estigmas em prol da eliminação de barreiras psicológicas entre os grupos sociais, o resgate do sentido de comunidade, a reapropriação e redesenho dos espaços urbanos de forma democrática e universal.

Preservemos um dos bens mais preciosos da humanidade: a diversidade.

ESTUDO DE MOTRICIDADE

Fonte: Elaboração Própria

Md	MD
md	mD

MD - Alta dependência e motricidade;
 Md - Alta motricidade e baixa dependência;
 mD - Baixa motricidade e alta dependência;
 md - Baixa dependência e motricidade;

	Mercantilização do espaço	Cultura capitalista	Dinâmicas sociais	Paradigmas	Interesse privado	Acessibilidade	Sistema de transporte público	Ligação entre projetos urbanos	Escala do projeto	Qualidade da construção	Normas e legislação	Apropriação urbana por coletivos	Transformações culturais	Inclusão espacial e social	MOTRICIDADE
Mercantilização do espaço	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	8
Cultura capitalista	1	0	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	8
Dinâmicas sociais	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	8
Paradigmas	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	6
Interesse privado	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	10
Interesse público	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	10
Acessibilidade	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	7
Sistema de transporte público	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	7
Ligação entre projetos urbanos	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	11
Escala do projeto	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	10
Qualidade da construção	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	5
Normas e legislação	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	11
Apropriação urbana por coletivos	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	6
Transformações culturais	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	8
Inclusão espacial e social	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	8
DEPENDÊNCIA	6	7	14	10	6	5	11	8	8	6	8	4	7	10	12

Md Globalização e influência da economia mundial nas dinâmicas sociais e nos interesses público e privado

MD **Redefinição do espaço** e dos relacionamentos; **consumo**

Md Interesses privados assegurados pela **economia capitalista**

Md Interesse público promove **transformações sociais e urbanas**

MD Garantia da mobilidade e o **direito de ir e vir** na cidade contribui para a constituição de diversas atividades; apresenta **dependência em ações civis**

Md **Conexão entre projetos** na malha urbana promovem mudanças positivas garantindo acessibilidade e inclusão

Md **Respeito à escala humana** e a transformação do cenário atual

Md **Garantia e padronização da acessibilidade**

MD Movimentos constituídos pela sociedade civil; **organização e iniciativa independentes**; promovem mudanças nos usos dos espaços;

mD														
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Requer maior preocupação e mecanismos para sua garantia

São influenciadas por **fatores externos**

Recebem influência da economia e cultura; reflexo no espaço

São influenciadas por **fatores externos**



LUGAR/AMBIENTE
São Paulo - SP



TECIDO URBANO

- A constituição da malha urbana e da ocupação da cidade ao longo dos últimos 30 anos
- Ascensão da discussão acerca do desenho universal e da acessibilidade aos espaços e edificações públicas
- Ampliação da legislação para a aplicação de acessibilidade nas áreas comuns de edifícios privados
- Conscientização acerca da inclusão social do deficiente na cidade
- Melhoria do acesso acarretou mudanças sociais e de paradigmas, refletidos na cidade

SITUAÇÃO ATUAL

- Transformação do cenário urbano perante as novas práticas contemporâneas
 - Mudança de paradigmas provocada pela economia e cultura
- Conscientização dos direitos do cidadão, em especial pelas gerações mais jovens
- Reapropriação do espaço público e criação de coletivos que promovem atividades no espaço da cidade
- Ampliação de órgãos, instituições e eventos responsáveis por tratar da inclusão do deficiente na cidade e na sociedade
- Transição entre períodos, com a presença de conflitos que provocam mudanças positivas



ESPAÇO PÚBLICO EM TRANSFORMAÇÃO



CONDICIONANTES FUTURAS

- AÇÕES DO PODER PÚBLICO
- AÇÕES DO CIDADÃO
- REVISÃO LEGISLATIVA E NORMATIVA
- MAIOR CONTATO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO



CULTURA CONTEMPORÂNEA INDUTORA DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS



CENÁRIOS

Positivo

- Resultante da reapropriação da cidade e da retomada do uso do espaço público
- Garantia de acesso livre e universal à esses espaços, principalmente pela implementação de acessibilidade interligada
- Recuperação de áreas centrais e periféricas atualmente degradadas
- Mudanças comportamentais e sociais decorrentes das mudanças de paradigmas, que se refletem de maneira positiva no uso tolerante e diverso do espaço

Negativo

- Fruito da resistência social às mudanças e do compartilhamento dos espaços públicos
- Conflitos decorrentes da intolerância, que se refletiriam de forma negativa no espaço da cidade
- Desinteresse da população em usufruir espaços de uso comum e por consequência o aumento da segregação espacial
- Em decorrência, a rápida degradação dos espaços gerada pela falta de investimentos públicos e privados
- Tendência à mercantilização do espaço, pois uma vez segregado, se tornaria objeto de venda pela economia atual

* Vale ressaltar que esse seria um possível cenário negativo, porém, o que se observa atualmente é o cenário positivo

CONSISTÊNCIA/DISSEMINAÇÃO

Os ajustes envolvem a conciliação entre as 2 esferas da sociedade: pública e privada, pois acredita-se que a maior problemática é trabalhar com seus conflitos de interesses

DEBATES E EVENTOS



ESTRATÉGIAS E PLANOS

- Sociedade se transforma gradativamente
- Promoção de políticas e campanhas públicas
- Conciliação entre interesses público e privado
- Incentivo à criação de coletivos que contribuem para o uso do espaço



REESTRUTURAÇÃO LEGISLATIVA E NORMATIVA



- Conflitos refletidos na malha urbana
- Ceraram mudanças positivas e negativas, em um período de transição do período moderno para o contemporâneo
- O positivo envolve a superação das barreiras ideológicas e transformações sociais em prol da igualdade
- O negativo envolve uma possível revolta dos grupos sociais, que se tornam mais resistentes as mudanças e prejudicam a qualidade do espaço da cidade
- O risco de abandono do espaço público é o mesmo que o de reapropriação
- Conflitos são inerentes à diversidade social e humana
- Na era da mercantilização e da segregação espacial e socioeconômica, os espaços da cidade se tornaram objetos que promovem e articulam o consumo, porém, tratar sobre a qualidade desses espaços se tornou o assunto mais pertinente
- Transformação de uma sociedade excludente e intolerante para uma sociedade mais justa, humana e democrática
- Os deficientes compõem a parcela da população excluída de diversos formas, principalmente em relação ao acesso.
- O direito de ir e vir necessita ser assegurado

7. NOTAS

1. Sistema de proporções elaborado com base nas dimensões de um homem imaginário de 1,75m de altura; o método foi utilizado para se referenciar medidas modulares ao desenvolvimento de projetos de arquitetura e mobiliário.
2. Grifo nosso.
3. “AADA é uma lei de direitos civis que proíbe a discriminação de indivíduos com deficiência em todas as áreas da vida pública, incluindo empregos, escolas, transportes e todos os locais públicos e privados abertos para o público em geral. O objetivo da lei é garantir que as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos e oportunidades que todos os outros. AADA dá proteção aos direitos civis a indivíduos com deficiência semelhantes aos fornecidos aos indivíduos com base em raça, cor, sexo, origem nacional, idade e religião. Garante a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência em acomodações públicas, emprego, transporte, serviços governamentais estaduais e locais e telecomunicações”. (Trecho traduzido do Site National Network. Disponível em: < <https://adata.org/learn-about-ada>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2017.)
4. “Bader Sawaia, ex- vice-reitora Acadêmica da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Mestre e doutora em psicologia social pela PUC-SP, Sawaia é autora de "As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social" e co-autora de outros quatro livros, além de ter publicado 20 artigos em revistas especializadas. Foi membro do Conselho deliberativo de 2006 a 2009”. (Trecho retirado do Site Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: < <https://adata.org/learn-about-ada>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2017.)
5. Termo utilizado para identificar o conjunto de recursos e serviços que ampliam habilidades funcionais e motoras de portadores de deficiência e necessidades especiais. Inclui recursos físicos, tais como guia, andador, muleta, bengala, softwares, brinquedos, chaves, dentre outros objetos que possibilitam a utilização autônoma; e serviços, tais como fonoaudiologia, arquitetura, fisioterapia, dentre outros.
6. “O EU é fruto da consciência existencial, é a força fundamental no desenvolvimento da personalidade, é a capacidade de escolha”.

(Trecho retirado do Site Senac São Paulo. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/consciencia-existencial-psicologia-multifocal/77606>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.)

7. A comissão propôs discussões acerca dos “desenhos de equipamentos, edifícios e espaços urbanos para serem utilizados por pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida” (CAMBIAGHI, 2007).
8. Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência / Assembleia Geral das Nações Unidas; tradução de Elza Valdete Ambrósio – Editado sob a responsabilidade do CEDIPOD (Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência).
9. Trecho do documento do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência / Assembléia Geral das Nações Unidas; tradução de Elza Valdete Ambrósio – Editado sob a responsabilidade do CEDIPOD (Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência).
10. A Associação Brasileira de Normas Técnicas foi fundada em 1940 e é o órgão responsável pela normatização técnica no país. Caracterizada como uma entidade privada, sem fins lucrativos, é responsável por fornecer base técnica ao desenvolvimento tecnológico nacional.
11. Citação do Livro “Desenho Universal – Caminhos da Acessibilidade no Brasil”, p.09 – 1ª Edição – São Paulo, 2010.
12. A Constituição Cidadã foi promulgada após o fim regime militar e estabeleceu o sistema previdencialista de governo com voto direto, o fortalecimento do judiciário, o internacionalismo estatal e nacionalismo econômico, o assistencialismo social, a ampliação dos direitos dos trabalhadores e a ampliação da garantia dos direitos fundamentais, ou seja, se caracterizou como uma constituição democrática e devido a esse fator, recebeu o nome de “cidadã”.
13. NBR9050:1991 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, mobiliário, espaços e equipamentos.
14. A Lei nº 10.048/00 conferiu atendimento prioritário a determinado grupo de pessoas, o que foi regulamentado pelo Decreto nº 5.296/04, sendo também estabelecidas prioridades pela Lei nº 12.008/09, e, no que se refere especificamente às pessoas idosas, pela Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso).

15. Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
16. Destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos
17. Projeto de resgate da cidadania e acessibilidade urbana
18. Citação do Livro “Desenho Universal – Caminhos da Acessibilidade no Brasil”, p.10 – 1ª Edição – São Paulo, 2010.
19. Idem
20. Citação retirada do Site do InMetro. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp>. Acesso em: 05 de dezembro de 2017.
21. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência defende e garante a dignidade aos portadores de deficiência e necessidades especiais, propondo a equiparação de direitos e ao cumprimento de deveres por parte de todos os cidadãos.
22. Termo utilizado para designar desaprovação de características pessoais, aspectos que saem do estado de normalidade o qual a sociedade está inserida.
23. Grifo nosso.
24. “Hospitalidade é signo de civilização e humanidade; a hospitalidade é uma ligação social e implica os valores de solidariedade e sociabilidade” (Citação do livro “A cidade à Procura da Hospitalidade”, Lúcio Grinover)
25. Grifo nosso.
26. Comportamentos etnocêntricos: termo utilizado para designar comportamentos discriminatórios entre diferentes culturas.
27. Grifo nosso.
28. Termo cunhado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman, para definir o período da pós-modernidade.
29. Termo cunhado pelo filósofo Guy Debord, autor do livro “A sociedade do espetáculo”.
30. Grifo nosso.

31. Anthony Giddens, sociólogo britânico cujo interesse se concentra em reformular a teoria social, a compreensão de desenvolvimento e modernidade.
32. Neste caso a palavra “diferente” é utilizada para designar todo indivíduo que apresenta qualquer característica distinta das ditadas pelos padrões; os portadores de deficiência e necessidades especiais fazem parte dessa parcela populacional.
33. Urbanismo tático; um exemplo de coletivo urbano bem conhecido em São Paulo, o coletivo “A Batata Precisa de Você” é composto por moradores e frequentadores do Largo da Batata.
34. Termo desenvolvido por Mauro Calliari e utilizado para designar o exercício da civilidade nos espaços urbanos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8.1 Endereços Eletrônicos

AMARAL, Andreia. In: Transportes em revista. **Condução autônoma: o futuro da mobilidade.** Disponível em: <<http://www.transportesemrevista.com/Default.aspx?tabid=210&language=pt-PT&id=48514>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

ANDRADE, Amanda Carolina Moreira de; BOTTURA, Roberto. **O encontro na cidade. Um olhar sobre o design de mobiliário urbano na Praça Rui Barbosa,** em Leme SP. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 16, n. 184.01, Vitruvius, nov. 2015 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.184/5798>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

ARQBRASIL. **Centro Cultural São Paulo.** Disponível em: <http://arqbrasil.arq.br/_arq/lt_arquitetura/lt_arq_ccsp1amplia.htm>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

AZAMBUJA, Karoline Sotomayor. In: IBDA Fórum da construção. **Acessibilidade Urbana do portador de necessidades especiais e a sociedade.** Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=23&Cod=803>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

BARATTO, Romullo. In: Archdaily Brasil. **Mobiliário urbano responsivo, por Ross Atkin.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/766853/mobiliario-urbano-responsivo-por-ross-atkin>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

BARATTO, Romullo. **Os benefícios dos bons lugares nas cidades segundo o PPS.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/757896/os-beneficios-dos-bons-lugares-nas-cidades-segundo-a-pps>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

BETSKY, Aaron. In: Archdaily Brasil. **Porque o futuro da arquitetura cívica está em projetos de pequena escala?** Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/795085/por-que-o-futuro-da-arquitetura-civica-esta-em-projetos-de-pequena-escala>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

Borelli & Merigo Arquitetura e Urbanismo. **Praça Roosevelt.** Disponível em: <<https://www.borellimerigo.com.br/urbanismo/praca-roosevelt>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

CALLIARI, Mauro. In: Estadão. **Estatuto do Pedestre. A constituição que vai regular a experiência mais importante da cidade: andar a pé.** Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/caminhadas-urbanas/aprovado-o-estatuto-do-pedestre-uma-constituicao-para-regular-a-experiencia-mais-importante-da-cidade-andar-a-pe/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

CALLIARI, Mauro. Praça Roosevelt. **Um espaço emblemático da relação de São Paulo com seus espaços públicos.** *Minha Cidade*, São Paulo, ano 13, n. 147.03, Vitruvius, out. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.147/4504>>.

CALLIARI, Mauro. *Um fim de semana na Praça Roosevelt.* *Arquitetismo*, São Paulo, ano 07, n. 079.02, Vitruvius, set. 2013 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetismo/07.079/4878>>.

CALLÉ, Alexandre. In: JUS. **Acessibilidade nos condomínios edilícios: estatuto da pessoa com deficiência (lei federal nº 13.146/2015).** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/47632/acesibilidade-nos-condominios-edilicios-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-lei-federal-n-13-146-2015>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. **A atuação do poder público no espaço: Os “direitos da cidade”.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 156.01, Vitruvius, maio 2013 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.156/4798>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

CAU/BR. **Arquiteturas: Galeria MetrÓpole.** Disponível em: <<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/arquiteturas-galeria-metropole/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

Centro Cultural São Paulo. **HistÓrico.** Disponível em: <<http://www.mmbb.com.br/projects/details/45/2>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

Centro Universitário SENAC. **Guia de Normatização de Monografias, Dissertações e teses.** Rede de Bibliotecas do SENAC, São Paulo, Agosto/2014. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/campus_santoamaro/cd/arquivos/biblioteca/guia_normatizacao.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2017.

Cidade São Paulo. **Praça Roosevelt.** Disponível em: <<http://www.cidadedesapaulo.com/sp/o-que-visitar/atrativos/pontos-turisticos/3861-praca-roosevelt>>. Acesso em 28 de agosto de 2017.

CLEMENTE, C. Aparício; CELESTINI, E. Charkani. **Trabalhando com a Diferença:**

responsabilidade social, inclusão de portadores de deficiência. Osasco, São Paulo: Realização Espaço Cidadania, 2004.

COMISÃO, Verônica. In: Bengala Legal. **As Cidades e a Acessibilidade.** Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/veronica-camisao>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

Copan SP. **Edifício Copan.** Disponível em: <<http://www.copansp.com.br/>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

CORSI, Daniel. **A persistência da memória: Ruínas Urbanas.** Disponível em: <<http://www.corsihirano.com/ensaio/a-persistencia-da-memoria-ruinas-contemporaneas>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

CORSI, Daniel. **Nós.** Disponível em: <<http://www.corsihirano.com/ensaio/nos>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

COSTA, Gabriela R. V.; MAIOR, Izabel M. M. de; LIMA, Niusarete M. de. **Acessibilidade no Brasil: Uma visão histórica.** In: III Semirário e II Oficina “Acessibilidade, TI e Inclusão Digital”, 2005, São Paulo. USP.

CUNHA, Karla. In: Blog Karla Cunha. **Acessibilidade nos edifícios.** Disponível em: <<http://www.karlacunha.com.br/acessibilidade-nos-edificios/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

CUPBOARDS. **Designer Universal Design: Moen Home Care Grab Bars.** Disponível em: <<http://www.cupboardsonline.com/2011/07/designer-universal-design-moen-home.html>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

DEJTIAR, Fabian. In: Archdaily Brasil. **Escada e rampa triangulares respondem a especificações de acessibilidade universal.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/870932/escada-e-rampa-triangulares-respondem-a-especificacoes-de-acessibilidade-universal>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

DELAFON, Jacob. **Tiltink sink.** Disponível em: <<http://www.gwenolegasnier.fr/designindustriel/lavabos/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

DIRECIONAL CONDOMÍNIOS. **Garantindo a acessibilidade nos edifícios residenciais em SP: Leis e obrigações.** Disponível em:

<<http://www.direcionalcondominios.com.br/sindicos/materias/item/1637-garantindo-a-acessibilidade-nos-edificios-residenciais-em-sp-sp-leis-e-obrigacoes.html>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

DORNOB. **Convertible Stair Ramp: Home Accessibility Design Concept**. Disponível em: <<https://dornob.com/convertible-stair-ramp-home-accessibility-design-concept/#axzz2rFqcRZkh>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

DUARTE, Cristiane Rose; COHEN, Regina. In: Bengala Legal. **Afeto e Lugar: Pessoas com Dificuldades de Locomoção e Espaço Urbano**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/afetoelugar>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

Efagundes.com. **Planejamento baseado em cenários prospectivos**. Disponível em: <<http://efagundes.com/artigos/planejamento-baseado-em-cenarios-prospectivos/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

ESPALLARGAS GIMENEZ, Luis. **Oscar Niemeyer: a arquitetura renegada na cidade de São Paulo**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 151.06, Vitruvius, dez. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.151/4630>>.

EQUIPE TARGET. **Tendência da arquitetura no Brasil: o cumprimento da NBR 9050 - A eficácia da interação do ser humano com o ambiente construído**. Disponível em: <<https://www.target.com.br/produtos/materias-tecnicas/2015/01/28/3595/tendencia-da-arquitetura-no-brasil-o-cumprimento-da-nbr-9050>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

EQUIPE MECÂNICA ONLINE. In: Mecânica Online. **A importância dos mapas para a mobilidade autônoma**. Disponível em: <<http://mecanicaonline.com.br/wordpress/2017/08/02/a-importancia-dos-mapas-para-a-mobilidade-autonoma/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

FERNANDES, Marcelo Ricardo; JAYO, Martin. **A cultura como instrumento de intervenção urbana**. *Dois casos no bairro da Luz, São Paulo. Minha Cidade*, São Paulo, ano 17, n. 198.02, Vitruvius, jan. 2017 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.198/6359>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. In: Jornal GGN. **Para Nicolau Sevcenko, debater urbanismo inclusivo é crucial**. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/urbanismo-inclusivo-%E2%80%93-o-papel-social-da-arquitetura>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

FUJINO, Yoko. In: NippoBrasil. **Japão oferece facilidades aos portadores de**

necessidades especiais: cidades japonesas estão mais adaptadas às pessoas com deficiência, mas discriminação ainda não é crime. Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/especial/555.shtml>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

GAETE, Constanza Martínez. In: Archdaily Brasil. **6 dicas para projetar pontos de ônibus seguros e acessíveis.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/868583/6-dicas-para-projetar-pontos-de-onibus-acessiveis-e-seguros>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

GAETE, Constanza Martínez. In: Archdaily Brasil. **Três ideias para recuperar os espaços públicos e fomentar a vida urbana.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/803094/tres-ideias-para-recuperar-os-espacos-publicos-e-fomentar-a-vida-urbana>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

GARCIA, Vera. **Acessibilidade: Designers criam conceito de banheiro para cadeirantes.** Disponível em: <<https://www.deficienteciente.com.br/acessibilidade-designers-criam-conceito-de-banheira-para-cadeirantes.html>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

GHISLENI, Camila. In: Archdaily Brasil. **A lei da assistência técnica e a importância social da arquitetura.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/tag/arquitetura-social>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

GUEDES, Mila. **A Praça Roosevelt.** Disponível em: <<http://milala.com.br/tag/praca-franklin-roosevelt/>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

GUEDES, Mila. **Há liberdade de ir e vir?** Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/blogs/milala/uncategorized/ha-liberdade-de-ir-e-vir/>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

IDSA. **Easily Thread a needle.** Disponível em: <<http://www.idsa.org/awards/idea/graduate-student-designs/easily-thread-needle>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

KLUS DESIGN. **Led Stair Lighting.** Disponível em: <<http://www.klusdesign.com/examples/show/stairs-and-stair-railings>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

LOCH, Peter. In: Archdaily Brasil. **Acessibilidade Universal: Berlim para todos.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/759191/acessibilidade-universal>>

berlim-para-todos>. Acesso em: 17 de março de 2017.

MACHADO, William. In: Inclusive Inclusão e Cidadania. **Acessibilidade e mobilidade urbana: desafios contemporâneos para pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/26501>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. In: Scielo. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008>. Acesso em: 17 de março de 2017.

MASSAO, Tanaka Julio. In: Bengala Legal. **Acessibilidade no Japão: Cultura Milenar, mil anos à frente**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/tanaka>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

MEDRADO, Marília. In: Arquitetura&Construção. **Por dentro do Sesc 24 de Maio**. Disponível em: <<https://arquiteturaeconstrucao.abril.com.br/cidade/por-dentro-do-sesc-24-de-maio/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

MERCUR. **Engrossador de Talheres**. Disponível em: <<https://loja.mercur.com.br/produto/engrossador-de-talheres-76>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

MMBB. **Projeto Arquitetônico Sesc 24 de maio**. Disponível em: <<http://www.mmbb.com.br/projects/details/45/2>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

Mobiliário Urbano. **Praça Roosevelt**. Disponível em: <<https://moburbano.wordpress.com/2009/11/04/praca-roosevelt-2/#jp-carousel-56>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

MORAN, Paula. In: Mood. **Pirâmide de Maslow e a Teoria das Necessidades**. Disponível em: <<http://www.mood.com.br/piramide-de-maslow/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

MULLER, Fernanda; Studio Arthur Casas. In: Casa Vogue. **Minhocão: um caso de apropriação espontânea de espaço público**. Disponível em: <<http://casavogue.globo.com/Colunas/Studio-Arthur-Casas/noticia/2014/08/minhocao-um-caso-de-apropriacao-espontanea-de-espaco-publico.html>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

NOVA YORK, Resolução ONU 45/91, de 14 de dezembro de 1990. Assembleia Geral das Nações Unidas, 68ª Sessão Planetária. **Dispõe sobre os direitos das pessoas**

com deficiência e sua participação social. FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas PcD e PcAH no RS. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/38>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

O Estadão. **A boa da praça Roosevelt para o final de semana.** Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-boa-da-praca-roosevelt-para-o-final-de-semana,1592921>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, Abrahão. In: São Paulo in Foco. **Uma Obra de Oscar Niemeyer: A história do Edifício Copan.** Disponível em: <<http://www.saopauloinfoco.com.br/historia-do-edificio-copan/>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

PELLEGRINI, Marco A. In: Inclusive: **Inclusão e Cidadania. Arquitetura da Inclusão.** Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/16631>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. In: Mundo Educação. **Inclusão Social: A inclusão social perpassa pelo atendimento das necessidades de todas as pessoas que, de alguma forma, são colocadas à margem da sociedade.** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>>. Acesso em: 13 de março de 2017.

PERITO, Sandra. In: IBDA Fórum da Construção. **A arquitetura como instrumento de inclusão social.** Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=32&Cod=430>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

PIZZIO, Alex; VERONESE, Marília Veríssimo. In: P@PSIC Periódicos Eletrônicos em Psicologia. **Possibilidades conceituais da sociologia das ausências em contextos de desqualificação social.** v.11 n.1 São Paulo jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172008000100005>. Acesso em 17 de março de 2017.

PORTAL VITRUVIUS. Copan. Híbrido Rio-São Paulo. **Projetos**, São Paulo, ano 10, n. 112.03, Vitruvius, abr. 2010 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.112/3601>>.

PORTELLA, Adriana Araújo; DE CARVALHO QUINTANILHA, Inês; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; XAVIER, Sinval. **Devolvendo a cidade para as pessoas. Diretrizes de desenho urbano para a requalificação de um bairro histórico portuário.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 185.04, Vitruvius, out. 2015 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5783>>. Acesso em: 17 de

março de 2017.

QUEIROZ, Rodrigo. **Forma moderna e cidade: a arquitetura de Oscar Niemeyer no centro de São Paulo**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 151.08, Vitruvius, dez. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.151/4632>>.

Rede Nossa São Paulo. **Acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/propostasacessibilidade>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

Revista Entreteses. **Guia Básico para Elaboração de Referências Bibliográficas: Segundo a ABNT**. Departamento de Comunicação Institucional, Unifesp, agosto/2014. Disponível em: <http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2017.

ROCHA, Islard. In: Design Culture. **Design para pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://designculture.com.br/design-para-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

ROCHA, Marisa Lopes da. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v2n2/artigos/Resenha.pdf>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

SABOYA, Renato T. In: Archdaily Brasil. **Fatores Morfológicos da Vitalidade Urbana – Parte 1: Densidade de Usos e Pessoas**. Novembro/2015. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

SABOYA, Renato T. In: Archdaily Brasil. **Fatores Morfológicos da Vitalidade Urbana – Parte 2: Acessibilidade**. Fevereiro/2017. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/805277/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-2-acessibilidade-renato-t-de-saboya>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

SABOYA, Renato T. de; NETTO, Vinicius M.; CELSO VARGAS, Júlio. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana. Uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 180.02, Vitruvius, maio 2015 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.180/5554>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

São Paulo Antiga. **Mesbla Veículos**. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/mesbla/>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

SARTORETTO, Mara; BERSCH, Rita. In: Assistiva Tecnologia e Educação. **O que é Tecnologia Assistiva?** Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

SCHOLZ, Cley. In: Acervo Estadão. **Prédios de São Paulo: Galeria MetrÓpole.** Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,predios-de-sao-paulo-galeria-metropole,9643,0.htm>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade.** Brasília: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/ec_inclu.pdf>. Acessado em: 13 de março de 2017.

SIGNIFICADOS. **Significado da Pirâmide de Maslow.** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/piramide-de-maslow/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

Síndico Net. **Como tratar a questão da acessibilidade em condomínios.** Disponível em: <<https://www.sindiconet.com.br/informese/como-tratar-a-questao-da-acessibilidade-em-condominios-legislacao-acessibilidade>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

SOUZA, Eduardo. **"Clássicos da Arquitetura: Centro Cultural São Paulo / Eurico Prado Lopes e Luiz Telles"** 26 Mai 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 28 Ago 2017. <<http://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lopes-e-luiz-telles>>.

SOLON, Ana Paula. **A cidade como sala de estar e de visitas. Arquitetismo,** São Paulo, ano 01, n. 004.07, Vitruvius, jun. 2007 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetismo/01.004/1335>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

TEIXEIRA, Luciano. In: Arquitetura.com.br. **Qual a função social da arquitetura e do urbanismo?** Janeiro/2015. Disponível em: <<http://www.arquitetura.com.br/qual-a-funcao-social-da-arquitetura-e-do-urbanismo/>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

TERRA. **Vc Repórter: projeto de acessibilidade da praça Roosevelt ignora entorno.** Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/vc-reporter-projeto-de-acessibilidade-da-praca-roosevelt-ignora-entorno,fec34cb8511da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

UNIVERSAL DESIGN STYLE. **E-Desk: Wheelchair Accessible Computer Desk**. Disponível em: <<http://www.universaldesignstyle.com/e-desk-wheelchair-accessible-computer-desk/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

Urbanização do Complexo Cantinho do Céu / Boldarini Arquitetura e Urbanismo. 04 Dez 2013. ArchDaily Brasil. Acessado 28 Ago 2017. <<http://www.archdaily.com.br/157760/urbanizacao-do-complexo-cantinho-do-ceu-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo>>.

VANIER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; BRITO, Felipe; PESCHANSKI, João Alexandre; MAIOR, Jorge Luiz Souto; SAKAMOTO, Leonardo; SECCO, Lincoln; IASI, Mauro Luis; NINJA, Mídia; DAVIS, Mike; OLIVEIRA, Pedro Rocha de; ROLNIK, Raquel; BRAGA, Ruy; VIANA, Sílvia; ZIZEK, Slavoj; LIMA, Venício A. de; VENTURA, Luiz Alexandre Souza. In: Estadão. **Desafios da acessibilidade em São Paulo**. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/desafios-da-acessibilidade-em-sao-paulo/>>. Acesso em 28 de agosto de 2017.

WILCOX, JoAnn Hindmarsh; HAAPALA, Kurt. In: Archdaily Brasil. **Como projetar banheiros escolares mais seguros, confortáveis e inclusivos**. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/799840/como-projetar-banheiros-escolares-mais-seguros-confortaveis-e-inclusivos>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

ZATARAIN, Karina. In: Archdaily Brasil. **Urbanismo Inclusivo: empoderando as crianças em nossas cidades**. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/867175/urbanismo-inclusivo-empoderando-as-criancas-em-nossas-cidades?utm_source=Whatsapp&utm_medium=IM&utm_campaign=share-button>. Acesso em: 17 de março de 2017.

8.2 Entrevistas

CAMBIAGHI, Silvana. **Silvana Cambiaghi defende que o desenho universal traz obras melhores**. São Paulo, Revista Técnica, Julho/2014. Entrevista à Giovanny Gerola.

8.3 Bibliografias

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Ltda., 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Editora Zahar, 2001.

BONSIEPE, Gui. **Design cultura e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

BONSIEPE, Gui. **Desenho industrial para pessoas deficientes**. Brasília : CNPq, 1982.

BRASIL, *NBR 6023*, de agosto de 2002. **Informação e documentação – Referências e Elaboração**. Edição federal, Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, *NBR 9050*, de 1983. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Edição federal, Rio de Janeiro, 3ª edição, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000. 400 páginas.

CALLIARI, Mauro. **Espaço Público e Urbanidade em São Paulo**. São Paulo: Editora Bej, 2016.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

GRINOVER, Lucio. **A Cidade à procura da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Aleph, 2016.

GRINOVER, Lúcio. **Hospitalidade Urbana: Mobilidade e Acessibilidade**. In: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo, 2009, São Paulo. Universidade Anhembi Morumbi.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Edições Loyola, Ed. 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. DP&A Editora, 10ª edição.

IACOCCA, ÂNGELO. **Conjunto Nacional: A conquista da Paulista**. São Paulo: IACOCCA Editora, 2004.

KOWALTOWSKI, Doris. C. C. K.; MOREIRA, Daniel de Carvalho; PETRECHE, João R. D.; FABRÍCIO, Márcio M. **O Processo de Projeto em Arquitetura: da teoria à tecnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Movimento Passe Livre. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Carta Maior, 2013.

PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Wlabe. **Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.

SALOMON, Décio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

SAMARA, Timothy. **GRID: Construção e Desconstrução**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011, volume 1, edição 8.

SERGE, Paugam (2003). **A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza**. Coleção Educação e Trabalho social 6. Porto: Porto Editora.

XAVIER, Denise. **Arquitetura metropolitana**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

WERNECK, Cláudia. **Sociedade Inclusiva: Quem cabe no deus TODOS?**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2006.

8.4 Legislação

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Lei 617/2011**, de 13 de junho de 2017. Câmara Oficial de São Paulo, São Paulo, 2017.

PORTAL BRASIL. In: Portal Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social: Documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade entre as pessoas e reconhece direitos humanos.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

8.5 Séries e Coleções

GABRILLI, Mara. **Apostila sobre a Lei de Inclusão Brasileira: Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <<http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

GABRILLI, Mara. **Cartilha da Calçada Cidadã.** Disponível em: <http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/12/Cal%C3%A7ada_Cidad%C3%A3_int.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

IPUF. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Manual de Acessibilidade.** Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_12_2011_17.31.26.f930687d1baa0226e641b934b6fa8d6c.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED). **Manual de Instruções Técnicas para apoio ao Projeto Arquitetônico.** Apoio Prefeitura de São Paulo e Comissão Permanente de Acessibilidade. Editora: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED). **Manual de Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo.** Apoio Prefeitura de São Paulo e Comissão Permanente de Acessibilidade. Editora: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Prefeitura de São Paulo, Coordenação das Subprefeituras. **Conheça as regras para arrumar a sua calçada: Passeio Livre.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/subprefeituras/calçadas/arquivos/cartilha_-_draft_10.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

Prefeitura de São Paulo, **Desenvolvimento Urbano. O zoneamento na lei 16.050/14. Plano Diretor Estratégico.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamentos/apresentacao_oficina_daniel_zoneamento.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria de Planejamento Urbano. **Cartilha: O novo zoneamento ao alcance de todos.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/planejamento/zoneamento/zonmanual.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED). **Manual de Instruções Técnicas de Acessibilidade para apoio ao projeto arquitetônico.** Apoio Prefeitura de São Paulo e Comissão Permanente de Acessibilidade. Editora: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Secretaria de Transportes e Trânsito. **Manual de Acessibilidade em Vias Públicas.** Prefeitura de Guarulhos.

8.6 Documentários

ARQUITETURAS: Minhocão. Direção de Paulo Markun e Sérgio Roizenblit, Produção executiva de Leila Chagas. São Paulo: SescTV, 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/1H0OXH6H4Wo?list=PLiIQoqgFEbVUMmRoOGrT-YAur5iu51Lh3>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

ARQUITETURAS: Largo da Batata. Direção de Paulo Markun e Sérgio Roizenblit, Produção executiva de Leila Chagas. São Paulo: SescTV, 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/c4ASXvBrOwc?list=PLiIQoqgFEbVUMmRoOGrT-YAur5iu51Lh3>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

ARQUITETURAS: Centro Cultural São Paulo. Direção de Paulo Markun e Sérgio Roizenblit, Produção executiva de Leila Chagas. São Paulo: SescTV, 2016. Disponível em: <https://youtu.be/tVplbN2-_qc?list=PLiIQoqgFEbVUMmRoOGrT-YAur5iu51Lh3>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

ARQUITETURAS: Praça Roosevelt. Direção de Paulo Markun e Sérgio Roizenblit, Produção executiva de Leila Chagas. São Paulo: SescTV, 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/6y80nrS9eTo?list=PLiIQoqgFEbVUMmRoOGrT-YAur5iu51Lh3>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

ARQUITETURAS: Conjunto Nacional. Direção de Paulo Markun e Sérgio Roizenblit, Produção executiva de Leila Chagas. São Paulo: SescTV, 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/KVM19KMWy4I>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

ARQUITETURAS: Galeria Metrôpole. Direção de Paulo Markun e Sérgio Roizenblit, Produção executiva de Leila Chagas. São Paulo: SescTV, 2016. Disponível

em: <<https://youtu.be/vSeXGP42sGM?list=PLiIQoqgFEbVUMmRoOGrT-YAur5iu51Lh3>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

EDIFÍCIO COPAN. Direção de Luiz Bargmann Netto, Produção executiva de Rose Moraes Pan. São Paulo: VIDEOFAU, 2006. Disponível em: <<https://vimeo.com/36476448>>. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

9. APÊNDICES

9.1 APÊNDICE A - Referenciais para análise das tabelas

Elaborada conforme as diretrizes presentes no “Manual de Instruções Técnicas de Acessibilidade para Apoio ao Projeto Arquitetônico”, feito pela Prefeitura da Cidade de São Paulo e pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, a presente pesquisa apresenta de forma minuciosa a análise do desenho universal nas edificações selecionadas para estudos de caso, cujo principal objetivo é o de identificar a qualidade física desses espaços conforme a NBR 9050.

Análise geral dos espaços conforme aspectos conceituais

Em uma escala de 0 a 10, os espaços comuns atendem aos 7 princípios básicos do Desenho Universal? Sendo (0) a total falta e (10) a existência plena. São eles:

- (A) Uso equiparável – para pessoas com diferentes capacidades
- (B) Uso flexível – preferências e habilidades
- (C) Simples e intuitivo – fácil entender
- (D) Informação perceptível – comunica eficazmente
- (E) Tolerante ao erro – diminui riscos de ações involuntárias
- (F) Pouca exigência de esforço físico
- (G) Tamanho e espaço para o acesso adequado

Análise geral dos espaços conforme aspectos projetuais/espaciais

Nos passeios públicos, os itens à serem analisados, em sua presença e ausência, são:

Faixa Livre – área destinada exclusivamente à livre circulação de pedestres, sem obstáculos e com as seguintes características:

- (1) Superfície regular, firme e continua antiderrapante
- (2) Inclinação longitudinal acompanhando o greide da rua
- (3) Inclinação transversal constante, 2%
- (4) Largura mínima 1,20m
- (5) Sem barreira arquitetônica

- (6) Destaque visual por meio de juntas de dilatação as faixas diferentes da calçada
- (7) Livre de emendas ou reparos de pavimento
- (8) Sem paginação com contrastes visuais

Faixa de Serviço – caso existir, posicionada adjacente à guia com 0,70m no mínimo. É destinada à instalação de equipamentos ou outras interferências do passeio, além de ser o local apropriado para o rebaixamento de guia no caso em que houver acesso de veículos. Considerando esses aspectos:

- (9) Há faixas de serviço com largura mínima correta
- (10) Não há faixas de serviço
- (11) As guias são rebaixadas de forma correta
- (12) As guias não são rebaixadas de forma correta

Faixa de Acesso – área mínima para acomodação de interferências resultantes da implantação, uso e ocupação das edificações existentes na via pública. Sua localização na calçada é caracterizada pelo espaço excedente entre a faixa livre e o limite da edificação. Devem ser analisados os seguintes aspectos:

- (13) O piso dos passeios é em concreto, concreto intertravado ou ladrilho hidráulico
- (14) O piso dos passeios é de outro material que atrapalha a locomoção do usuário
- (15) Os acessos de estacionamento estão localizados dentro da faixa de serviço
- (16) Não há obstrução da faixa livre
- (17) Há obstrução da faixa livre

Equipamentos Urbanos – a ser considerado presença ou ausência, sendo A (ausência) e P (presença) nas faixas de serviço:

- Grelha para piso
- Caixa de inspeção
- Pontos de ônibus
- Telefones públicos
- Caixa de correio
- Lixeira
- Bancos
- Banca de jornal

- Placa
- Vegetação
- Vaga
- Floreira
- Ponto de taxi
- Poste de iluminação
- Semáforo
- Caixa de força

Estacionamento – as vagas reservadas deverão estar localizadas próximas ao acesso principal do edifício, com dimensão de 3,50m x 5,50m. A ser considerado presença ou ausência, sendo A (ausência) e P (presença) nas áreas de estacionamento:

- Presença de sinalização horizontal que deverá estar pintada no piso
- Sinalização vertical identificada conforme Símbolo Internacional de Acesso

Entradas e Saídas – Analisar quanto à:

- (18) Superfície regular, firme e contínua, estável e antiderrapante
- (19) Livre de obstáculos
- (20) Largura mínima de 1,20m
- (21) Inclinação transversal de 3% para pisos externos
- (22) Possui piso tátil
- (23) Indicação de mudança de plano da superfície do piso
- (24) Existência de simbologia que direcione o deficiente para a rota acessível

Desníveis – até 0,5cm não necessitam tratamento, acima desse valor deverão ser chanfrados e acima de 1,5cm deverão atender aos requisitos de rampas e degraus.

Portas e aberturas – Devem ter abertura mínima de 0,80m e altura livre de 2,10m, e nos casos de locais de prática esportiva, devem ter 1,0m mínimo de abertura; maçanetas do tipo alavanca, com altura de 0,90m à 1,10m do piso acabado. Deve existir puxador horizontal à 0,90m do piso, com comprimento igual à metade da largura da porta em todas as portas dos sanitários, vestiários e quartos acessíveis para o fechamento por usuários de cadeiras de rodas. Os visores das portas tipo vai-e-vem devem iniciar em uma altura de 0,40 e 0,90m em relação ao piso, com largura mínima

de 0,20m, para que seja possível ver o cadeirante. Todas as portas devem possuir sinalização visual e tátil.

Rampas – devem atender as seguintes especificações:

- (25) Largura mínima de 1,20m em obras novas e 0,90m para reformas;
- (26) Patamar mínimo de 1,20m de comprimento;
- (27) Máximo de 8,33% de inclinação;
- (28) Possuir paredes laterais ou guias de balizamento com altura mínima de 5cm executadas nas projeções dos guarda corpos;
- (29) Possuir piso tátil de alerta com largura entre 0,25m e 0,60m, distante no máximo 0,32m de mudança de plano, localizado antes e depois do término da rampa;
- (30) Inclinação transversal máxima de todas as rampas deve ser de 2% em rampas internas e 3% em rampas externas
- (31) Existir patamares junto à portas e bloqueios;
- (32) Possuir corrimão contínuo nos dois lados, com dupla altura de 0,70m e 0,92m, com prolongamento de 0,30m nas extremidades, com seção circular entre 3cm e 4,5cm e permitir passagem contínua da mão;
- (33) Rampas com mais de 2,40m de largura deverão possuir corrimão central, além dos laterais;
- (34) Rampas em curva com raio mínimo de 3,0m, medidos do perímetro interno à curva;

Escadas e Degraus isolados - devem atender as seguintes especificações:

- (35) Escadas com largura mínima de 1,20m, com patamar mínimo de 1,20m de comprimento;
- (36) Degraus isolados e rampas devem possuir piso tátil de alerta com largura mínima entre 0,25m e 0,60m, distante a 0,32m da mudança de plano, localizado antes do início e após o termino da escada;
- (37) Inclinação transversal de todos os degraus com no máximo 1%
- (38) Todas deverão possuir corrimão contínuo nos dois lados, com altura de 0,92m e prolongamento de 0,30m nas extremidades, seção circular entre 3,0cm e 4,5cm e permitir a passagem contínua da mão;

- (39) Escadas com mais de 2,40m de largura deverão possuir corrimão central, além dos laterais;
- (40) Todos os degraus deverão possuir sinalização visual em cor contrastante na borda do piso com comprimento mínimo de 20cm e largura entre 2 e 3 cm;

Elevador de passageiros - devem atender as seguintes especificações:

- (41) Em edificações novas todos os elevadores devem possuir cabine com dimensões mínimas de 1,10m de largura x 1,40m de profundidade;
- (42) Em edificações existentes os elevadores adaptados à acessibilidade deverão possuir cabine com dimensão mínima de 1,0m de largura x 1,25m de profundidade;
- (43) Botoeiras localizadas entre a altura mínima de 0,89m e a máxima de 1,35m do piso;
- (44) Todos devem possuir espelho fixado na parede oposta à porta;
- (45) Todos devem possuir piso tátil de alerta junto à porta, com largura entre 0,25m e 0,60m distante no máximo 0,32m da porta;
- (46) Possuir sinalização em braile ao lado esquerdo do botão correspondente;
- (47) Possuir registro visível e audível dado a cada operação visual do botão;
- (48) Possuir sinal sonoro diferenciado para subida e descida;
- (49) Possuir comunicação sonora interna indicando o andar em que o elevador se encontra parado;
- (50) Possuir identificação do pavimento fixada em ambos os lados do batente do elevador, respeitando a altura entre 0,90m e 1,10m;
- (51) Possuir dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio.

Elevador exclusivo PNE - devem atender as seguintes especificações:

- (52) Ter 12m de percurso máximo para sua utilização;
- (53) Devem possuir dimensões mínimas de 0,90m de largura e 1,30m de profundidade;
- (54) Botões de comando de uso exclusivo devem ser posicionados entre 0,90m e 1,10m de altura do piso;

- (55) Botões de comando da cabina do elevador posicionados entre 0,80m e 1,20m de altura do piso da cabina;
- (56) Todos os elevadores possuir identificação do pavimento fixada em ambos os lados do batente do elevador, respeitando a altura entre 0,90m e 1,10m.

Plataforma elevatória - devem atender as seguintes especificações:

- (57) Podem ser utilizadas na vertical ou plano inclinado;
- (58) Possuir dimensões mínimas de 0,80x1,25m quando privado e 0,90x1,40m quando público;
- (59) Ter projeção do seu percurso sinalizada no piso, não podendo obstruir a escada;
- (60) Portas ou barras não podem ser abertas se o desnível entre a plataforma e o piso for superior a 7,5cm;
- (61) Deverá haver Símbolo Internacional de Acesso visível em todos os pavimentos;
- (62) No percurso vertical pode ser usada para vencer desníveis de até 2m em uso público e até 4m em uso particular, sendo possível vencer até 9m com caixa enclausurada;
- (63) Casos de passagem por laje, deve haver caixa enclausurada;
- (64) No percurso inclinado, poderá ser usado quando não há possibilidade de outra solução
- (65) Possuir parada programada nos patamares a cada 3,20m e assento para pessoa com mobilidade reduzida;
- (66) Possuir sinalização tátil e visual informando a obrigatoriedade de acompanhamento de pessoa habilitada na área de embarque;
- (67) Possuir sinalização visual demarcando a área de embarque e projeção do percurso do equipamento com alarme sonoro e luminoso que indiquem seu movimento;
- (68) Possuir sistema de freio acionável em caso de queda de energia;
- (69) Guarda rodas deve possuir altura mínima de 0,10m em todas as laterais.

Rota de fuga – deverão possuir uma área de 0,80m x 1,20m ventilada e fora do fluxo de circulação, reservando 1 modulo de referência para cada 500 pessoas.

Boxe Adaptado nos Sanitários – atender no mínimo 5% para cada sexo, com no mínimo uma peça adequada ao uso de deficientes, com percurso até 50m de distância. Devem possuir boxes isolados, com sinalização de emergência ao lado da bacia e altura 0,40m do piso. Em edificações novas devem possuir dimensão mínima de 1,50m e 1,70m com porta de 0,80cm e área de manobra que permita rotação de 180°. Em edificações existentes, todos os sanitários devem ser acessíveis e possuir dimensão mínima de 1,50m x 1,50m, com porta de 1m de vão livre e área de manobra que permita 180° também. Deve ter barras acessíveis, com material resistente, fixadas em superfícies rígidas e estáveis com dimensões mínimas de 0,80cm e distância de 0,30m da parede.

9.2 APÊNDICE B – Tabela 1 – Análise da Arquitetura

Fonte: Elaborada por Gabriela Dona'

TABELA 1 - ANÁLISE DA ARQUITETURA														
Itens														
Caso	Faixa Livre	Faixa de Serviço	Faixa de Acesso	Equipamentos Urbanos	Estacionamento	Entradas e Saídas	Declivéis chanfrados	Portas e Aberturas	Escadas e Degraus Isolados	Elevador de Passageiros	Elevador exclusivo PNE	Plataforma Elevatória	Rota de Fuga	Sanitários
Edifícios Mistos														
Conjunto Nacional	x	x	x	2	3	2	x	3	x	4	x	x	3	3
Copan	x	x	x	x	x	1	0	2	1	2	x	x	2	x
Espaços Públicos														
Praça Roosevelt	2	2	2	2	0	3	1	x	2	x	x	x	x	x
Educativo/Cultural														
Centro Cultural São Paulo	x	x	x	x	x	3	2	3	1	5	x	x	x	2
Sesc 24 de Maio	x	x	x	x	x	5	x	5	x	5	x	x	4	5
Em uma escala de 0 a 5, conforme escala de análise proposta pelo gráfico, quanto esses espaços cumprem com os itens básicos que garantem a acessibilidade do deficiente? Fonte: Elaboração própria, com base no "Manual de Instruções Técnicas de Acessibilidade para apoio ao projeto arquitetônico".														

Análise dos Resultados – Vide Capítulo 3: Estudos de Caso

9.3 APÊNDICE C – Tabela 2 – Análise da Inclusão através dos 7 Princípios

Fonte: Elaborada por Gabriela Dona'

TABELA 2 - ANÁLISE DE INCLUSÃO ATRAVÉS DOS 7 PRINCÍPIOS							
Itens							
Caso	Uso equiparável - para pessoas com diferentes capacidades	Uso flexível - preferências e habilidades	Simple e Intuitivo - fácil de entender	Informação perceptível - comunica eficazmente a informação necessária	Tolerante ao erro - diminui o risco de ações involuntárias	Exige pouco esforço físico	Tamanho do espaço para o acesso adequado
Edifícios Mistos							
Conjunto Nacional	2	1	2	1	2	2	4
Copan	1	1	2	1	2	2	3
Espaços Públicos							
Praça Roosevelt	3	3	3	2	3	3	3
Educativa/Cultural							
Centro Cultural São Paulo	2	3	4	1	3	3	3
Sesc 24 de Maio	5	5	5	5	5	4	5

Em uma escala de 0 a 5, conforme escala de análise proposta pelo gráfico, quanto esses espaços garantem os 7 princípios básicos do Desenho Universal?
 Fonte: Elaboração própria, com base no "Manual de Instruções Técnicas de Acessibilidade para apoio ao projeto arquitetônico".

Análise dos Resultados – Vide Capítulo 3: Estudos de Caso

9.4 APÊNDICE D – Tabela 3 - Análise dos Espaços Urbanos

Fonte: Elaborada por Gabriela Dona'

TABELA 3 - ANÁLISE DOS ESPAÇOS URBANOS														
Itens														
Caso	Entradas e Saídas	Circulação Horizontal	Circulação Vertical	Desníveis	Piso e sinalização tátil	Áreas de Rotação	Área de aproximação da porta	Rampas	Escadas Fixas e Degraus	Corrimãos	Equipamentos Eletromecânicos	Rotas de Fuga	Portas, Janelas e Dispositivos	Sanitários
Edifícios Mistos														
Conjunto Nacional	2	2	4	4	2	5	3	2	2	3	5	x	x	3
Copan	1	2	2	1	0	3	2	0	2	2	2	3	2	x
Espaços Públicos														
Praça Roosevelt	3	3	3	2	2	3	x	3	2	3	x	x	x	x
Educativa/Cultural														
Centro Cultural São Paulo	3	4	5	3	2	5	3	2	2	3	5	x	x	2
Sesc 24 de Maio	5	5	5	4	4	5	3	4	3	4	5	x	4	4

Em uma escala de 0 a 5, conforme escala de análise proposta pelo gráfico, quanto esses espaços garantem a qualidade urbana mínima necessária para promover total inclusão?
 Fonte: Elaboração própria, com base no "Manual de Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo".

Análise dos Resultados – Vide Capítulo 3: Estudos de Caso

9.5 APÊNDICE E – Nota sobre Mobilidade: liberdade de ir e vir

Acredita-se que o maior desafio enfrentado pelos portadores de deficiência está relacionado ao impedimento na utilização de espaços que apresentam ausência de acessibilidade.

Observa-se que o cenário urbano atual da Cidade de São Paulo, apresenta problemas de implementação de acessibilidade correta e de itinerários conectados principalmente ao longo dos passeios e espaços públicos. Isto é, o usuário portador de deficiência, mobilidade reduzida, idosos, gestantes, até mesmo usuários saudáveis com carrinhos, malas e mulheres de salto, os quais necessitam executar suas atividades cotidianas básicas, como trabalhar, estudar ou frequentar comércios, encontram dificuldades em se locomover em determinados locais, ocasionando certo desconforto físico e psicológico a esses cidadãos.

Assim como pontuado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Grinover, no VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, “o movimento e a mobilidade impõem-se como uma entrada natural para problemas e debates sobre as sociedades contemporâneas” (GRINOVER, 2009), o que pressupõe este ser um dos temas de maior relevância para se discutir hospitalidade e vida nos espaços públicos.

Segundo o autor:

Mobilidade, como vimos, não se limita ao deslocamento físico efetivo e a suas técnicas (o transporte), mas inclui as ideologias e as técnicas de movimento presentes na sociedade. Ela reúne, portanto: um conjunto de valores sociais mais ou menos explícito e objetivo para os indivíduos envolvidos; uma série de condições geográficas, econômicas, sociais, sendo que a possibilidade de se mover varia conforme os grupos sociais e as variáveis idade e sexo; um dispositivo tecnológico e seu arsenal de técnicas e pessoal envolvido. A mobilidade é, assim, socialmente construída, individualmente vivida, intersubjetivamente repartida, a partir do relato que se faz entre interlocutores antes, durante e depois da experiência. (GRINOVER, 2009)

Em suma, discutir sobre mobilidade abrange a discussão acerca da inclusão social, da oferta de serviços e equipamentos e a contribuição ideológica nos

processos de ocupação e utilização dos espaços da cidade.

Além de possuir uma dimensão social, tratar sobre mobilidade abrange diversos âmbitos, como a construção de espaços físicos acessíveis, a possibilidade de desenvolvimento de mobiliário urbano adequado e responsivo e a adaptação de sistemas de transportes às necessidades de todos os cidadãos, incluindo solucionar problemas de sobrecarga nos horários de pico, implementar automóveis projetados de forma universal, a reconstrução de pontos de parada, ou até mesmo a revisão de referenciais, como por exemplo, as distâncias mínimas entre pontos de parada ou entre itinerários de linhas.

Atualmente utiliza-se o termo “mobilidade autônoma” para designar dois tipos de mobilidade: a mobilidade independente proporcionada por automóveis e meios de transportes automatizados que estão sendo desenvolvidos por empresas automobilísticas; e para designar a livre locomoção de deficientes e portadores de necessidades especiais. No primeiro caso, são sistemas que não dependem do usuário para se locomover, compostos por redes de mapas e automóveis inteligentes. No segundo caso, trata-se da discussão acerca da liberdade de ir e vir e da aplicação do conceito de desenho universal na construção dos espaços públicos compartilhados. Ambos, conceitualmente, partem do mesmo princípio: proporcionar independência e liberdade de escolha nos processos de locomoção.

Partindo desse princípio, optou-se por dividir o termo “mobilidade” – o qual possui diversas atribuições – em duas categorias:

- Sendo a primeira definida como “mobilidade autônoma de deficientes”, que se resume à liberdade do cidadão em exercitar o seu direito de ir e vir utilizando somente seu corpo, incluindo executar atividades como caminhar, correr, utilizando passarelas, rampas, vias e passeios públicos;
- E a segunda como “mobilidade dependente de deficientes”, termo criado para designar a locomoção dependente de equipamentos de transportes ou de sistemas de integração e questões que envolvem a construção do âmbito físico e logístico, como por exemplo, a fabricação de ônibus e automóveis com design

universal, ou a construção dos pontos de parada e dos passeios públicos onde os usuários transitam.

Levando em consideração o tempo presente, período contemporâneo de alto desenvolvimento tecnológico e o fato do termo mobilidade autônoma possuir duas atribuições principais e que partem do mesmo princípio, propõe que é possível unir ambas as questões em prol do conforto e da facilidade de locomoção livre e autônoma. Ou seja, é possível pensar no desenvolvimento automatizado de veículos e sistemas de transportes como um mecanismo que facilitaria a locomoção de deficientes e portadores de mobilidade reduzida pela cidade.

Vale ressaltar que tal ideia caracteriza uma possível solução aos problemas enfrentados em locomoção de longos trajetos e que englobam problemas referentes à sistemas e logística, não desconsiderando a necessidade de se universalizar, também, os passeios públicos e espaços construídos. Para possibilitar mobilidade autônoma e equitativa em sua totalidade, é imprescindível a construção universal de espaços públicos e mobiliário urbano, mecanismos que garantem a mobilidade autônoma e a correta infraestrutura dos transportes, mecanismos que garantem a mobilidade dependente (mais complexa que a primeira).

Neste caso, atribui-se o termo “tecnologia assistiva” para designar o conjunto de recursos desenvolvidos a favor da ampliação das habilidades funcionais de portadores de deficiência e mobilidade reduzida.

Além disso, foi aprovado recentemente pela Câmara dos Vereadores o Estatuto do Pedestre, o qual propõe, como referiu Mauro Calliari no artigo publicado no site Estadão, “regular a experiência mais importante da cidade: andar a pé. ” (CALLIARI, 2017)

O Estatuto é uma lei, utilizada para regular condições essenciais que garantam a mobilidade a pé, como a garantia de seu financiamento através de fundos municipais, um sistema de informações sobre mobilidade a pé disponível à qualquer cidadão, a elaboração de uma rede de sinalização na escala do pedestre, o estabelecimento de uma hierarquia viária em que a prioridade é o pedestre, aumento do tempo semafórico, a priorização dos fluxos aos transportes de massa, a readequação da velocidade das vias, além da iluminação pública adequada e a

penalidade por não cumprimento da lei com o pagamento de multas.

Outro documento aprovado recentemente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também propõe questões relacionadas à mobilidade e especialmente à inclusão social, sendo as disposições principais previstas pelo estatuto: o direito à vida, à saúde, à habilitação e reabilitação, à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência social, cultura, esporte, turismo e lazer, ao transporte, à informação, à comunicação e tecnologia assistiva, à participação da vida pública e política, dentre outras.

Ambos os estatutos visam proporcionar melhores condições relacionadas à mobilidade e inclusão, isto é, proporcionar condições mínimas e necessárias para exercício da cidadania digna de todo e qualquer cidadão.

Enfim, vale a reflexão acerca da relevância em se discutir mobilidade à nível tecnológico, social e construtivo.

9.6 APÊNDICE F – Nota sobre a Pirâmide de Maslow e a Teoria das Necessidades

Os estudos sobre motivação humana, realizados pelo psicólogo humanista Abraham Maslow, resultaram na elaboração de diversos trabalhos que propõem a compreensão das motivações do homem e sua organização em sociedade. Segundo ele, as motivações humanas determinam comportamentos e tais comportamentos podem ser determinados pela cultura, necessidades biológicas ou situacionais.

Após propor o conceito de motivação, o psicólogo classifica os motivos listando-os de acordo com análises clínicas, sugerindo a seguinte ordem de preponderância: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades de pertencimento e relacionamentos afetivos/amor, necessidades de estima, necessidades de autorrealização e autoatualização, desejos de saber e entender e necessidades estéticas.

No início de seus estudos, ele acreditava que para alcançar níveis mais elevados, seria necessário que os anteriores estivessem completamente supridos, todavia, após mais algumas análises clínicas, constatou que a ideia de “gratificação” varia entre indivíduos, pressupondo que alguns atingem níveis mais elevados sem que julguem

essencial ter outros níveis inferiores totalmente supridos. Ou seja, é uma teoria dinâmica e relativa, uma vez que a motivação e o suprimento das necessidades pode variar de pessoa para pessoa e entre fases da vida de uma mesma pessoa.

Segundo o autor, as exceções mais importantes são aquelas que envolvem ideias, padrões sociais e valores, além de que uma necessidade pode ser parcialmente “gratificada” deixando de ser altamente motivacional e se tornar menos influente que uma necessidade considerada superior e mais elevada.

A proposição da hierarquia de preponderância das necessidades é então organizada em formato de pirâmide, em que na base estão as necessidades fisiológicas, representando o momento de estágio do corpo e das preocupações relacionadas à subsistência e necessidades imediatas, incluindo suas necessidades de locomoção e biológicas; o estado seguinte é o da segurança, que corresponde à segurança física, psicológica, libertação do medo e do incerto e é neste momento em que a criação das leis e regras sociais contribuem para reduzir tal estado de incerteza e ansiedade; acima encontra-se o nível do relacionamento e afeto, resumido ao estado de busca do amor, do sentimento de pertencimento, em sentir a necessidade de fazer parte de um grupo social e ser igualmente aceito pelo mesmo; em seguida, o penúltimo estado aborda o respeito pelo próximo e a necessidade de ser respeitado, a busca pelo reconhecimento e é onde se observa relacionamentos interpessoais de níveis mais elevados e com maior esclarecimento; o último estado, que segundo Maslow é alcançado por poucos indivíduos, compreende o estágio da auto-realização e é nesta fase em que se reconhece as próprias capacidades e potenciais, em que o indivíduo apresenta independência afetiva, psicológica e emocional.

Levando em consideração a análise humanista proposta pelo psicólogo, optou-se por realizar uma análise dos estágios motivacionais do ser humano em um contexto social sob a ótica da acessibilidade e inclusão do deficiente na sociedade.

Acredita-se que quando o deficiente sofre exclusão, seja pela ausência de acessibilidade ou pela conduta excludente da sociedade, torna-se mais difícil ter suas necessidades fisiológicas supridas, pois há limitação de locomoção e acesso. Estes aspectos, por sua vez, dificultam a autonomia na realização de necessidades básicas, como usar o banheiro ou beber água, por exemplo. Ou seja, nestes casos o indivíduo

encontra dificuldades em atingir os próximos níveis, seja o da segurança, seja o do relacionamento ou da autorealização.

Neste caso, atribui-se às leis, normas e estatutos o dever de garantir que serão implementados a acessibilidade mínima necessária aos espaços públicos e privados e os mecanismos de inclusão social e digital, afim de permitir que deficientes e portadores de mobilidade reduzida supram suas necessidades básicas com autonomia e independência.

Após esta etapa, o deficiente enfrenta o estágio da segurança, que corresponde à um estado psicológico diante das condições espaciais oferecidas a ele. Quando inserido em um espaço acessível, o indivíduo tende a se sentir mais seguro diante das possibilidades proporcionadas; caso contrário, se sente limitado em atingir o próximo nível, pois seu estado psicológico e emocional estaria consideravelmente abalado devido à incerteza e à sensação de impossibilidade diante dos obstáculos cotidianos.

O cenário urbano atual da cidade de São Paulo denota essa tendência à incerteza, principalmente em relação a possibilidade de acesso aos espaços compartilhados, uma vez que a acessibilidade proporcionada nos espaços públicos se encontra, quase em sua totalidade, inadequada ou retalhada, quando não, inexistente.

Quando suficientemente suprido o estado da segurança, se atinge o do relacionamento e afeto, que neste caso inclui a questão da inclusão social e a necessidade de pertencimento aos grupos e eventos sociais. Portanto, entende-se que a inclusão depende da possibilidade de acesso, que é um dos itens essenciais na base da pirâmide, e da garantia da segurança e autonomia.

Os últimos níveis, da auto-estima e auto-realização, estão associados à constituição do valor pessoal perante a sociedade. Isto é, se os níveis anteriores não estiverem suficientemente supridos – através da acessibilidade física, do sentido de pertencimento à grupos sociais e da participação saudável do cidadão nas dinâmicas urbanas cotidianas - a tendência é que o indivíduo desconstrua sua autoestima e valor, influenciado por seus impedimentos e desmotivações, o que reflete negativamente na constituição de sua consciência existencial.

Portanto, entende-se que para deficientes e portadores de mobilidade reduzida serem efetivamente incluídos nos espaços físicos e sociais, de maneira saudável para si e para os demais, é necessário que lhe seja garantido o acesso físico, o qual possibilita o suprimento de suas necessidades fisiológicas, a garantia de segurança, do sentido de pertencimento, da participação social e da autorealização enquanto cidadão participativo na sociedade.

10. ANEXOS

10.1 ANEXO A – Check list arquitetônico - verificação da acessibilidade em edificações e vias públicas, elaborado para o Manual de Instruções Técnicas de Acessibilidade para apoio ao projeto arquitetônico

Disponível para download em:

<http://www.condorisk.com.br/download/MANUAL%20DE%20ACESSIBILIDADE%20PMSP.pdf>

Referência:

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED). **Manual de Instruções Técnicas para apoio ao Projeto Arquitetônico**. Apoio Prefeitura de São Paulo e Comissão Permanente de Acessibilidade. Editora: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

10.2 ANEXO B – Quadro 1 – Classificação de Deficiências

Quadro 1. Classificação das deficiências

<i>Deficiência (Impairment)</i>	<i>Incapacidade (Disability)</i>	<i>Desvantagem (Handicap)</i>
Relativa a toda alteração do corpo ou aparência física (de um órgão ou de uma função com perdas ou alterações temporárias ou permanentes), qualquer que seja sua causa. Em princípio a deficiência significa perturbação no nível orgânico.	Reflete conseqüências das deficiências em termos de desempenho e atividades funcionais do indivíduo, consideradas como componentes essenciais de sua vida cotidiana. Representa perturbações no nível da própria pessoa.	Diz respeito aos prejuízos que o indivíduo experimenta devido à sua deficiência e incapacidade. Representa a expressão social de uma deficiência ou incapacidade e, como tal, reflete a adaptação do indivíduo e a interação dele com o meio.

Referência:

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2007.

9.2 ANEXO C – Quadro 2 – Histórico da Terminologia para Pessoas com Deficiência

Referência:

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e**

Urbanistas. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2007.

Quadro 2. Histórico da terminologia para as pessoas com deficiência

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
Desde o começo da história e durante séculos obras de literatura, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam os <i>inválidos</i> . Exemplo: "A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos [...]" (Decreto Federal nº 60.501, de 14 de março 1967).	O termo significava indivíduo sem valor. Ainda no século XX seu uso se mantinha, embora já sem nenhum sentido pejorativo.	Aquele que tinha deficiência era considerado socialmente inútil, um fardo para a família, destituído de valor profissional.
Século XX até 1960 Após as duas Guerras Mundiais, a mídia usava o termo <i>incapacitados</i> , em frases como: "A guerra produziu incapacitados", "Os incapacitados agora exigem reabilitação física".	O termo significava, de início, indivíduos sem capacidade e, mais tarde, passou a ter o sentido de indivíduos com capacidade residual. Durante várias décadas seu uso designava pessoas de qualquer idade.	Significou um avanço para a sociedade reconhecer que aquele que tinha deficiência poderia apresentar alguma capacidade residual. Em contrapartida, considerava-se que a deficiência, de qualquer ordem, eliminava ou reduzia a capacidade do indivíduo em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional, etc.
De 1960 a 1980 No final da década de 1950, foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente. Nesse período, surgiram também as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos <i>Excepcionais</i> (Aape).	O termo <i>defeituoso</i> era usado para designar indivíduos com deformidade, principalmente física. Já <i>deficiente</i> se referia ao indivíduo cuja deficiência física, mental, auditiva, visual ou múltipla levava a executar as funções básicas, como andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho, etc., de forma diferente daquela das pessoas sem deficiência. Esse fato começou a ser aceito pela sociedade. O termo <i>excepcional</i> aplicava-se a indivíduos com deficiência mental.	Com a utilização desses três termos, a sociedade focalizava as deficiências em si, sem reforçar as limitações em comparação com a maioria. Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão posteriormente substituída por <i>pessoas com altas habilidades ou pessoas com indícios de altas habilidades</i>). O movimento mostrou que o termo <i>excepcional</i> não poderia se referir exclusivamente aos que tinham deficiência mental, uma vez que os superdotados também poderiam ser considerados excepcionais, por ocuparem o outro extremo da curva da inteligência humana.

(cont.)

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
De 1981 a 1987 Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU instituiu 1981 como o <i>Ano Internacional das Pessoas Deficientes</i> . E o mundo achou difícil começar a dizer ou a escrever <i>pessoas deficientes</i> . O impacto dessa terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem dessas pessoas.	Pela primeira vez, em todo o mundo, o termo <i>deficiente</i> passou a ser associado ao substantivo <i>pessoa</i> . A partir de 1981, a palavra <i>indivíduos</i> deixou de ser usada para designar pessoas com deficiência.	Passou-se a atribuir o valor <i>pessoa</i> àquele que tinha deficiência, equiparando seus direitos e dignidade aos dos membros de qualquer sociedade ou país.
De 1988 a 1993 Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram a expressão <i>pessoa deficiente</i> , alegando que ela considerava o indivíduo deficiente na sua totalidade.	A expressão <i>pessoa portadora de deficiência</i> , utilizada somente em países de língua portuguesa, foi proposta para substituir o termo <i>pessoa deficiente</i> . Por simplificação, a expressão foi reduzida para <i>portador de deficiência</i> .	Portar uma deficiência passou a ser um valor agregado à pessoa, como um detalhe. A expressão foi adotada nas constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas concernentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações incluíram-na em seus nomes oficiais.
De 1990 até 1994 O artigo 5º da Resolução nº 2, CNE/CEB, de 11 de setembro de 2001, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, que podem envolver tanto dificuldades vinculadas a deficiências como não vinculadas a uma causa orgânica. ⁵	A expressão <i>pessoas com necessidades especiais</i> surgiu primeiramente em substituição ao termo <i>deficiência</i> ; daí a construção <i>portadores de necessidades especiais</i> . Posteriormente adquiriu significado independente.	Com a vigência da Resolução nº 2, a expressão <i>necessidades especiais</i> deu origem a outras, como crianças especiais, alunos especiais, pacientes especiais, etc., numa tentativa de amenizar a contundência da palavra <i>deficiente</i> .

(cont.)

⁵ Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB).

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
<p>Junho de 1994</p> <p>A Declaração de Salamanca – surgida após a Conferência Mundial sobre “Educação de Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade”, realizada na Espanha, em junho de 1994 – trata da inclusão na educação. Nesse texto, fica explicado que a educação inclusiva não se dirige às pessoas com deficiência, mas a todas aquelas que tenham necessidades educacionais especiais.</p>	<p>Ficou estabelecido que pessoas com deficiência e sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de integrar-se a escolas, em uma sociedade inclusiva.</p>	<p>Ao segmento dos excluídos passou a ser reconhecido o direito de, por meio de seu poder pessoal, exigir sua inclusão em todos os aspectos da vida em sociedade.</p>
<p>Hoje</p> <p>Atualmente, a expressão <i>peças com deficiência</i> passou a ser preferida por um número cada vez maior de adeptos.</p>	<p>Essa expressão faz parte do texto da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, elaborado pela ONU em 2003.</p>	<p>Os princípios básicos adotados para chegar a essa denominação foram: não esconder ou camuflar a deficiência; mostrar com dignidade a sua realidade; valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; combater neologismos que tentam diluir as diferenças e defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais em termos de direitos e dignidade; identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e, a partir daí, encontrar medidas específicas para o Estado e para a sociedade; diminuir ou eliminar as chamadas restrições de participação.</p>

Fonte: Tabela baseada em Romeu Sasaki, *Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos* (São Paulo: RNR, 2003).

10.3 ANEXO D – Quadro 1 – Matriz para Avaliação do Desenho Universal

Quadro 1: Matriz para Avaliação do Desenho Universal

Escala do item de Desenho Universal (DU)	Exemplos de Aspecto de DU	Métodos de Avaliação	Medições para Avaliação
Tesoura	Uso com a mão esquerda	Estudos de tempo e de movimento	Facilidade de manipulação / velocidade de corte
Equipamentos, tais como máquina de lavar e secar	Furos previstos para dobradiças em ambos os lados de portas de máquinas de lavar ou de secar, de tal forma que as portas possam abrir para a esquerda ou para a direita	Observação. Estudos de tempo e de movimento. Realimentação verbal (mediante informações dos usuários).	Facilidade de uso
Interiores de edifícios	Acabamentos de pisos	Estudos de tempo e de movimento. Observação.	Abrasão. Facilidade de movimento.
Edifícios	Sistemas de <i>wayfinding</i>	Trilhas dos usuários.	Facilidade de orientação Velocidade de <i>wayfinding</i>
Ambiente urbano	Uso misto e integração vertical	Método dos nós de transportes. Intervalos de tempo vídeo/observação/fotografia.	Facilidade de movimento. Diferentes de densidades populacionais.
Tecnologia da Informação (TI)	Acesso global aos serviços através da internet	Realimentação por meio do usuário. Aplicação de questionário	Satisfação. Velocidade de acesso. Eficiência dos serviços

Referência:

PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Wlabe. **Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.

10.4 ANEXO E – Desenho Universal – Disciplinas Relevantes

Quadro 2: Desenho Universal – Disciplinas Relevantes

Disciplinas	Exemplos de Aplicações do Desenho Universal
Desenho Industrial	Ver sub-itens a seguir
Projeto do Produto	Utensílios, ferramentas, mobiliário, equipamentos
Projeto Gráfico	Diretórios e sistemas de guias / comunicação
Desenho de Moda	Vestuário para pessoas com deficiência
Projeto de Interiores	Desenho acessível de edifícios, escritórios e outros espaços e lugares
Arquitetura	Acesso e circulação iguais para todos os grupos de usuários e níveis de deficiência
Planejamento e Desenho Urbano	Desenho acessível de facilidade de transportes, campi universitários e comunidades em geral.
Tecnologia da Informação (TI)	Acesso a serviços e ao comércio via Internet
Plano de acesso à saúde .	Equipamentos de saúde, hospitais acessíveis
Administradores	Destaque para a governança com relação à acessibilidade nas organizações
Gerenciadores de Facilidades	Operação e manutenção em concordância com as exigências de acessibilidade
<i>Psicólogos Ambientais</i>	Pesquisas sobre apoio às pessoas com deficiência

Referência:

PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Wlabe. **Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.